



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro Biomédico

Instituto de Medicina Social

Marcio Gonçalves dos Santos

Violência e dor em narrativas de mulheres transexuais em Manaus

Rio de Janeiro

2019

Márcio Gonçalves dos Santos

Violência e dor em narrativas de mulheres transexuais em Manaus

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Humanas e Saúde.

Orientador: Prof. Dr. Sergio Carrara

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CB/C

S237	Santos, Marcio Gonçalves dos
	Violência e dor em narrativas de mulheres transexuais em Manaus / Marcio Gonçalves dos Santos – 2019. 169 f.
	Orientador: Sergio Luis Carrara
	Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social.
	1. Pessoas transgênero – Teses. 2. Violência – Teses. 3. Transexualismo – Teses. 4. Identidade de gênero – Teses. 5. Pesquisa qualitativa – Teses. 6. Amazonas – Teses. I. Carrara, Sérgio. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social. III. Título.
	CDU 613.885(811.3)

Bibliotecária: Joice Soltosky Cunha – CRB 7 5946

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Marcio Gonçalves dos Santos

Violência e dor em narrativas de Mulheres Transexuais em Manaus

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Ciências Humanas e Saúde.

Aprovada em 28 de maio de 2019.

Orientador: Prof. Dr. Sergio Luis Carrara

Instituto de Medicina Social - UERJ

Banca Examinadora: _____

Prof. Dr. Horácio Federico Sívori
Instituto de Medicina Social - UERJ

Profª. Dra. Iolete Ribeiro da Silva
Universidade Federal do Amazonas

Profª. Dr Fabio Magalhães Candotti
Universidade Federal do Amazonas

Profª. Dra. Fátima Weiss de Jesus
Universidade Federal do Amazonas

Rio de Janeiro

2019

DEDICATÓRIA

Em memória à minha mãe, Paula Matias dos Santos, e minha irmã, Maria do Socorro Santos, que participaram inteiramente das minhas transformações acadêmicas.

AGRADECIMENTOS

São muitos agradecimentos implicados nessa tese. Muitas pessoas fizeram parte de minha vida e contribuíram para chegar até aqui.

Agradeço a minha mãe, Paula Matias dos Santos por acreditado na educação dos filhos. Ela mesmo sem saber letrada vislumbrava um mundo do conhecimento que transformaria nossas vidas.

Agradeço a minha irmã, Maria do Socorro dos Santos, que foi minha inspiração nas minha trajetória de estudos e profissão.

À minha família feliz, e todos os irmãos e irmãs, particularmente, Maria José que sempre cuidou de minhas coisas e se empenhou a cuidar de minha mãe na minha ausência e a João Mateus pela ajuda na formatação.

A meu orientador Sérgio Carrara, que bastava algumas horas para que eu compreendesse as delícias das entrelinhas das questões de gênero e sexualidade.

A meus amigos do Dinter, André Machado e seu companheiro, Zilmar Augusto, por longas horas de aprendizado sobre gênero, sexualidade e ativismo nos bares de Copacabana e do Catete.

À Erica Vidal pela força constante na escrita da tese.

À Munique Therense pela oportunidade de conviver na segunda etapa do estágio doutoral e poder trocar muitas sábias ideias.

À Olivia Pontes, filha de Munique e André que apesar de minha ausência permanecerá eternamente no meu pensamento como criança.

As amigas Taciana e Sônia Lemos, pelos encontros e risadas.

Às meninas da ASSOTRAM pelo apoio a essa pesquisa e disponibilidade em contar suas histórias de vida.

As mulheres transexuais indicadas pelos meus alunos da universidade. Vocês engrandeceram essa tese.

A Isabel e Kaline, amigas cariocas que moram no meu coração.

A Lourdes, Camila e Jade, a turma linda do Pará.

A Hitalo Brito, pelo companheirismo e paciência.

A todos mestres e mestras que fizeram parte de minha formação, meu muito obrigado.

RESUMO

SANTOS, Márcio Gonçalves dos. *Violência e dor em narrativas de mulheres transexuais em Manaus*. 2019 169 f. Tese. Doutorado (Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

As marcas deixadas pela violência causam dores que muitas vezes não parecem óbvias para quem as contam. Isso se deve particularmente ao trabalho do tempo (Das, 2007) que de alguma forma nos oportuniza recontar essas histórias com outras cores e intensidades. Esta tese busca adentrar as histórias de vida de oito mulheres transexuais a fim de contribuir à análise das violências às quais essas mulheres são submetidas, identificando a articulação das violências contra essa população com o processo de risco e vulnerabilidade social a que estão expostas. A partir do método de história de vida, buscou-se coletar informações sobre várias etapas de vida das participantes, da infância à vida adulta, e suas interações na família, na escola, no trabalho, nos relacionamentos amorosos, nos serviços assistenciais. Para isso, utilizou-se um roteiro de entrevista que produziu narrativas que foram gravadas, transcritas e analisadas. As análises dessas histórias foram propostas de duas formas: a primeira em que capturamos a história completa de quatro interlocutoras para em seguida tecermos interlocuções com as dores contadas por elas; a segunda onde cruzamos as falas das quatro narradoras, articulando um interminável espetáculo da violência. Autoras como Gail Mason (2002) e Rita Segato (2003) bem como o trabalho de vários pesquisadores subsidiaram as análises e contribuíram na ampliação desse debate sugerindo um olhar crítico para além de visões essencialistas sobre gênero e sexualidade. Sobre as interlocuções entre violência e dor, percebemos que a dor sentida no momento do evento, é recontada de forma diferente, chegando mesmo a não ser dor, e que às vezes é manobrada pelo silêncio e o esquecimento. As violências e as violações como um interminável espetáculo apontam que elas jamais deixarão de existir, mas a construção de estratégias de proteção e segurança pode auxiliar na redução do processo de vitimização das entrevistadas, fornecendo-lhes capacidades de enfrentamento e resistência mesmo em contextos sociais adversos.

Palavras-chave: Gênero. (Trans)sexualidade. Narrativas. Violência. Estado do Amazonas - Brasil

ABSTRACT

SANTOS, Márcio Gonçalves dos. *Violence and pain in narratives of transgender women in Manaus*. 2019 169 f. Tese. Doutorado (Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

The marks left by violence cause pains that often do not seem obvious to those who count them. This is particularly due to the work of time (Das, 2007) that somehow gives us the opportunity to recount these stories with other colors and intensities. This dissertation tries to enter the life histories of eight transsexual women in order to contribute to the analysis of the violence to which these women are subjected, identifying the articulation of the violence against this population with the process of risk and social vulnerability to which they are exposed. Based on the life history method, we sought to collect information about the participants' various life stages, from childhood to adulthood, and their interactions in the family, at school, at work, in loving relationships, in care services. For this, an interview script was used, producing narratives that were recorded, transcribed and analyzed. The analyzes of these histories were proposed in two ways: the first one in which we captured the complete history of four interlocutors, and then we made interlocutions with the pains counted by them; the second where we cross the lines of the four narrators, articulating an endless spectacle of violence. Authors like Gail Mason (2002) and Rita Segato (2003) as well as the work of several researchers subsidized the analyzes and contributed in the amplification of this debate suggesting a critical look beyond essentialist visions on gender and sexuality. On the interlocutions between violence and pain, we perceive that the pain felt at the moment of the event is retold in a different way, even not being pain, and that sometimes it is maneuvered by silence and forgetfulness. Violence and violations as an endless spectacle point out that they will never cease to exist, but that it is the construction of protection and security strategies to reduce the process of victimization of the interviewees.

Keywords: Gender. (Trans) sexuality. Narratives. Violence. Pain. Amazonas state - Brazil

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Mapa-tese	28
Figura 1 – Representantes da ASSOTRAM.....	36
Figura 2 – Campanha de Combate a Homotransfobia.....	36
Figura 3 – Oficina de Saúde Sexual.....	36
Tabela 1 – Dados sociodemográficos	38
Figura 4 – O Lampião da Esquina, Edição de Junho de 1980.....	51
Figura 5 - Material de divulgação do II encontro de Travestis e Liberados.....	54
Figura 6 - Material de divulgação do XIII encontro Nacional das Travestis e Transexuais que atuam na prevenção a Aids.....	54
Figura 7 - Material de divulgação do XVII encontro nacional de Travestis e Transexuais contra a violência.....	55
Figura 8- Material de Divulgação do XIX ENTLAIDS.....	55
Figura 09 - Material de Divulgação do XXI ENTLAIDS pelo fim da Transfobia.....	56
Figura 10 - Slogan de Campanha 2012.....	57
Figura 11 – Slogan de Campanha 2015.....	57
Figura 12 - Folder do Dia da Visibilidade Trans 2019/Manaus.....	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAGLT	Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis.
ABGLT	Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais.
AIDS	Acquired Immune Deficiency Syndrome.
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais.
ASSOTRAM	Associação de Travestis e Transexuais do Amazonas.
ASTRAL	Associação dos Travestis e Liberados.
CECOD	Conselho Estadual de Combate à Discriminação.
CEHAM	Comitê de Enfrentamento e Combate à Homofobia no Amazonas.
CERDH	Centro Estadual de Referência em Direitos Humanos.
CID	Código Internacional de Doenças.
EBHO	Encontro Brasileiro de Homossexuais.
EGHO	Encontro de Grupos Homossexuais Organizados
ENTLAIDS	Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que atuam na Luta contra Aids.
GALF	Grupo de Ação Lésbico-Feminista.
GDL	Gerência Diversidade e Gênero.
GGB	Grupo Gay da Bahia.
HIV	Human Immunodeficiency Virus.
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.
MHB	Movimento Homossexual Brasileiro.
OAB/AM	Ordem de Advogados do Brasil/Amazonas
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGs	Organizações Não Governamentais.
PAM	Posto de Atendimento Médico
PIBIC	Projeto de Iniciação Científica
PFEMS	Policiais Femininas.
RENTRAL	Rede Nacional de Travestis e Liberados.
SEARP	Secretaria de Articulação dos Movimentos Sociais e Populacionais.
SEFAZ	Secretaria de Estado da Fazenda.

SEJUSC	Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos.
SEMASDH	Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos.
SUS	Sistema Único de Saúde.
UEA	Universidade do Estado do Amazonas.
UFAM	Universidade Federal do Amazonas.
USP	Universidade de São Paulo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 CONTEXTUALIZANDO OS CENÁRIOS DE PESQUISA	30
1.1 Formas de aproximações do campo e do ativismo LGBT em Manaus	30
1.1.1 <u>O Comitê Estadual de Enfrentamento à Homofobia no Amazonas (CEHAM)</u>	30
1.1.2 <u>Das reuniões do comitê</u>	31
1.1.3 <u>A Assotran</u>	35
1.1.4 <u>Indicação de amigos, redes sociais e comunidade acadêmica</u>	37
1.1.5 <u>Dados sociodemográficos</u>	37
1.1.6 <u>Das narradoras e suas entrevistas</u>	39
2 DA HOMOFOBIA À TRANSFOBIA: notas sobre uma genealogia dos estudos sobre violência	45
2.1 Homossexualidade e homofobia	45
2.1.1 <u>Enquanto isso no Brasil</u>	48
2.1.2 <u>Trans: sexualidade, fobia, ativismo</u>	52
2.2 Compreendendo as raízes da violência: intersecções e diferença	57
2.2.1 <u>O patriarcado e as compreensões naturalizadas da violência</u>	58
2.2.2 <u>Intersecções e construções hierárquicas da diferença</u>	59
2.3 Violência Transfóbica: ampliando os conceitos	61
3 QUATRO MULHERES E VÁRIOS DESTINOS	64
3.1 Aurora: A beleza para além de uma linda mulher	64
3.2 Ártemis: A mulher bonita das artes cênicas	71
3.3 Cybele: A dama do coração de pedra	77
3.4 Hera: A mulher maravilha	84
3.5 Marcadas pela violência e dor	89
3.6 Interlocuções da dor	93
4 VIOLÊNCIA DE GÊNERO: um espetáculo sem fim	96
4.1 Gênero, família e violência	96
4.1.1 <u>Regulações de gênero, sexualidade e violência</u>	99
4.2 A violência na Escola: discriminação e exclusão	104
4.2.1 <u>Biossociabilidade e “ativismo”</u>	107
4.3 Autohomonização, desejo e violência	109
4.3.1 <u>A (des)(in)formação sobre as sexualidades dissidentes</u>	114

4.4 Entre normas, leis e os “novos regimes da sexualidade”	117
4.4.1 <u>O banheiro</u>	119
4.5 Entre afetos e dinheiro	121
4.5.1 <u>Itália: a terra onde os filhos choram e as mães não veem</u>	126
4.6 Trans: o grupo que mais sofre violência	128
4.6.1 <u>Religião: uma possibilidade de “enfrentamento” e “resistência”</u>	133
4.7 Entrelaçando histórias, vidas e dores	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
REFERÊNCIAS	148
ANEXO A – Roteiro de entrevista.....	156
ANEXO B – TCLE.....	158
ANEXO C - PARECER CEP 2607193 Aprovado.....	160
ANEXO D - COMITES ESTADUAIS DE ENFRENTAMENTO.....	164
ANEXO E - ATA DA AUDIENCIA PUBLICA.....	167
ANEXO F - ATA DA REUNIAO DE ELEIÇÃO.....	170
ANEXO G - Minuta manifesto LGBT.....	172

INTRODUÇÃO

Espelho, espelho meu: existe um universo parecido com o meu?

Não quero lhe falar meu grande amor
 Das coisas que aprendi nos discos
 Quero lhe contar como eu vivi
 E tudo o que aconteceu comigo
 Viver é melhor que sonhar
 Eu sei que o amor é uma coisa boa
 Mas também sei que qualquer canto
 É menor do que a vida
 De qualquer pessoa
 (Belchior)

Algumas vezes cruzamos com pessoas cujas histórias são parecidas com a nossa. Parecem espelhos que refletem algumas vivências e tramas de nossas vidas. As histórias das mulheres transexuais¹ aqui retratadas, em forma de ‘cenas’, incitam minha história de gênero e sexualidade. Uma história marcada por abusos sexuais e violações que acabam se invisibilizando na consciência e naturalizando aquilo que de alguma forma foi construído nas inúmeras relações do cotidiano. As violências indizíveis, no sentido de que eu não as percebia, estavam silenciadas. Elas ocorreram em minha história de vida e somente começaram a tomar corpo ao ler o texto de Gregory Herek, *Beyond Homophobia*, sugerido por meu orientador.

Das brincadeiras embaixo dos assoalhos de minha velha casa de madeira nas margens do Igarapé da Cachoeira² aos abusos dos vizinhos adultos “da direita”³ – existiam os vizinhos “da esquerda” que eram mais companheiros - vi meu desejo sendo constituído e ao mesmo tempo canalizado para um fluxo sem volta (não conseguiria me esconder em um armário, pois foram muitas experiências e sensações vivenciadas e incorporadas no corpo infantil).

Mas havia brincadeiras com outras crianças, brincadeiras que se constituíam pautadas no gênero masculino como brincar de pincha, futebol e super-heróis. Cheguei a pegar

¹ Faço a opção pelo uso do termo ‘mulheres transexuais’ por uma questão de identificação das próprias entrevistadas, em vez do termo ‘transgênero’, que serve como uma espécie de termo guarda-chuva, diante de tantos outros termos usados tanto no campo acadêmico quanto do movimento social. Apesar do recorte do termo ‘travesti’ como ferramenta política, ele é utilizado pelas entrevistadas de forma marginalizada, mesmo que durante suas falas perceba-se um certo borramento nas fronteiras entre este termo e o termo ‘mulheres transexuais’.

² Igarapé que é continuidade do Igarapé do Mindú e que passa por vários bairros de Manaus, entre eles Parque 10 de Novembro, Adrianópolis, São Jorge e São Raimundo, desembocando no Rio Negro.

³ Nota metodológica: utilizo “duas aspas” para destacar termos e expressões tanto da linguagem cotidiana quanto da gramática do movimento social e da academia. Nas análises, as falas das entrevistadas serão destacadas por recuo ou por itálico quando estiver no meio do parágrafo.

coleguinhas dessa época no “troca-troca”⁴, mas comigo esses jogos sexuais eram com os mais velhos. No geral, esses “caras” não tinham êxito na penetração porque meu corpo de criança não permitia.

Naquela época quase não se falava em homossexualidade, e nós, crianças, éramos criados com um destino quase certo de um casamento e construção de uma família heteronormativa. Retomo aqui a letra de Belchior, consagrada por Elis Regina, para retratar algumas passagens dessa aventura autobiográfica. O poeta me faz lembrar de minha infância, em uma passagem de sua composição: “Por isso cuidado meu bem, há perigo na esquina” e “para abraçar seu irmão e beijar sua menina na rua, é que se fez o seu braço, o seu lábio e a sua voz”. Não nos era permitido realizar expressões afetivas em público ou falar sobre certos assuntos, sendo observados e reprimidos. Minha família não permitia falar sobre o tema, e mesmo que percebessem ou estranhassem, era um tabu. Vivíamos o governo militar e ditatorial do Presidente Ernesto Geisel, mas minha memória política apenas me remete ao Presidente Figueiredo, uma ditadura que já tinha data para acabar com a redemocratização do Estado brasileiro. Mas falar de e sobre sexualidade ainda é um tabu, depois de trinta anos com o entrave das discussões e reflexões sobre a diversidade sexual e de gênero na escola. “Minha dor é perceber que apesar de termos feito tudo o que fizemos, ainda somos os mesmos e vivemos como nossos pais”. O antigo retorna talvez com uma cara diferente, mas não é menos torturador.

A família protetora, dentro dos limites do que ela poderia fazer com essa proteção, organizada de forma tradicional, foi significativa para auxiliar em minha trajetória de formação e estudos constantes. Parecia ser o melhor caminho a construir para sair da margem da pobreza que vivíamos. Meu pai saía para trabalhar e buscar o sustento da casa e minha mãe cuidava dos filhos e dos afazeres domésticos. Meus estudos iniciais ficaram por conta de uma professora de reforço que minha mãe pagava com o dinheiro de costuras. Lá aprendi a ler e a escrever, o que me deu destaque na escola pública em que estudava.

Eu saía para brincar de manhã ou tarde, dependendo do horário da escola. Encontrava coleguinhas do lado esquerdo da casa. Com eles havia trocas sexuais, mas éramos todos da mesma idade, diferentemente do que acontecia do outro lado. Essas brincadeiras eram de médico, porque havia meninas no meio, mas depois que ficavam só os meninos, havia troca com um menino que se exibia para mim.

⁴ Ato sexual em que parceiros masculinos se alternam na penetração anal, muito comum na juventude; sexo entre jovens na infância. Para mais significados ver: <https://www.dicionarioinformal.com.br/troca-troca/>

Havia outro “cara” que me assediava. Lembro-me que ele se chamava Lombrado. Era um sujeito meio esquisito, não sei dizer o que tinha. Ele ficava mostrando suas partes íntimas pelas frestas da porta entreaberta de um depósito abandonado. Tinha medo dele. Aquilo não me excitava na época. Essas lembranças sobre as quais me atenho me fazem pensar como os roteiros sexuais e a coordenação da conduta sexual são construídos pelas experiências, sejam elas boas ou ruins (GAGNON, 2006).

Naquela época, como já disse, quase não se falava de sexualidade e eu acho que eu era uma criança ‘passável’⁵, diferente de algumas, que incorporam desde cedo trejeitos e atributos femininos. O ambiente familiar é mais difícil para elas, porque não há como esconder essa sexualidade, ou melhor, esses atributos femininos apontam sempre para uma suposta homossexualidade. Elas acabam se identificando com coisas ditas do universo feminino. Isso acarreta sempre constrangimentos, humilhações, violências de todos os tipos, sejam simbólicas, sejam físicas, sejam estruturais.

Na relação com os vizinhos, pensando bem, eu não era tão passável quanto na escola. Talvez fosse passável para as outras crianças, mas para os maiores, que queriam me assediar, não. Como as outras crianças ainda estavam construindo suas identidades e trajetórias sexuais como eu, isso ainda não era visível para elas. É a isso que o argumento dos atuais conservadores talvez se refira. Pensam que questões de gênero e sexualidade não devam ser discutidas na escola porque essa discussão seria “doutrinação ideológica”, quando, ao contrário, ela poderia promover o respeito a certas crianças, principalmente meninos mais femininos e meninas mais masculinas. O silêncio pode não ser o melhor caminho, mas a visibilidade do tema pode servir como ajuda na construção de uma sexualidade que esbarra no âmbito político da dominação masculina⁶.

Se considerarmos que a infância, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), vai até 12 anos, perdi meu pai ainda criança e decidi trabalhar para ajudar minha mãe. Daí não parei mais. Com o advento do trabalho, posso dizer que tive uma adolescência atípica. Trabalhava durante o dia e estudava à tarde até o 7º ano. No 8º ano passei a frequentar a escola noturna.

⁵ Trata-se de uma equação simples em que ‘passar’ é igual a ser reconhecido como plenamente masculino ou feminino e ser assim aceito pela sociedade. Quanto mais ‘passável’, mais habilitado ao convívio dentro do mundo ‘normal’ cisgênero e heteronormativo e menor a chance de ser estigmatizado e violentado como ‘desviante’ de gênero. ‘Passar’ teria, assim, também uma função protetora, na medida em que as pessoas transgêneras que não passam convincentemente ficam teoricamente muito mais expostas à violência real e simbólica da população cisgênera (LANZ, p.129, 2014).

⁶ Ver Bourdieu (2012).

Com a perda de meu pai, minha mãe assumiu toda a casa e as minhas irmãs e irmãos mais velhos já trabalhavam. Lembro-me que era meio admirado por trabalhar desde cedo. O contato com a família era mínimo. Pouco se falava de sexualidade ainda. Estávamos em meados da década de 80, vivenciando o fim da ditadura e o início do processo de democratização.

Preciso mencionar um fato no final da adolescência que envolve minha mãe. Trabalhava em uma loja de esportes e meu irmão era noivo da irmã de uma das vendedoras. Existia então um vínculo com minha família. Os outros vendedores já percebiam minha feminilidade, meus “trejeitos”. Eles me chamavam de Xuxa, cujo programa fazia então muito sucesso. A apresentadora era própria representação da feminilidade. Então era uma brincadeira que me constrangia, mas, na época, não sabia identificar os sentimentos ruins que provocava. Minha mãe perguntou chorando que “brincadeira” era aquela. Neguei que houvesse algo “diferente” em mim e depois apareci com uma namoradinha. Em outra ocasião, minha irmã, também no final da adolescência, disse que somente homens me ligavam. Esbofetei-a e disse que queria respeito. Depois desses dois eventos nunca mais ninguém na minha família comentou ou me cobrou algo em torno do assunto. Não sei se foi “aceitação”. Acho que foi como as coisas foram acontecendo, aberturas na mídia, educação escolar da família, o trabalho e o estudo árduos. Esses processos de construção de minha homossexualidade também foram vividos com constrangimentos e os dilemas da aceitação que de alguma forma passava por certo cerceamento de minha expressão sexual.

Sempre fui um bom aluno, destacava-me na maioria das disciplinas e como não havia ainda o termo “gay” na nossa região, as brincadeiras dos meninos era chamar uns aos outros de “mulherzinha”, “docinho”. Mas percebia que era uma coisa meio contida. Não havia o que atualmente chamamos de *bullying*. De qualquer forma, era meio confuso viver naquele universo, brigando internamente para entender como é gostar e desejar meninos e ter de namorar meninas. Hoje já se fala muito sobre sexualidade, os programas televisivos abordam esse tema e as novelas exploram a temática das sexualidades chamadas ‘dissidentes’⁷. Houve uma politização da diferença. Na verdade ela sempre existiu, mas vivíamos no silêncio.

Trabalhei em vários lugares, restaurante, mercearia, drogaria e loja poliesportiva. Encontrava os colegas só nos fins de semana para jogarmos vôlei. Mas mesmo que fosse gay, não encontrava outros gays, como percebo hoje em dia. Na atualidade, há uma sociabilidade

⁷ Díaz-Benítez e Figari (2014, p.25) utilizam o termo ‘sexualidades dissidentes’ para se referir a práticas e experiências no campo do sexo-gênero que operam nas fronteiras do erótico/erógeno normativo, como são geradas, como são vivenciadas, como existem além da abjeção.

de grupos que se encontram para ir a festas, jogar vôlei etc. No meu tempo, vivia um armário adolescente. Depois que descobri a masturbação, tudo foi diferente. Quem me masturbou pela primeira vez foi um vizinho, que acabava assediando outros meninos e meninas da redondeza. Depois soube que ele foi preso, pois naquela época não existia *internet* e a sexualidade era vivenciada a partir das fantasias dos quadrinhos e revistas pornô. Não se falava em HIV/AIDS. O sexo agora começava com homens, eu ocupando na maioria das vezes a posição de “passivo” na relação. Transava com um cara casado, que ficava em casa enquanto sua esposa saía para trabalhar. Ele me chamava para a casa dele à tarde. Lembro-me que ninguém falava em camisinha naquela época e eu me expunha ao contágio perigosamente. Fui trabalhar em uma mercearia do irmão do meu cunhado que me assediava. Meu sentimento era uma mistura de medo e nojo. Não gostava dele. Nessa época, lembro-me que chamava atenção porque muitos homens chegavam até a mim, em todas as fases da adolescência.

Namorei muitas meninas, mas não transava com elas. Era difícil para eu controlar isso. Não tinha jeito, não tinha “pegada”. Com dezoito anos conheci um rapaz onze anos mais velho que eu. Ficamos juntos durante três anos. Depois ele terminou o namoro justificando que iria tentar construir sua vida com uma mulher. Um mês após ele veio atrás e eu não quis mais reatar a relação. Depois disso raramente fiquei sozinho, sempre estive com alguém. Tínhamos uma relação de troca, o que chamamos hoje de “versátil”, mas nessa época começava-se a se usar o termo “entendido”⁸. Estávamos no fim do década de 80, mas as ações ativistas não tinham tanta força na Região Norte. Hoje já acompanhamos várias entidades envolvidas com a causa nomeada agora de “LGBT”.

As próximas relações foram mais difíceis, sempre permeadas por violências, fossem físicas, psicológicas, morais, patrimoniais. Violências e violações que, se podem ser vivenciadas por qualquer pessoa, acentuam-se por conta da (homo) sexualidade. Depois dessa primeira relação entrei em contato com os lugares gays de Manaus que à época reduziam-se somente à Boate dos Ingleses. Aquilo era um encantamento. Nessa época já trabalhava e já tinha minha independência. Depois da Boate dos Ingleses (década de 60 aos dias atuais), seguiram-se a Notívagos, Manguirão, Enigma (todas da década de 90), a A2 (início dos anos

⁸ Esse termo foi discutido por Guimarães (2004), a partir de uma pesquisa etnográfica, na segunda metade da década de 70. Sua pesquisa visou conhecer sobre a construção da identidade homossexual no início do MHB (Movimento Homossexual Brasileiro). Àquela época muitas categorias estavam em debate como o uso de “veado”, “bicha/bofe”, “andrógino”, “entendido”. Este último, conforme a autora, era utilizado nas redes de relacionamentos homossexuais e, mesmo que considerado ultrapassado pela maioria, definia um tipo de homossexual de classe média tradicional, “enrustido, de duas vias”.

2000) Cabaré (final da primeira década dos anos 2000), e Augusta (mais recente). Historicamente cada uma dessas casas noturnas marcou uma fase da minha vida em Manaus.

Hoje estudo e pesquiso gênero e sexualidade, mas a história é outra. Vivi um drama da sexualidade. Na década de 90, com o advento da AIDS, perdi muitos amigos. Era assustador. Éramos vistos como doentes e muitos de nós, mais no nunca, trancamos-nos no armário. Tínhamos medo de transar com caras de Sudeste (estigma que não percebíamos). Hoje frequento saunas no Rio de Janeiro e percebo que nos encontros com pessoas mais jovens a camisinha tem sido abolida por conta da Prep⁹ e das novas tecnologias preventivas. Com os mais velhos as coisas são diferentes. Percebo o cuidado com a prevenção via camisinha. Frequento também os espaços de “pegação”, que ainda são espaços de resistências no mundo LGBTI. Com o tempo fui percebendo que fui incorporando um jeito mais masculino, sou o que se chama hoje “cisgênero”.

Já era a segunda vez que ia ao seu encontro. Pensei que iria “ficar no vácuo” novamente. Mas ela apareceu no portão de uma casa bonita, de dois andares. Caminhou até o meio da rua, com o telefone na mão, como se esperasse alguém. Observava tudo do retrovisor de meu carro. Era Atena¹⁰, mulher transexual, cor parda, cabelos loiros longos, e estatura mediana, uns 1,70 m de altura. Vestia uma saia florida e um *top rosa pink*. Quem a visse perceberia marcas da diferença corporal que outras mulheres trans que já entrevistara não exibiam, “passando” despercebidas. No entanto, apesar das percepções sociais sobre os corpos trans, ao que a maioria das pessoas não tem acesso, são às histórias de conflito e dor que mulheres como Atena carregam. Minha interlocutora parecia estar agitada, talvez com a expectativa do encontro. Sai do carro e falei seu nome. Ela abriu um largo sorriso e veio ao meu encontro. Apresentei-me e perguntei onde seria melhor conversarmos. Ela entrou no carro e sugeriu um “churrasquinho”¹¹ perto dali.

⁹ A Profilaxia Pré-Exposição de risco à infecção pelo HIV consiste no uso preventivo de medicamentos antirretrovirais antes da exposição sexual ao vírus, para reduzir a probabilidade de infecção pelo HIV. Mais informações ver: <http://www.aids.gov.br/pt-br/o-que-e-prep>

¹⁰ Como forma de manter o sigilo e a ética na pesquisa, optei em usar nomes de deusas gregas como pseudônimo às entrevistadas dessa pesquisa. Utilizei para nomeá-las as seguintes deusas da mitologia grega: Aurora, Ártemis, Cybele, Hera, Íris, Dóris, Atena e Electra.

¹¹ Nome popular dado a locais que vendem espetos variados e que são facilmente encontrados nas ruas e esquinas da cidade de Manaus.

Começo a narrar esse encontro para ilustrar minha aprendizagem na pesquisa sobre gênero e sexualidade e os desafios para a construção de meu itinerário formativo. Inicialmente ao pretender uma vaga em um curso de Pós-graduação em Saúde Coletiva, questionava-me sobre quais os sentidos desse curso em minha carreira acadêmica. O que as experiências trans contribuiriam com minhas pesquisas na universidade? Surpreendi-me com a resposta qualitativa em termos da ampliação conceitual que essa temática, à luz da sócio/antropologia, traria para o ofício de professor universitário e para os debates que estão circulando o tempo inteiro no plano das políticas que discutem gênero e sexualidade. Além disso, debruçar-me sobre essa literatura me colocou em outra posição, como pesquisador das áreas humanas, pois consegui perceber a necessidade em fazer parte da luta e resistência no processo de “humanizar a humanidade”, principalmente àquele/as que são injustiçado/as por certos regimes da diferença.

Esta tese visa principalmente explorar a relação entre violência, gênero, sexualidade e outros marcadores sociais da diferença a partir de histórias de vidas de mulheres transexuais. Procura ampliar o olhar para além de discursos essencialistas que postulam a construção de um corpo pré-discursivo, naturalizando o fenômeno da violência. De acordo com Júnior e Rebouças (2016, p. 21), em um livro-reportagem sobre transexualidade no Amazonas, tomando dados da Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), 90% das travestis brasileiras são garotas de programa. Os dados também destacam que a expectativa de vida das mulheres trans é de 35 anos, em contraste com mulheres cisgêneras, que alcançam 80 anos, em média. Tais dados alarmantes é que justificam essa tese e fazem refletir sobre o lugar da transfobia na sociedade contemporânea. Quais as marcas que ela imprime nas histórias de vidas dessas mulheres? De que tipo de violência se fala quando se fala em transfobia? Ser vítima de transfobia é também ser vítima de violência relacionada à homofobia? Qual a distinção entre esses dois termos, tão utilizados nas discussões dos movimentos sociais LGBT, que ora ‘borram’ suas fronteiras em seus usos cotidianos, ora os distanciam por conta do ativismo trans que afirma que a transfobia informa um tipo diferenciado de violência? Esses questionamentos não visam buscar uma ampla discussão, mas fornecer, de forma sucinta, algumas informações para que o leitor compreenda que trabalhos no campo da violência, nesse caso, de gênero, podem desencadear múltiplos significados de acordo com a experiência de cada sujeito.

Iniciarei os questionamentos pelo conceito de homofobia. Segundo a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (ABGLT, 2009, p.23), a “homofobia

pode ser compreendida como um conceito guarda-chuva que se refere a duas definições. Na primeira, apresenta-se como a manifestação de sentimentos de “rejeição e/ou aversão a qualquer forma de expressão de sexualidade diferente dos padrões heteronormativos”. Na segunda, relaciona-se a um tripé de fenômenos que engloba “preconceito, discriminação e violência” contra pessoas LGBTs. A homofobia não se vincularia assim a apenas à homossexualidade mas também às convenções de gênero. O trabalho que as associações têm desenvolvido nos auxilia, como cientistas sociais, a aprender a escutar pessoas que, através de atos violentos, experienciam e sentem no corpo essas definições. Dessa forma, muito mais que explicar dados quantitativos sobre a violência que atinge mulheres transexuais como as que entrevistamos, a escuta, o sentido dos discursos, os silêncios, os gestos são o que mais valorizamos nesse trabalho.

E a transfobia? O que a diferencia da homofobia? Uma das melhores distinções que encontrei foi de Jesus (2014). Para a pesquisadora, que faz parte tanto do ativismo acadêmico quanto do movimento social LGBT, “as travestis e as transexuais são, sem dúvidas, o setor mais vulnerável às violações de direitos humanos, logo, a violência executada contra a identidade trans, em decorrência de sua natureza diferenciada e mais violenta, é denominada de transfobia”. O site Wikipedia (2018) igualmente ressalta que “as pessoas trans também podem ser alvo da homofobia, tal como homossexuais podem ser alvo de transfobia, por parte de pessoas que incorretamente não distinguem identidade de gênero de orientação sexual”. Dito dessa forma, parece que a confusão entre essas duas categorias pode realmente gerar violências, preconceitos e discriminações contra pessoas LGBTs, mas as raízes da violência são outras, como procuraremos discutir no capítulo 2, e não uma mera indistinção de termos.

Despretensiosamente, esta tese toma como embasamento central os estudos e pesquisas de autores que se dedicam a compreender a violência como um fenômeno histórico, político e culturalmente construído. Trabalhos como os de Gail Mason (2002), Veena Das (2007) e Rita Segato (2003) foram valiosos para algumas das análises aqui desenvolvidas. Gail Mason, em seu livro, *O Espetáculo da Violência* (2002), apresenta e discute temas pertinentes ao cenário atual, problematizando formas de compreensão essencializadas da violência a partir da construção de um corpo pré-discursivo, anterior à cultura. Por conta desse essencialismo, hierarquias da diferença são construídas pensando-se um modelo de corpo que atenda a dicotomia natureza e cultura. O trabalho de Mason, no entanto, contribui alertando que, apesar dessa formulação, fruto de uma ciência médica e jurídica, há possibilidades de saída, pois essa violência se constitui por sucessos e fracassos, capacidades

e limites. Para isso, ela traz à análise o panóptico foucaultiano e sua luz de fundo como alternativas para a construção de blindagens para o movimento de pessoas que são vítimas da violência relacionada à homofobia. Nesse mesmo viés, Das (2007, p. 63), em uma pesquisa sobre violência contra mulheres na Índia, afirma que “ser vulnerável não é o mesmo que ser vítima”, o que nos possibilita pensar em outras formas de lidar com a violência, mesmo que uma gramática que autoriza essa violência seja acionada pelo gênero e exponha os limites da vida, o que resultará no fracasso da gramática cultural que estabelece e interpreta as diferentes formas de relações sociais.

Por essa razão, decidimos trabalhar com as interseccionalidades, em vez de destacar um marcador em detrimento de outro. A interseccionalidade torna-se, dessa forma, uma ferramenta antiessencialista. A proposta é considerar que o sujeito é social e culturalmente constituído em tramas discursivas nas quais gênero, religião, sexualidade, classe social e geração não são variáveis independentes, mas se enfeixam de maneira que um eixo de diferenciação constitui o outro ao mesmo tempo em que é constituído pelos demais (PELÚCIO, 2011, p. 79).

Gómez (2006) estabelece uma distinção entre as diferentes lógicas da violência, que podem ser hierarquizantes ou excludentes. A lógica hierarquizante visa colocar o outro considerado inferior em “seu lugar”, como acontece com as mulheres e os negros. No caso dos LGBTs, a lógica é excluir, negando-se direitos. O seu lugar é de inexistência, pois ameaçam os bons costumes e a moral, representam uma ameaça real ou imaginada da perda dos privilégios sociais de que gozam certos grupos hegemônicos. A violência por preconceito baseado na orientação sexual e identidade de gênero, afirma Mason (2002), tem em suas causas primordiais a necessidade de marcar diferenças entre coletividades hegemônicas e não hegemônicas a fim de garantir os “arranjos” sociais que beneficiam as primeiras.

Uma das mais importantes decisões durante a escrita dessa tese foi certamente a de responder eu mesmo às questões que colocava às minhas interlocutoras e entrar em contato com minhas experiências de gênero e sexualidade. Produzi assim um prólogo que me fez vivenciar eventos extraordinários que me impossibilitou “contar tudo”. Mas é neste silêncio também que a violência se manifesta ou se reestrutura em novos sentidos. Ela está aí.

Para a produção dessa tese, consideramos as contribuições da banca de qualificação que auxiliou muito do ponto de vista teórico e metodológico. Somente depois da qualificação pude compreender qual era a necessidade de ter entrado e vivenciado o campo mais cedo, como considerou um dos membros da banca, e aprendido mais sobre o cotidiano de minhas entrevistadas. Essa negligência, como pesquisador, será repensada para pesquisas futuras.

Mesmo assim, essa tese deu frutos. Frutos que me fizeram saborear o que as interlocutoras tinham a dizer, não somente nas suas falas, mas também nos sentidos de seus silêncios.

Inicialmente essa tese apresentou dois desenhos: no primeiro, o projeto visava analisar os discursos dos boletins de ocorrência sobre “violência contra homossexuais” na cidade de Manaus. A leitura da tese do sociólogo argentino Ernesto Meccia (2013) ajudou-me a desenhar o segundo projeto, pois despertou meu interesse para o método biográfico, que utiliza narrativas de vida como principal ferramenta para apreensão de sentidos e significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências. Nesse momento, pensei inicialmente que seria possível desenvolver um trabalho com histórias de vida de um grupo de travestis e mulheres transexuais que circulam à noite, perto de onde resido. Mas a aproximação com elas não foi possível. Percebi que o contato com minhas entrevistadas se daria mais facilmente a partir de outros locais, como festas do movimento LGBT, ou a partir de indicação de amigos. Percebi também que minha vivência nos espaços acadêmicos poderia me ajudar a compor o contato com as participantes para esta pesquisa, o que realmente aconteceu. Nos últimos anos, tem sido cada vez maior a articulação de alunos da universidade com a temática de gênero e sexualidade no âmbito acadêmico. Atualmente em Manaus temos experiências de discussão dessa temática tanto na Universidade do Estado do Amazonas, principalmente na Escola Normal Superior, na Escola de Saúde e na Escola de Ciências Sociais por meio de mesas redondas, rodas de conversa, grupos de estudos, iniciação científica e dissertações, tanto da graduação, quanto da pós-graduação e na Universidade Federal do Amazonas, em projetos desenvolvidos no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social.

Decidi, dessa forma, investigar a (in)visibilidade desse grupo, que se reinventa no cotidiano para se realizar enquanto seres viventes frente às (in)dizíveis manifestações da violência. Uma violência que se apresenta de forma diferenciada. As travestis e mulheres transexuais se tornam, dentre as letras “Ts” (travestis, mulheres transexuais, homens trans) do movimento LGBT, a categoria mais vulnerável à violação dos direitos humanos – sendo objeto de ameaças de morte, espancamentos, *cyberbullying*, expulsão de espaços públicos, desaparecimentos, prisão em celas masculinas, negação de serviços, estupros etc¹². Esse dado de alguma forma tem relação com a dificuldade de aproximação das interlocutoras dessa

¹² A pesquisa Política, Direitos, Violência e Homossexualidade (CLAM/CESeC) que tomou por base entrevistas e depoimentos coletados junto a pessoas LGBT nas Paradas de Orgulho, em três cidades, Rio de Janeiro (2004), São Paulo (2005) e Recife (2006), verificou diferentes manifestações de homofobia presentes na sociedade brasileira. Esse tipo de violência tem se intensificado contra as pessoas trans nos últimos anos, o que fez a ativismo trans levantar bandeiras em vários encontros do movimento LGBT contra a transfobia.

pesquisa, o que exigiu alguns rodeios para chegarmos até elas, descritos nas formas de aproximação do campo (ver abaixo, Capítulo I). A compreensão é de que a violência executada contra esse grupo é mais intensa por conta das tensões que ele provoca nas fronteiras entre natureza/cultura, masculino/feminino, articuladas a discursos religiosos, médicos-psi, jurídicos. É a esse tipo de violência que denominamos transfobia.

Parte-se, dessa forma, do pressuposto de que há códigos de coerência cultural¹³ produzidos a partir de discursos hegemônicos pautados em visões essencialistas e heteronormativas sobre sexo, sexualidade e gênero. Essa proposição abre espaços para muitas polaridades em torno da temática. Uma delas são as dúvidas sobre o quanto há de essencialismo¹⁴ nas concepções das próprias travestis e transexuais que buscam o processo de construção e reconstrução do corpo, o que aparece claramente nos discursos de nossas narradoras. Outra polaridade que tensiona as discussões nessa área é a que se refere à possibilidade de desconstrução do masculino a partir da modificação corporal e assimilação de símbolos femininos, aproximando mulheres transexuais dos códigos de coerência cultural e inteligibilidade numa tentativa de redução das violências relacionadas ao preconceito sexual e de gênero. A inteligibilidade é produzida pela aproximação do binarismo, tornando algumas pessoas trans passáveis, despercebidas, invisíveis, o que pode não ser suficiente para que as violências contra corpos trans sejam reduzidas.

O contato com o referencial teórico na área tem contribuído não somente para a compreensão das diversas formas de violência contra pessoas trans em vários espaços sociais (casa, escola, rua, trabalho), mas também para o entendimento e discussão sobre categorias como gênero, sexualidade, direitos sexuais, dentre outras. Sobre o uso da categoria ‘pessoas trans’, Carvalho e Carrara (2013) discutem, em artigo intitulado “Em direção a um futuro trans?”, como essa expressão surge a partir do movimento histórico ativista homossexual que abarca categorias que, por conta de uma série de dicotomias e tensões, vão se especificando: ‘bicha’ x ‘entendido’; ‘homossexual’ x ‘travesti’; ‘travesti’ x ‘transexual’; indo de termos referentes à ‘orientação sexual’ a outros relativos à ‘identidade de gênero’. Essas tensões geram novas configurações e proporcionam a emergência de diferentes identidades coletivas. A análise histórica finaliza articulando o ‘T’, seja de travesti, seja de transexual para

¹³ Judith Butler, em *Regulações de Gênero* (2014), afirma que manter o termo ‘gênero’ em separado de masculinidade e feminidade é salvaguardar uma perspectiva teórica que permite analisar como o binarismo masculino e feminino esgotou o campo semântico de gênero. Quer estejamos nos referindo à ‘confusão de gênero’, ‘mistura de gêneros’, ‘transgêneros’ ou ‘crossgêneros’, já estamos sugerindo que gênero se move além do binarismo naturalizado (p. 254).

¹⁴ Refere-se a formas de pensamento deterministas que consideram todas as formas de comportamento humano a partir de um ser interior que existe antes do social (WEEKS, 2011).

reivindicação social e política de ‘pessoas trans’, apoiadas na reescrita da história dos movimentos sob o contexto da atual conjuntura, apontando que tudo indica um futuro de “sujeitos ou pessoas trans”, que pode melhor circunscrever essas múltiplas identidades. Em nossa pesquisa, percebemos nitidamente esse processo ora de afirmação da categoria ‘transexual’, ora de disputa em suas construções pessoais de gênero e sexualidade.

Esta tese propõe uma investigação sobre violências sofridas por travestis e mulheres transexuais na cidade de Manaus, partindo da premissa de uma subnotificação e uma ausência de tipificação dessas violências. Trata-se de uma pesquisa qualitativa em que me propus a entrevistar até 20 pessoas, fazendo uso de um roteiro semiestruturado e da metodologia de história de vida. O limite de até 20 pessoas foi intencionalmente proposto por conta da hipótese de que, em metodologias que utilizam narrativas de vida, o volume de falas e discursos pode ser extenso ou volumoso. Além disso, aproximar-se de mulheres trans não é tarefa fácil, devido à falta de confiança dessa população. No contato que tivemos, afirmam que há muita gente intencionando pesquisar pessoas trans apenas por curiosidade, sem contribuir para avanços nessa temática. Conseguimos entrevistar apenas mulheres trans. Descreveremos mais abaixo o contexto de contato com cada uma delas.

Partimos da hipótese de que existe um jogo perverso entre visibilidade e invisibilidade em relação à população trans, incluindo-se nela as travestis: por um lado, podemos dizer que “as travestis são visíveis na reinvenção do corpo, pelo desejo e abjeção¹⁵” (PELÚCIO, 2009); por outro, seriam invisíveis pela violação de seus direitos sexuais e humanos. Isso se acentua quando se olha para os dados oficiais, já que “as estatísticas de segurança pública só registram o estupro e a tentativa de estupro entre os vários crimes relativos às questões de gênero, segundo informações do 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2016/2017” (Fórum Brasileiro de Segurança Pública¹⁶).

Entre as justificativas para realização deste trabalho, esteve então a invisibilidade flagrante dos tipos de violência às quais esta população está submetida e que nem sempre são óbvias, buscando contribuir para a tipificação dessas violências através das histórias de vida das participantes. Pontuam-se também os espaços sociais de reificação dessas violências: família, escola, relacionamentos amorosos, acessos a serviços de saúde e assistenciais, contato com a segurança pública. De acordo com a ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), violência de gênero e crimes de ódio motivados por preconceito relativo à

¹⁵ Para conhecer mais sobre essa relação entre desejo e abjeção de travestis que se prostituem ver trabalho de Pelúcio (2009) *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de Aids*.

¹⁶ Para mais informações ver o site: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/10o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>

orientação sexual e identidade de gênero não são tipificados em nenhuma parte do mundo¹⁷. Utilizamos dessa forma uma proposta de pesquisa qualitativa, baseada em história de vida, a partir de entrevistas semiestruturadas com uso de um roteiro biográfico previamente construído e validado em uma entrevista piloto (para o roteiro, ver Anexo I).

Esta tese tem por objetivo geral contribuir à análise das violências às quais as pessoas trans - travestis e mulheres transexuais - são submetidas, identificando a partir de suas histórias de vida e da dor narrada em suas histórias a articulação dessas violências com o processo de vulnerabilidade social desta população. São objetivos específicos:

- Conhecer o que as mulheres trans pensam sobre violência e suas manifestações, utilizando o método de histórias de vida para a construção de conceitos a partir de suas percepções subjetivas;
- Compreender as formas de exclusão e preconceito que têm legitimado práticas de violências contra as identidades de gênero não normativas, no caso, as mulheres transexuais, a partir de regimes dicotômicos de (in)visibilidade;
- Identificar, discursivamente, como as formas de violências contra travestis e transexuais têm impactado suas formas de sociabilidade, trabalho, educação e acessos a serviços públicos de saúde e o que elas fazem com essas violências, tateando suas estratégias de proteção e sobrevivência;
- Conhecer o cenário das ações de políticas de segurança pública contra a homofobia, em particular a transfobia em Manaus, acompanhando o movimento de associações envolvidas na temática mediante entrevistas e levantamento de informações divulgadas na mídia (imprensa local e redes sociais).

As entrevistas foram aplicadas por mim, após assinatura de cada participante dos termos de compromissos¹⁸, com a presença de um aluno de iniciação científica que pesquisa esse tema e que passou por um extenso treinamento sobre como entrevistar e escutar pessoas trans, considerando sempre o comprometimento ético e responsável envolvido em pesquisas científicas¹⁹.

As entrevistas ocorreram em espaços não formais, como salão de cabeleireiro e maquiagem, praça de alimentação de um *shopping*, lanchonete no centro da cidade, casa de uma entrevistada, mesa de um churrasquinho na zona Centro-Oeste da capital, livraria de um

¹⁷ Ver dossiê 2018 em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf>

¹⁸ Ver Anexo II.

¹⁹ Todo o desenho dessa pesquisa foi aprovado previamente pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, protocolo nº 83494318600005260, aprovado em 18/04/2018 (Ver Anexo III).

shopping, sala do departamento de História da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), sala de reuniões da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Sempre busquei levar em consideração o local mais conveniente para a entrevistada e no qual pudesse se sentir mais confiante e segura.

As participantes da pesquisa foram travestis e mulheres transexuais que vivem na cidade de Manaus, na faixa etária entre 21 a 46 anos. No projeto afirmei que pretendia pesquisar pessoas dos dois grupos (travestis e mulheres transexuais), sempre partindo da auto-identificação das participantes. No entanto, todas se assumiram como “mulher trans”. Mesmo assim, decidi permanecer operando com a categoria travesti por perceber que, ora essa categoria aparecia no percurso histórico da construção subjetiva de minhas interlocutoras, ora surgia nos discursos das entrevistadas como sendo as “outras”, aquelas colocadas às margens sociais via prostituição. Recomporemos um pouco esse histórico, descrevendo como esse processo parte de ações afirmativas de movimentos sociais no cenário nacional, articulando-o a ações locais.

Para essa pesquisa, adotaremos o método da história de vida, que segundo Norman Denzin (*apud* MECCIA p. 39, 2013), “é o uso sistemático e coleção de documentos vitais, os quais descrevem momentos e pontos de reflexão da vida dos indivíduos”. Este autor aponta que, para utilizar esse método, é preciso utilizar uma “escuta flutuante”, ou seja, perguntas de superfície teriam sentido de fundo sócio-estrutural e as perguntas de segundo plano, aquelas que emergem no momento da entrevista, teriam um objeto de fundo simbólico (p.40). O autor nos dá uma pista de como isso acontece diferenciando a vida a partir de duas dimensões: história de vida e relato de vida, uma de fundo sócio-estrutural (inclui além da narrativa de vida, todos os documentos que podem ser consultados, como laudos médicos e jurídicos) e, outra de fundo simbólico (a história contada por quem a vivenciou), fornecendo ao sujeito oportunidade de refletir sobre si enquanto conta sua história.

Um dos grandes desafios do método de história de vida é que, como o discurso veicula os sentidos dos atores, a palavra, ao não ser transparente, leva o analista a intervir nos discursos leigos para torná-los mais inteligíveis, sempre e quando não opere sobre eles nenhuma violência derivada do abuso de teoria. Os discursos são as “portas de sentido” dos atores, expressam as “teorias do ator” com as quais ele guia e resolve assuntos de sua vida cotidiana de forma inteligente e ativa (MECCIA, 2013).

Os relatos de vida lidam com os sujeitos, com as pessoas. Lidam com as emoções: choro, desabafo, risos; com a subjetividade em si. É a partir dela que o sujeito faz representações e se posiciona. Em suma, a subjetividade é a combinação da história de vida

do sujeito e suas relações sociais. Desse modo, os sujeitos leem o mundo de forma singular a partir do lugar social que ocupam.

Rovai (2013, p.130) destaca a responsabilidade e os cuidados que o pesquisador deve ter no momento da entrevista – própria dos projetos com história de vida. Os cuidados devem aumentar ainda mais quando se trata de narradores marcados pelas violações perpetradas por regimes autoritários ou no âmbito das relações de poder, como é geralmente o caso das pessoas trans. A autora afirma que como tocamos por vezes em feridas do narrador, exige-se que o tratamento dado pelo pesquisador seja ético, atento às consequências das narrativas e das conclusões sobre elas, que muitas vezes o próprio narrador desconhece no momento em que aceita nos contar sobre suas dores. Rovai (2013, p.139) ressalta que “falar sobre a experiência indizível da violência é um grande desafio para os narradores, enquanto que para o pesquisador exige atenção, respeito e sensibilidade”. O pesquisador precisa entender que, mais que tirar informações e fazer perguntas, é importante – e ético – silenciar e atentar para lacunas e reticências. O consentimento dado pelo entrevistado antes da sessão não garante todo e qualquer direito ao entrevistador.

A pesquisa aparentemente não apresentou riscos agravantes. Mas como se trata de investigação cuja abordagem se dá a partir de histórias de vida, alguns conteúdos e temas trouxeram à tona lembranças de eventos vivenciados que geraram angústias. Minha formação e experiência em psicologia foram de suma importância, pois asseguraram apoio instrumental e humano na condução de algumas eventualidades, como no caso de Cybele, que se sentia angustiada e em pânico ao sair à noite nas proximidades de sua casa, pedindo-me ajuda na superação desse estado. Após a conversa, orientei e a encaminhei para uma rede de apoio da cidade.

Um dos principais desafios em uma pesquisa é saber como interpretar os dados coletados, ainda mais quando esses dados se constroem a partir da escuta das histórias de vida. Costa (2014, p.48) ressalta que o narrador, ao reconstruir um fato, imprime sua marca na interpretação. Assim, a autora sugere que é preciso fazer o trabalho interpretativo sem sufocar a voz do narrador. Fazemos uma viagem dialógica pelo cotidiano do mundo afetivo, social e cultural do narrador, o que gera um conflito de interpretações devido ao embate entre a subjetividade do pesquisador e a do narrador. Para Paul Ricoeur (apud Costa, 2014) “narrar é contar o vivido, é colocá-lo em uma temporalidade e, assim, humanizar o tempo, alinhar os personagens, tecer uma intriga; é ainda, transgredir o discurso oficial em busca da criação; é, sobretudo, aliar o tempo vivido ao tempo ficcionado” (p.63). Como se pode notar há um conjunto de teias imbricadas nas narrativas dos sujeitos da pesquisa e cabe ao pesquisador

perceber todas essas tramas para, dessa forma, separar aquilo que pode ou não ser interpretado.

Costa (p.57) afirma que quando a narrativa – seja oral, seja escrita – se deixa conduzir pela imaginação, ela constrói imagens e sentidos e, audaciosamente, permite ao ouvinte, ao leitor e ao pesquisador o compartilhamento dos campos sensoriais que desenvolve. A historiadora informa que o que buscamos na narrativa, sem consegui-lo em sua plenitude, é sua porção inaudível por meio da linguagem, dos gestos, dos silêncios do narrador. .

Dessa forma, a interpretação ultrapassou os limites do visível, considerando aspectos da história social do sujeito, da cultura, das relações de poder e dos quadros sociais nos quais os temas e objetos da pesquisa se apresentaram. Temporalidades, valores, sabedoria, coragem, desigualdades, exclusões escondidas por trás de uma narrativa, bem como tantas outras dimensões da vida, nos propiciaram uma honrosa experiência de pesquisa.

O envolvimento com a metodologia história de vida proporcionou a experiência de aprendizagem da escuta e análise se faz na prática cotidiana, percebendo que para avançar nas análises foi preciso contar minha própria história de vida (prólogo e epílogo dessa tese), que de alguma forma cruza com aspectos vivenciados pelas entrevistadas. Essa proposta visou também recompor outras histórias como o movimento social e ativista no contexto de Manaus e do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) e do (trans)ativismo (ver gráfico I abaixo).

O método também possibilitou perceber a utilização de diferentes formas de análise das narrativas como no capítulo três, em que propusemos construir análises individuais de quatro entrevistadas (Aurora, Ártemis, Cybele e Hera), sugerindo como momento principal de análise, um interlúdio, um momento de pausa, antes de avançarmos para o quarto capítulo. No capítulo quatro, a proposta foi construir categorias de análise, cruzando a história de vida das outras quatro entrevistadas (Íris, Dóris, Atena e Electra) para pensarmos que, apesar de que cada história ser uma cena, elas expressam e compartilham de uma mesma experiência coletiva.

Gráfico 1 - Mapa-tese



Fonte: O autor, 2019.

O processo de organização dos capítulos passa por um refinamento de propostas que melhor atendam os objetivos iniciais da pesquisa. Inicialmente, por exemplo, os índices mostravam um panorama mais geral dos tópicos, por exemplo, ‘família’, ‘educação’, ‘relações amorosas’, ‘acesso aos serviços de saúde’. Esse momento faz parte de um aspecto cognitivo que leva o pesquisador a possuir elementos norteadores que deem condições de não perder o foco principal do objeto de que se está tratando, mesmo que, grosso modo, esteja brutalizado. Após muitas leituras, reflexões, conversas informais com colegas do Programa de Pós-graduação do Instituto de Medicina Social e orientações, o trabalho foi tomando corpo. Um corpo leve de discussão que visa atender a uma unidade de sentido que se prende por fios de ideias, palavras, frases e vivências, enfim criando uma gramática própria para falar de questões e problemas de gênero. Esse fio vai além de um amontoado de palavras. Dessa forma, para atender a unidade dessa tese, apresentamos a seguinte organização:

Essa tese é dividida em quatro capítulos. No capítulo 1, descrevo as formas de aproximações do campo e do ativismo LGBT, contando um pouco sobre minha participação nas reuniões do Comitê de Enfrentamento e Combate à Homofobia no Amazonas (CEHAM), e da Associação de Travestis e Transexuais do Amazonas (ASSOTRAM). Também descrevo propostas interessantes de aproximações das interlocutoras dessa pesquisa, em que a participação de amigos e alunos da academia foi de fundamental importância na captação dessas narradoras. É um capítulo que propõe tatear os cenários com os quais essa pesquisa dialoga. Tal capítulo busca trazer as trilhas metodológicas a partir das vivências e

experiências de aproximações do pesquisador no campo do ativismo LGBT. Os próximos dois capítulos são divididos conforme os objetivos pretendidos para essa pesquisa. O capítulo 2 traz à discussão uma proposta de articulação da análise foucaultiana às histórias de vida de nossas participantes, principalmente no que diz respeito a relação entre violência e poder. Aliado a essa proposta, amplia-se a discussão a partir da incorporação das ideias elaboradas pela socióloga Gail Mason (2002) em sua magnífica obra sobre violência relacionada à homofobia. A proposta do capítulo é discutir com esses autores para que possamos tecer uma transposição da teoria visando embasar e compreender a violência relacionada à transfobia. Tal capítulo propõe um exame da relação entre violência e poder a partir de uma genealogia dos estudos da violência, contando sinteticamente a história da construção do conceito de homofobia até o surgimento do termo transfobia e da expressão ‘violência relacionada à homofobia’, cunhada por Mason. O capítulo 3 pretende analisar e discutir as narrativas de vida das mulheres trans com um olhar mais minucioso sobre o que mais se acentuou, na perspectiva do pesquisador, no momento de leitura das narrativas transcritas. Cada história de vida é uma cena. Tal capítulo possibilita a entrada nos relatos de nossas interlocutoras, principalmente onde eles foram mais marcantes para o pesquisador, daí o título para cada história dessas quatro mulheres. São elas: Aurora, Ártemis, Cybele e Hera²⁰. A proposta é se aproximar mais minuciosamente dessas experiências e compreender como de modo singular cada narradora vai tecendo o sentido de suas vidas ao contá-las, articulando esses sentidos com diferentes nuances de dores elaboradas com o trabalho do tempo. Finalmente, o quarto capítulo trata da violência contra os corpos trans como um espetáculo sem fim, fazendo analogia ao trabalho de Mason (2002), *O Espetáculo da Violência*, construindo categorias analíticas em que presenciamos atos violentos desde o ambiente familiar até a rua e que finaliza apontando a religião como um desses lugares de enfrentamento e resistência a essas formas de violência cotidiana.

²⁰ Para preservar a identidade sociais das entrevistadas, utilizo o nome de deusas gregas por considerar que suas narrativas e trajetórias de vida são cheias de força e garra frente às adversidades de seus cotidianos sociais.

1 CONTEXTUALIZANDO OS CENÁRIOS DE PESQUISA

Uma pesquisa científica com abordagem antropológica requer algumas estratégias para além do método a ser utilizado. Este capítulo objetiva mostrar como as formas de aproximações do campo exercem um olhar para os atores em cena, percebendo suas ações enquanto sujeitos políticos e, portanto, suas diferenças. Essas experiências de alguma forma compõe informações essenciais para a compreensão do protagonismo LGBT em Manaus, tornando-se parte das pautas políticas desse segmento.

1.1 Formas de aproximações do campo e do ativismo LGBT

Já havia terminado as disciplinas do doutorado e trabalhava no projeto para a qualificação. A partir de diálogos com outros colegas do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva começara a me informar quais os espaços em que a questão da diversidade sexual e de gênero era discutida em Manaus. Érica Vidal, que também pesquisa essa temática, falou-me de um grupo de estudos, denominado Ediversa²¹, coordenado pela pesquisadora e professora Fátima Weiss, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Nesse importante espaço de discussão e reflexão acadêmica, encontrei vários amigos/as da época de formação em educação, psicologia e de outros encontros pela vida afora. Uma dessas pessoas foi Sebastiana (mais conhecida, no universo LGBT como Tiana Miles). Tiana foi fundamental para o início do desenvolvimento desse projeto, pois me convidou para participar da criação do Comitê Estadual de Enfrentamento à Homofobia no Amazonas (CEHAM)²², o que me colocou em contato com diversas organizações da sociedade civil e do movimento social, entre elas a ASSOTRAM (Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado do Amazonas), dirigido e coordenado por Joyce Lorrane, Mirna e Rebeca Carvalho.

1.1.1 O Comitê Estadual de Enfrentamento a Homofobia no Amazonas (CEHAM)

Durante a pesquisa, um Comitê Estadual de Enfrentamento à Homofobia no Amazonas foi criado. A partir da articulação da comissão da diversidade sexual da

²¹ O Ediversa foi criado em dezembro de 2015. No ano de 2016 realizou reuniões e ciclos de debates em torno do projeto de lei 389/2015, que proíbe o debate sobre gênero e diversidade sexual dentro das escolas de Manaus e sobre o Escola sem partido. O grupo formulou um conjunto de documentos e protocolou junto ao Ministério Público e Defensoria Pública estaduais com a finalidade de indormar os riscos desse projeto de lei.

²² Iniciativa conjunta da extinta Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Conselho Federal de Psicologia, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e a parceria da também extinta Secretaria de Políticas para as Mulheres. Para ler o documento ver Anexo IV.

OAB/AM²³, atendendo a convocação do Fórum de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT/AM junto com a extinta SEARP (Secretaria de Articulação dos Movimentos Sociais e Populares) e o Departamento dos Direitos Humanos do município, vinculado à também extinta Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SEMASDH), em 24 de janeiro de 2013, constituíram o Comitê. A constituição desse Comitê se justificou pelo fato do Amazonas ainda não possuir um conselho estadual para atuar com as pautas desses movimentos sociais. Entre os objetivos traçados na época de seu lançamento, estão: o acompanhamento da implementação dos Termos de Cooperação Técnica de Combate à Homofobia, assinado em 12 de maio de 2010, pela também extinta Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, a Secretaria Nacional e Estadual de Segurança Pública; o acompanhamento dos casos de discriminação e violência homofóbicas locais, conforme relatados ao Sistema Disque 100²⁴, dentre outras competências.

1.1.2 Das reuniões do Comitê: um encontro com pares

Fui convidado a participar de algumas reuniões do Comitê, inclusive de sua própria criação, que se realizou em 21 de agosto de 2017. Todas as reuniões ocorreram no Auditório do Centro Estadual de Referência em Direitos Humanos Adamor Guedes²⁵, que pertence à Secretária de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania. O centro é composto de várias gerências, entre elas, a Gerência Diversidade e Gênero (GDG), cuja principal atividade é coordenar a elaboração e implementação dos planos, programas e projetos relacionados aos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em âmbito estadual, bem como articular ações junto aos demais órgãos do poder público e sociedade civil organizada. A

²³Para ver ata dessa reunião e as entidades participantes, ver Anexos V e VI.

²⁴ O Disque 100 é um serviço de atendimento telefônico gratuito que, vinculado à Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, vinha sendo coordenado pela extinta Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH-PR) desde 2003. Hoje faz parte do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do atual governo. Inicialmente voltado a denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes, o serviço passou progressivamente a registrar outros tipos denúncias, “em especial as que atingem populações com vulnerabilidade acrescida, como: Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas, Pessoas com Deficiência, LGBT, Pessoas em Situação de Rua e Outros, como quilombolas, ciganos, índios, pessoas em privação de liberdade (CARRARA et al, 2008, p.129).

²⁵ O Centro Estadual de Referência em Direitos Humanos Adamor Guedes (CERDH) foi inaugurado em 11 de janeiro de 2016. É uma unidade da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC) que atua na construção de estratégias para o enfrentamento e superação da violência e afirmação dos Direitos Humanos. Seu nome homenageia Francisco Adamor Lima Guedes, morto aos 40 anos com uma facada no pescoço na madrugada do dia 27/09/2005 em seu apartamento, na rua Ramos Ferreira, bairro Aparecida, Zona Sul de Manaus. Adamor era presidente da Associação de Gays, Lésbicas e Travestis (AAGLT), e sua morte causou comoção entre líderes da comunidade homossexual e entidades defensoras dos direitos humanos.

tratativa dessa primeira reunião objetivava escolher os representantes das organizações da sociedade civil que iriam compor o Conselho Estadual de Combate à Discriminação LGBT.

Vivenciar essa experiência foi ímpar no sentido de ver e participar, ineditamente, do movimento de pessoas engajadas e interessadas nas agendas LGBT, além de contribuir qualitativamente para a ampliação do olhar sobre as questões que envolvem violências e, particularmente, violências contra a população LGBT. No dia de criação do Comitê, a sala pequena, chamada de auditório, tornou-se desconfortável por conta da presença de tantos representantes de diferentes entidades. Apesar de a sala já estar lotada, as pessoas não paravam de chegar. Tentou-se fazer um círculo para que o encontro tivesse a conotação de interação mais livre, em que todos pudessem ser vistos. Havia representantes de diversas secretarias, como as de saúde e assistência social do município. Do movimento social estavam presentes vários representantes, entre eles, o coletivo O Gênero, na figura de Thiago Costa, a Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado do Amazonas (ASSOTRAM), representada por Joyce Lorrane, e a Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis (AAGLT), liderada por Bruna La Close. Também participavam Paulo Trindade, do Coletivo Difusão, Gabriel Mota, presidente do Manifesta LGBT+ e outras entidades, inclusive ligadas ao movimento religioso LGBT. Presentes estavam também Kennedy Costa, na época presidente do Diretório Nacional de Estudantes e Maurício de Oliveira, membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB/AM.

Um processo de escolha de representantes para compor um Comitê como o de Combate à Homofobia não seria fácil. Tensões e confrontos estavam visíveis naquele encontro, pois havia mais representantes que vagas de representação para as entidades. Eram 10 vagas e tínhamos mais de 15 entidades para contemplar. A votação começou por considerar as 'letrinhas' do movimento. Para a escolha do "L" foi relativamente fácil. Havia apenas uma representante. A tensão maior foi para a escolha do "G", com mais representantes presentes. Depois de um clima bastante tenso, pois cada um tinha que apresentar seus motivos e tipo de trabalho que exercia frente à entidade, a votação ocorreu. Interessante não haver representação de bissexuais, o que abria mais vagas para gays, travestis e transexuais. Houve apoio unânime para Joyce Lorrane, presidente da ASSOTRAM, representação das Travestis e Transexuais. Foi lá me aproximei de Joyce, trocando de telefone para posterior contato.

Outras reuniões ocorreram no âmbito do Comitê. Uma, no dia 19 de setembro de 2017, para tratar do andamento do Conselho Estadual de Combate à Discriminação (CECOD/LGBT) e outra, no dia 27 de abril de 2018, cuja pauta objetivava discutir os preparativos da programação de atividades em comemoração ao 17 de maio, "Dia Nacional de

Combate à Homofobia" e as demandas do Conselho Estadual de Combate à Discriminação LGBT. A representação dessas outras reuniões tinha o quórum reduzido, diferentemente do dia da reunião para escolha dos representantes, havendo menos embates entre as entidades.

A reunião extraordinária do Comitê, realizada no dia 11 de maio de 2018, versou sobre a construção de uma minuta²⁶ a ser apresentada para a Câmara Municipal de Manaus em protesto ao veto por deputados da denominada bancada cristã, representada pelo vereador Marcelo Alexandre, da participação do Manifesta LGBT+ em uma audiência pública sobre questões de LGBTfobia²⁷. A participação do grupo, requerida pela vereadora Joana D'arc, teria sido vetada com a justificativa de que, na Parada do Orgulho de 2016, em São Paulo, uma mulher transexual havia encenado uma crucificação e que aquilo seria uma afronta para a bancada local que por isso não apoiaria o pedido da vereadora. Esse fato fez com que o Comitê se reunisse extraordinariamente para a produção da minuta.

A minuta elaborada pelo grupo presente referia-se aos números da violência contra a população LGBT no Brasil e em Manaus a partir das informações do Disque Direitos Humanos (Disque 100)²⁸ e dos relatórios do Grupo Gay da Bahia (MOTT, 2016), mostrando a média de denúncias de violências e de assassinatos de LGBT. Também foram considerados na minuta dados registrados pelo Centro de Referência dos Direitos Humanos Adamor Guedes, em que aparecem 28 denúncias encaminhadas pelo Disque 100 e 31 recebidas diretamente pelo Centro. A minuta também apontou para o incremento da violência letal contra LGBTs no Amazonas, indo de 7 homicídios, em 2014, para 25, em 2016 e 28, em 2017.

A aproximação com o Comitê tem não somente o sentido de aproximação com o campo e com as entrevistadas, mas também o de contatar grupos que estão tecendo a rede de apoio e movimento contra a homofobia e transfobia em Manaus. Este Comitê tem sido um forte aliado dos movimentos da sociedade civil, estudando e discutindo os processos sociais que envolvem a comunidade LGBT no Brasil e no estado do Amazonas. A Gerência Diversidade e Gênero, que faz parte do Centro de Referência Adamor Guedes, acompanha as iniciativas estaduais relacionadas à proposição e implementação de leis, portarias e resoluções que buscam garantir direitos à comunidade LGBT anteriores à sua criação, bem como novas propostas.

²⁶ Ver Anexo VII

²⁷ Termo utilizado pelo grupo Manifesta LGBT+

²⁸ Serviço do Governo Federal inspirado no Disque Defesa Homossexual (DDH), implantado no Rio de Janeiro nos anos 1990. Trata-se de ferramenta para recebimento de denúncias de casos de violência e violação de direitos contra grupos protegidos pelos direitos humanos, como mulheres, crianças, idosos, LGBTs.

Eis as principais iniciativas no Amazonas: Lei nº 3.079, de 02 de agosto de 2006 (Combate a prática de discriminação LGBT) que dispõe sobre a prática de discriminação em razão de orientação sexual do indivíduo, a aplicação das penalidades decorrentes e outras providências; Portaria n. 438/2009 SEAS que regula a utilização do nome social de travestis e transexuais, em fichas de cadastro, formulários, prontuários e documentos congêneres do atendimento prestado aos usuários dos serviços nas Unidades da SEAS; Termo de Cooperação Técnica nos termos do Decreto n. 7.037, de 21 de Dezembro de 2009, atualizado pelo Decreto n. 7.177 de 12 de maio de 2010, para articulação e implementação de políticas de enfrentamento as homofobias no Brasil; Resolução n. 33, de 09 de abril de 2013 (Conselho Estadual de Educação): Estabelece normas para utilização de nome social nos Registros Escolares Internos das Escolas do Sistema Educacional do Estado do Amazonas; 29 de abril de 2013 ocorre a Criação do Comitê Estadual de Enfrentamento à Homofobia - CEHAM com o objetivo de garantir os Direitos Humanos de forma universal, individual e interdependente, assegurando a cidadania plena, a promoção e defesa dos direitos humanos de LGBT, o enfrentamento à homofobia, o machismo, e sexismo, a garantia da igualdade da diversidade sexual humana, a prevenção e enfrentamento à violência homofóbica contra a população LGBT e o fortalecimento dos princípios democráticos dos Direitos Humanos; Resolução n. 22, de 30 de julho de 2013 (Conselho Estadual de Saúde) que dispõe sobre a inserção do nome social de travestis e transexuais em fichas de atendimento, prontuários, cartão SUS, e outros documentos internos de todas as unidades de saúde pública do Amazonas; Portaria n. 057/2014 – GS/SSP que assegura às pessoas travestis e transexuais a identificação pelo nome social em documentos de prestação de serviço, em formulários eletrônicos ou em quaisquer outros documentos onde tenha que constar sua qualificação, quando do atendimento em órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública do Estado do Amazonas e dá outras providências; Lei Delegada de nº4.263 de 9 de março de 2015 que criou a Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania – SEJUSC e instituiu a Gerência Diversidade e Gênero; Lei nº 4.475, de 06 de maio de 2017 que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Combate à Discriminação LGBT – CECOD e dá outras providências; Portaria n. 157 de 05 de outubro de 2017 que institui Grupo de Trabalho com a finalidade de subsidiar a formulação de tese para implementação de medidas de desburocratização referente as ações de mudança no registro civil para as pessoas transexuais e travestis no âmbito dos cartórios de registro civil público do Estado do Amazonas.

Fundamentalmente importante para o movimento LGBT, a Gerência Diversidade e Gênero tem acompanhado, apoiado e incentivado várias ações afirmativas que divulgam propostas de combate à discriminação e homofobia, dentre elas: Reuniões GT Transcidadania; Mini Festival Cultural LGBT: Miga! Sua Loca; Oficinas Visibilidade Trans; Oficinas Visibilidade Lésbica; III Encontro Região Norte de Travestis, Transexuais e Homens Trans; 38º Reunião Ordinária CNCD; I Congresso de Saúde LBGT – UEA/ESA; I Encontro Abra sua Mente I Seminário de Diversidade e Gênero nas perspectivas dos Direitos Humanos para a População LGBT – Parintins; Formação de Jovens Lideranças; Centro Estadual de Referência em Direitos Humanos Adamor Guedes; #RespeiteALiberdadeReligiosa.

1.1.3 A ASSOTRAM

Consegui me encontrar com Joyce Lorrane, presidente da Assotram, após várias tentativas. Era início da noite de um sábado quando cheguei à sua casa. Ela veio me receber no portão. Era uma mulher alta, morena amazônica, com seios volumosos. Dei dois beijos em seu rosto e entrei. Senti-me um pouco constrangido e nervoso. Talvez pela falta de experiência nesse universo. A sede da Associação localiza-se em sua casa, em um antigo bairro da cidade. A sala pequena, com alguns móveis, servia de espaço para as reuniões.

Ao chegar, fui recebido pelas meninas. A sensação que tive era de intruso naquela reunião. Percebi que elas me olhavam meio desconfiadas, mas não deixavam de falar muito e em volume alto, quase gritando. Joyce me apresentou a elas. Estavam presentes Rebeca, Myrna, conhecida como Flor de Liz, Hera e Íris, que participaram dessa pesquisa, Camila e Maria do Rio. Joyce disse que eu estava ali por conta de uma pesquisa da universidade. Então me apresentei e expliquei qual a finalidade da pesquisa e a contribuição que ela traria potencialmente para o movimento social.

Joyce pediu que elas se apresentassem. Não demorou muito para que quebrassem o gelo em suas apresentações. Parodiando o que costuma acontecer em reuniões de alcoólatras anônimos, uma delas disse que era fulana e que fazia uma hora que ela não bebia. Outra disse que fazia uma hora que não comia. Outra falou: “eu fiz uma noite de sexo muito boa”. Isso serviu para que dessem sonoras gargalhadas e que minha presença fosse aceita em meio a tantas desconfianças. Depois disso começou a reunião propriamente dita. Elas discutiram a necessidade de participarem de um curso para elaboração de projetos que pudesse ajudá-las a angariar recursos do estado e do município para suas ações. Assumi com elas a tarefa de conseguir espaço para o curso, no caso, um mini-auditório da Escola Normal Superior, onde trabalho. Outra pauta seria a produção de um vídeo para o dia da Parada do Orgulho Gay que

ocorreria no dia 28 de junho. Além dessas pautas, elas elaboraram um plano de ação para o segundo semestre de 2018, em que elas estariam envolvidas em atividades como o Outubro Rosa, o Novembro Azul e em ações de prevenção do HIV/AIDS.

Figura 1 - Representantes da Assotram



Fonte: www.facebook.com/pg/assotram/photos/?ref=page_internal

A associação tem sido muito atuante no movimento LGBT, mas principalmente no diz respeito aos direitos das mulheres trans, participando ativamente de eventos e marcando posição política no cenário das ações afirmativas da população.

Figura 2- Campanha de Combate à Homotransfobia



Fonte: https://www.facebook.com/pg/assotram/photos/?ref=page_internal

Figura 3- Oficina de Saúde Sexual



1.1.4 Indicação de amigos, redes sociais e a comunidade acadêmica

Uma possibilidade de aproximação das entrevistadas foi por meio de círculos de amigos. Parti a perguntar a amigos próximos se eles conheciam alguma mulher trans com quem mantivessem contato. O encontro com Aurora, uma de minhas narradoras se deu a partir disso. Sanderson, um amigo meu, pediu-me que respondesse a uma entrevista da faculdade. Participei dessa pesquisa e ao final perguntei a ele se não conhecia nenhuma mulher trans. Ele respondeu que conhecia, mas que ela era meio desconfiada e arredia. Pedi a ele que falasse sobre mim e a pesquisa a ser desenvolvida. Depois de alguns minutos, ele disse já ter falado com ela e que ela havia aceitado o convite, mandando-me seu contato. Entrei em contato com ela e marcamos o dia e a hora para a entrevista. Foi em seu local de trabalho, um salão de classe média, no Parque das Laranjeiras, bairro da zona Centro-sul de Manaus.

Outra forma de aproximação que abre um leque de possibilidades de aproximações de pessoas para a pesquisa são as redes sociais. Após participar da reunião na ASSOTRAM e entrar em contato com aquelas mulheres, decidi visitar a página do Facebook da associação. Havia um post de uma mulher trans perguntando como faria para “tirar” o nome social. Ela se chamava Dóris. Isso me chamou atenção e rastreei o Facebook de Dóris para verificar quais amigos tínhamos em comum. Ao acessar sua página, verifiquei que tínhamos uma amiga em comum e que era minha aluna no curso de Pedagogia. Decidi entrar em contato com essa aluna. Na manhã seguinte, fui até a sala onde minha aluna estudava e perguntei de onde ela conhecia Dóris. Ela respondeu que ela era sua sobrinha. Expliquei a ela sobre a pesquisa e disse que gostaria que ela me apresentasse Dóris. Ela concordou e me enviou seu contato. Pedi que mediasse essa apresentação, falando com ela previamente.

1.1.5 Dados sociodemográficos

A Tabela 1 mostra as características sociodemográficas das entrevistadas. A faixa etária vai de 21 a 46 anos de idade e a maioria se declarou “feminina” ao serem perguntadas sobre sua identidade de gênero. Todas se declararam “heterossexuais” em relação à orientação sexual. Em relação à escolaridade, cinco tinham o ensino médio completo, uma o ensino médio incompleto, uma o ensino superior completo e uma o ensino superior incompleto. Observou-se que a maioria mora com a família (pais, mãe e irmãos), duas com os maridos e somente Cybele mora com uma amiga. Sobre religião, quatro declararam não possuir nenhuma religião. Duas declararam serem umbandistas, uma espírita, e uma disse acreditar

em Deus. Das oito entrevistadas, quatro declararam ser cabeleireiras, uma atriz/autônoma, ou seja, que tinha seu próprio negócio, uma “dona do lar” e uma declarou-se estudante. Sobre a participação em movimento social ativista apenas três das oito declararam participar.

Nesses dados demográficos não consideramos o marcador social raça, não por haver discriminação e preconceito acerca desse elemento mas por razão de que isso não se mostrou em evidência no contexto amazônico, em que a maioria tem a miscigenação indígena e cabocla, sendo predominante em relação à raça branca.

Tabela 1 - Dados sociodemográficos

Nome social	Identidade de gênero	Orientação sexual	Idade	Naturalidade	Situação Familiar	Profissão	Situação econômica	Religião	Escolaridade	Participação em movimento social
Nathalie	Feminino	Heterossexual	21	Amazonas	Mora com mãe e irmãs	Maquadora e cabeleireira	01 a 05 salários	Não possui	1º ano do ensino médio	não mas acompanha
Manu	Feminino	Heterossexual	22	Amazonas	Mora com o marido	Atriz/autônoma	05 a 10 salários	Não possui	Ensino médio completo	Não
Leona	Feminino	Heterossexual	37	Amazonas	Amiga	Arquiteta/Cabeleireira	01 a 05 salários	Umbandista	Nível superior incompleto	Sim
Michele	Feminino	Heterossexual	23	Amazonas	Mora com os pais	Estudante	01 a 05 salários	Não possui	Superior completo	Sim
Nichole	Feminino	Heterossexual	46	Amazonas	Mora com a mãe	Cabeleireira	01 a 05 salários	Não possui	Médio completo	Sim
Bruna	Transsexual	Heterossexual	27	Amazonas	Mora com os pais	Acompanhante	01 a 05 salários	Espírita	Médio completo	Não
Nayla	Feminino	Homossexual	30	Amazonas	Mora com mãe e irmão	Autônoma/Cabeleireira	01 a 05 salários	Católica/um banda	Médio completo	Não
Valery	Feminino	Heterossexual	42	Amazonas	Mora com o marido	Do lar	01 a 05 salários	Deus	Médio completo	Não

Fonte: O autor, 2019.

1.1.6 Das narradoras e suas entrevistadas

Traçar um percurso metodológico torna-se em alguns momentos um processo exaustivo, mas que faz parte da pesquisa. A insistência naquilo que o pesquisador deseja explorar para conhecer é o que o mantém focado sem perder as esperanças. Buscar sujeitos trans – travestis e mulheres transexuais – certamente não é uma trajetória fácil de aproximação devido a históricos de violência contra essa categoria. Percebe-se a sua recusa, resistência, medo, desconfiança. Descreveremos aqui as cenas, as vivências, as experiências, as emoções desse cenário de pesquisa.

Aurora

Minha primeira entrevistada foi Aurora. Como descrito acima, esse contato se deu por intermédio de um amigo. Perguntei dele se conhecia alguma mulher trans e ele disse que não conhecia muita gente “que se transformava”. Disse que a única pessoa que conhecia era Aurora, que havia trabalhado com ele. Pedi que fizesse uma articulação com ela para saber se aceitava ser entrevistada. Ele perguntou sobre o que era pesquisa e eu o informei, inclusive apontando a importância para a universidade e para o movimento social. Ele falou com ela, explicando a pesquisa, e Aurora perguntou se a entrevista seria pessoalmente. Respondi que sim e que marcaria o melhor horário e local de acordo com a sua disponibilidade. Ela então autorizou que entrasse em contato.

Ao entrar em contato com Aurora, apresentei-me e falei sobre a satisfação em tê-la como participante da pesquisa. Ela marcou o encontro para uma quarta-feira, às 17 horas, depois que terminasse os atendimentos em um salão de beleza onde trabalhava como maquiadora. Na manhã da quarta marcada, entrei em contato pedindo que ela enviasse a localização. Ela disse que ainda não estava no trabalho. Disse que estava tudo bem e que aguardaria seu retorno. À tarde, ela entrou em contato, pediu desculpas por desmarcar, pois teria duas clientes à noite. Remarcamos para o dia seguinte. Entrei em contato novamente à tarde e pedi a confirmação da entrevista. Ela então me enviou a sua localização e o nome do salão em que trabalhava: Splêndida.

Ao chegar ao salão, avistei-a do lado de fora. Estava se despedindo de uma pessoa, possivelmente uma cliente. Era um salão de classe média-alta, localizado no Parque das Laranjeiras, bairro da Zona centro-oeste de Manaus. Entrei e logo ela veio me receber. Dei dois beijos no rosto. Ela disse que poderíamos subir. Como era a primeira entrevista,

inicialmente fiquei ansioso, mas tentei manter a calma para que tudo saísse bem. Subimos e sentamos em um sofá, que lembrava um divã, logo na direção de outro vão de escadas. Percebi que ela estava um pouco nervosa também, pela voz trêmula. Expliquei a pesquisa, mostrando-lhe a aprovação do Comitê de Ética e explicando sua finalidade. Ela então assinou os termos de consentimento e começamos a entrevista. Foi uma entrevista muito significativa, pois, apesar de ser a primeira, trouxe muitos conteúdos tanto para a pesquisa, quanto para a participante, que fazia reflexões sobre sua história de vida trans. Ao final, senti que ela estava muito satisfeita por fazer parte da entrevista, pois parecia que abria ali caminhos para movimentos de mudança tanto nas dimensões subjetivas e pessoais quanto para as sociais.

Ártemis

Descia as escadas da Escola Normal Superior que davam acesso ao estacionamento. Já havia terminado minhas aulas do turno vespertino e ia em direção a meu carro quando ouvi alguém chamando, “professor!”. Era uma aluna do curso de pedagogia que soube que eu estava tentando encontrar mulheres trans para a pesquisa. Ela me disse que conhecia uma e que já havia falado para ela sobre meu projeto. Disse que mandaria o contato via *whatsapp*. Mais tarde recebi o contato daquela que seria mais uma narradora. Seu nome era Ártemis.

No dia seguinte entrei em contato com Ártemis e ela se mostrou bem disponível a participar da pesquisa. Em conversa por mensagens, disse que estaria no centro da cidade naquele mesmo dia. Lembro-me bem a data porque era Dia dos Namorados e eu não estava tão bem com meu namorado. Decidimos marcar na Alemã, lanchonete tradicional localizada na Praça Heliodoro Balbi, centro de Manaus. Cheguei no horário combinado e mandei uma mensagem dizendo que a aguardava. Estava ansioso, talvez por conta de tê-la avisado e de ela ter visualizado a mensagem. Por um momento, cheguei a pensar que ela não iria e isso me deixava tenso. Entrei na lanchonete, sentei e pedi um lanche. Enquanto a aguardava, revisitava o roteiro de entrevista. Minutos depois recebi uma mensagem SMS, dizendo que ela havia ficado sem Internet, mas que estava a caminho. Era uma mulher alta, bonita, corpo esbelto e escultural, usava um vestido listrado e bem justo ao corpo. Entrou com um sorriso nos lábios. Eu a reconheci mesmo nunca a tendo visto antes. Espalhava muita simpatia. Levantei, beijei-lhe no rosto e sentamos. Ofereci-lhe um lanche e enquanto comia, conversava com ela sobre sua vida.

Cybele

Era manhã do dia 13 de junho, dia seguinte ao da entrevista com Ártemis. Recebi uma mensagem de outra ex-aluna do curso de pedagogia, informando-me que poderia me apresentar uma mulher transexual. Disse-me que essa mulher morava como inquilina em sua casa, um quarto alugado, e que já havia falado para ela sobre minha pesquisa. Agradei muito e pedi que me enviasse o contato. Ao telefone, Cybele me tratou com muita disponibilidade. Marcamos o encontro para o dia 14 de junho em sua casa, que ficava no bairro de Santa Luzia, zona Sul de Manaus.

No dia seguinte, segui a localização enviada por Cybele, indo ao seu encontro. Não foi tão fácil acessar o local, mesmo pelo GPS. Meio perdido nos bairros das proximidades, liguei para Cybele. Ela me deu algumas orientações e consegui chegar ao destino. Ela já me aguardava com um sorriso no rosto em frente à sua residência. Entramos e nos dirigimos à cozinha da casa. Lá estavam também outras duas pessoas, minha ex-aluna e sua mãe, que me ofereceram um café. Jogamos um pouco de conversa fora, descontraímos, reduzindo a tensão do encontro e em seguida a entrevista começou.

Durante a entrevista, minha aluna e sua mãe ficaram por perto, observando a fala de Cybele que sempre se dirigia a mim e a elas no momento de falar sobre sua vida. Na verdade aquela família havia acolhido Cybele há muitos anos, quando em conflito com sua família de origem. Elas agora tratavam Cybele como parte da família. Foi uma experiência muito interessante, pois senti que pude fazer uma entrevista para além da pesquisa dessa tese, disponibilizando um momento de escuta aos dilemas vividos por Cybele.

Hera

Conheci Hera na reunião da ASSOTRAM. Hera é ativista atuante no movimento trans de Manaus. Está presente em quase todos os eventos ligados à população LGBT. Após o término da reunião na Associação, perguntou aonde eu iria e se eu podia deixá-la em um ponto de ônibus próximo. Disse que sim. Conversamos um pouco sobre as propostas de calendário para o segundo semestre de 2018 e aproveitei para pedir seu número de telefone, perguntando se toparia ser entrevistada. Ela aceitou e disse que combinaríamos o dia.

Na semana seguinte, fui convidado para mediar uma discussão sobre homofobia na Escola de Saúde da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Lá estava Hera. Ao final do evento, disse a ela que gostaria de marcar nosso encontro. Ela me informou que haveria a apresentação de Íris (também da ASSOTRAM e participante dessa pesquisa) no espaço cultural da Livraria Saraiva. Era a defesa de um trabalho de graduação sobre prostituição na

década de 70 em Manaus. Disse-lhe que estaria lá para a encontrar. No dia do evento, ao chegar à livraria, avistei Hera no andar de cima, folheando um livro. Conversei com ela e decidimos iniciar a entrevista ali mesmo. Ela falou sobre a infância e seus posicionamentos sobre a construção do corpo trans. O tema relativo a outras transições de vida, deixamos para um próximo encontro por conta da apresentação de Íris que iniciaria a alguns minutos.

Íris

Conheci Íris na reunião da ASSOTRAM de que participei. Nesse primeiro contato, trocamos telefones. Encontrei novamente Íris em apresentação de um projeto seu de iniciação científica e que também foi tema de conclusão do curso de História. Ao final da apresentação, dirigi-me a ela para parabenizá-la pelo trabalho. Era uma pesquisa sobre a prostituição de mulheres na década de 70. Ao abordá-la, perguntei sobre a possibilidade de entrevistá-la e ela disse que poderíamos conversar no dia seguinte, na Universidade Federal do Amazonas, onde estuda. No dia seguinte, fui ao seu encontro. Ela marcou no departamento de História onde fazia pesquisa em sua área. Utilizamos uma sala do departamento. Íris parecia ser bastante comunicativa, pois por onde passava as colegas do curso a cumprimentavam. Demonstrava muita segurança ao falar. A entrevista durou em torno de uma hora.

Dóris

Na tentativa de selecionar pessoas trans, comecei uma busca nas redes sociais, nas redes de relacionamentos, nos eventos promovidos pela sociedade civil e pelo movimento social LGBT. Pelo Facebook encontrei, na página da Associação de Travestis e Transexuais do Amazonas, a mensagem de uma mulher trans que buscava informações sobre nome social. Cliquei para ver quem era e encontrei uma amiga em comum, uma aluna minha da graduação, que, em contato posterior, informou-me que aquela mulher trans era sua sobrinha. Fiquei animado com essa informação e pedi para que me apresentasse a ela e marcasse um encontro para a entrevista. Ela concordou e posteriormente mandou mensagem dizendo que estaria tudo certo para uma sexta-feira, dia 08 de junho de 2018. Na manhã do referido dia, entrei em contato com a aluna para confirmar o encontro. Ela me disse que tinha pedido confirmação à sobrinha e ela não havia respondido. Pedi então que eu ligasse. Dóris me atendeu e disse que havia marcado no *shopping*, mas como dependia de ônibus não poderia chegar no horário combinado. Prontifiquei-me a pegá-la próximo à sua residência. Ao chegar ao local combinado, tentei ligar mas o telefone dela estava desligado. Mandeí mensagem e ela não respondeu. Aprendia que a aproximação com sujeitos de pesquisa torna-se por vezes

frustrante e que precisamos de tempo, paciência, coragem e entusiasmo para alcançar os objetivos pretendidos.

Atena

O encontro com Atena foi marcado por alguns desencontros. Seu contato aconteceu a partir de um aluno da Escola Normal Superior. Ele mandou seu contato *Whatsapp*, dizendo que havia falado com ela e que ela havia aceitado ser entrevistada. Entrei em contato com Atena na manhã do dia 11 de julho de 2018. Ela disse que estaria disponível para conversar à tarde, pois iria resolver umas coisas pela manhã e que a partir das 16hs estaria livre. Fui ao seu encontro, mas Atena não apareceu. Liguei e seu telefone estava desligado. Como já havia passado por essa experiência, percebi que isso fazia parte desse momento de contato com as participantes. Esperei por volta de uma hora, depois fui embora. Às 18hs, Atena mandou mensagem, pedindo desculpas pelo “furo”, justificando que estava “fazendo o cabelo” de uma cliente e que tinha terminado tarde. Respondi que não havia problema, que poderíamos remarcar para outro dia. Ela disse que poderia ser pela manhã do dia seguinte. Concordei. No dia seguinte, Atena mandou mensagem dizendo que teria que sair novamente para ir ao banco e resolver coisas, mas que estaria certo para tarde, às 17h. Mais uma vez, fechamos o encontro, que dessa vez deu certo.

Estacionei o carro quase em frente da casa de Atena. Ela havia mandado a localização. Fiquei dentro do carro e avisei que já estava à sua espera. Ela demorou a responder e cheguei a pensar que novamente não ia dar certo o encontro. No entanto, Atena apareceu. Chegou no portão e saiu para o meio da rua, como que procurando alguém. Percebi que era ela. De cabelos claros, usava uma saia jeans e uma blusa decotada. Sai do carro e acenei. Ela veio até o carro e entrou. Apresentei-me e perguntei onde poderíamos fazer a entrevista. Ela disse que eu ficasse à vontade. Como eu conhecia a região onde Atena morava, sugeri um “churrasquinho” perto dali. Chegamos ao local e sentamos em uma mesa. Perguntei se ela queria algo. Ela aceitou um suco. Ali a entrevista ocorreu. Foi um encontro muito interessante, pois Atena compartilhou suas ricas experiências de vida.

Electra

Electra foi indicada por uma colega sua da ASSOTRAM que se chamava Rebeca. Havia pedido para ela que me ajudasse a conseguir contato com algumas mulheres trans para minha pesquisa. Ela então se comunicou com Electra, que entrou em contato comigo. O encontro dessa vez foi mais rápido. Electra se mostrou disponível para participar da pesquisa.

Perguntei qual seria o melhor lugar para ser entrevistada. Ela respondeu que seria melhor na própria Uea. Concordei e agendei a sala de reuniões da Escola Normal Superior da UEA para as 18hs do dia 17 de julho de 2018. Meu aluno de iniciação científica iria participar da entrevista, observando. Electra chegou um pouco antes do horário e meu aluno, que também já estava na universidade, avisou-me.

Quando cheguei, apresentei-me a ela e ao seu marido que a acompanhava. Ela perguntou se havia problemas em ele assistir a entrevista e eu respondi que não. Electra era forte, usava cabelos longos e encaracolados. Vestia um vestido verde claro. A entrevista durou em torno de uma hora e percebi que, como já era minha oitava entrevistada, havia maior domínio do roteiro e por isso a entrevista fluiu com mais segurança tanto para o pesquisador quanto para a interlocutora.

2 DA HOMOFOBIA À TRANSFOBIA: notas sobre uma genealogia dos estudos sobre da violência

Este capítulo se propõe a apresentar sinteticamente o processo de construção da violência homofóbica e transfóbica a partir das tensões entre os saberes-poderes sobre os corpos e suas articulações políticas. Quando falamos de uma genealogia, tomando-a como um método dentro da perspectiva foucaultiana, visamos discutir as relações, os jogos e as práticas de poder nas quais forças se enfrentam em um plano histórico, que se rompe por processos dinâmicos, compondo uma nova problemática. É nesses meandros que podemos captar o caráter estratégico e político da construção de corpos e subjetividades. O capítulo visa ampliar conceitos a partir da reflexão sobre pesquisas que, no campo da sócioantropologia, buscam compreender a relação entre violência, poder, gênero e sexualidade.

As seções dividem-se da seguinte forma: a primeira trata da relação entre homossexualidade e o surgimento do termo *homofobia*, como guardiã das fronteiras de gênero. Na sequência descreveremos um pouco sobre a construção do movimento homossexual no Brasil, utilizando o trabalho de pesquisadores como, Facchini (2003), Carrara (2016), Carvalho e Carrara (2013) e Carvalho (2013, 2015), que buscam contar os bastidores dos acontecimentos da militância e ativismo LGBT, especialmente do ativismo trans, no Brasil. A segunda seção traz a discussão dos conceitos de duas pesquisas realizadas em cenários não brasileiros. De um lado, a socióloga australiana Gail Mason (2002), que discute a *intersecção* como ferramenta de análise antiessencialista, os *mapas de segurança corporais* como estratégia de segurança contra a homofobia e a relação entre violência e poder. De outro, a antropóloga indiana Veena Das, de cuja reflexão utilizaremos o capítulo três do livro *Life and Words*, em que a pesquisadora discute a relação entre linguagem e corpo, explorando a relação entre violência e dor de mulheres na Índia.

2.1 Homossexualidade e Homofobia

A categoria homossexual é utilizada pela primeira vez nos meados do século XIX, cunhada pelo ativista austríaco Karoly Maria Benkert. Nesse mesmo período surgiram outras classificações médicas sobre subespécies humanas, processo a que Foucault chamou de psiquiatrização do prazer perverso. Ele descreve esse momento histórico, em que algumas espécies eram classificadas como se classificassem insetos:

“Como são espécies todos esses pequenos perversos que os psiquiatras do século XIX entomologizaram atribuindo-lhes estranhos nomes de batismo:

há os exibicionistas de Laségue, os fetichistas de Binet, os zoófilos e zooerastas de Kraff-Ebing, os automonossexualistas de Rohleder; haverá os mixoscopófilos, os ginecomastos, os presbiófilos, os invertidos sexoestéticos e as mulheres disparêunicas. Esses belos nomes de heresias fazem pensar em uma natureza o suficiente relapsa para escapar à lei, mas autoconsciente o bastante para ainda continuar a produzir espécies, mesmo lá onde não existe mais ordem” (FOUCAULT, 2006, p. 51)

Esse processo de psiquiatrização seria inicialmente contestado pela psicanálise de Freud, que desloca a posição médica conservadora a respeito da sexualidade no início do século XX. A relação entre os sintomas histéricos nas mulheres e a repressão sexual causou grande efervescência na época. Além disso, Freud constatou a sexualidade na infância e o desejo incestuoso de filhos por seus pais, o famoso Complexo de Édipo e Electra. Progressivamente Freud foi ganhando adeptos (e adversários) no mundo todo.

Mesmo com todos os avanços e inovações em torno da sexualidade, o conservadorismo ainda continuava e continua a patologizar a homossexualidade. Para eles, os homossexuais eram doentes, devendo ser estudados para um futuro tratamento. Como a psicanálise não via a homossexualidade como um distúrbio e sim como um traço da sexualidade humana, essas discussões e tensões tomaram todo o meado do século XX, visto que a homossexualidade continuava a fazer parte do Código Internacional de Doenças (CID), sendo retirada apenas em 1990.

Enquanto isso, nas primeiras décadas do século XX, muitas atrocidades continuavam a vitimar homens e mulheres homossexuais. Nos anos 1930, recorrendo a teorias eugenistas, os nazistas queriam a todo custo exterminar essa inclinação do desejo, internando homossexuais nos campos de concentração. Mesmo após a Segunda Guerra Mundial, em diferentes contextos nacionais, permaneceu o medo de que as famílias seriam destruídas, começando verdadeiros atos de hostilidades contra as minorias.

Foi a partir dos anos 1940, com a divulgação dos relatórios de pesquisa do sexólogo norte-americano Alfred Kinsey (1948 e 1954), afirmando quantitativamente a quase universalidade, entre homens norte-americanos, das experiências sexuais com o mesmo sexo, que os estudos e debates sobre a sexualidade avançaram. Mesmo que os conservadores continuassem declarando ser a homossexualidade uma doença, eles foram perdendo força nesse contexto. Por outro lado, o movimento gay ganha importância na luta contra o silêncio e a censura. O primeiro Relatório Kinsey tornava obsoletas as leis que, em diversos estados americanos, continuavam a criminalizar a homossexualidade.

George Weinberg utilizou pela primeira vez o termo *homofobia* no final da década de 1960. Este psicólogo via uma natureza patológica na relação entre o comportamento aversivo de algumas pessoas e questões relacionadas à homossexualidade. O trabalho de Weinberg serviu para deslocar a problemática da rejeição, hostilidade e invisibilidade dos homossexuais para os ditos “normais” que não toleram gays e lésbicas (HEREK, 2004). No entanto, entender a homofobia a partir desse paradigma psicologizante, é deixar de pensar criticamente no papel das instituições sociais implicadas nesse processo, o que de alguma forma continuaria a culpabilizar sujeitos por seus atos e atitudes.

Com o fortalecimento do movimento social e ativista LGBT, o termo homofobia foi assumindo novos contornos semânticos, construindo uma grande rede de significados que faz como que sirva como termo guarda-chuva a outras formas de preconceitos. Através de sua divulgação constroem-se arenas de tensão entre heterossexualidade e homossexualidade através das quais se luta pela ampliação da proteção à comunidade LGBT.

No entanto, nessas disputas políticas, a homofobia tem sido considerada como um dispositivo de vigilância das fronteiras de gênero. Ela é acionada quando se tenta borrar as fronteiras daquilo que está nos padrões de normalidade para que se estabeleça e se perpetue o modelo binário das normas de gênero. Desse modo, para compreendermos a homofobia para além de qualquer sentimento de aversão individual de cunho psicológico, é preciso dialogar com a complexa relação entre as instituições, a cultura, as leis e os indivíduos. São esses conjuntos de dispositivos, discursos, práticas e valores institucionais que produzem, reproduzem e atualizam tais dispositivos reafirmando a heterossexualidade como única possibilidade de expressão sexual e de gênero. Para Borillo (2010, p.09)

A homofobia tem se revelado como um sistema de humilhação, exclusão e violência que adquire requintes a partir de cada cultura e formas de organização das sociedades locais, já que essa forma de preconceito exige ser pensada a partir da sua interseção com outras formas de inferiorização, como o racismo e o classismo, por exemplo.

Assim, não basta só inferiorizar o outro por sua diferença. Nesse acirramento, eliminá-lo por meio da exclusão social tem sido uma constante nas pautas políticas recentes. Estamos em um momento bastante contraditório: sabemos que a homofobia existe, mas sabemos pouco sobre como opera e quais são suas dinâmicas ao se articular com outras formas de inferiorização. Compreender o funcionamento da homofobia, sobretudo quando é evidente que o preconceito não só reside nos indivíduos, mas também se articula na cultura e nas instituições, é fundamental para aprimorar as formas de enfrentamento e desconstrução de suas práticas violentas e silenciosas.

Para Borrilo (p.10),

Abriga aí a violência da normalização, a qual cria o terreno do não pensável e do silêncio para a violência homofóbica, já que a esta corresponde certa coerência que se encontra implícita no cotidiano da cumplicidade entre indivíduos e instituições.

Permite-se ficar nas normas de referências padronizadas, mas em silêncio, mudos e estéreis. Ao atravessar as barreiras do que é normal, a violência pode ser legitimada em nome da moral e dos bons costumes. Desse modo, a violência relacionada à homofobia passa a ser esse território de difícil diagnóstico porque encontra cumplicidade científica, jurídica, social, o que acaba tornando difícil nomeá-la e pensá-la. Se não conseguirmos pensar nas hierarquias invisibilizadas (que constroem e dinamizam o terreno do impensável), não conseguiremos enfrentá-las, para rompê-las e contribuir no processo de humanizar seres humanos.

Para Borrilo, a homofobia produz tanto uma mudança epistemológica quanto política:

Epistemológica, porque se trata não tanto de conhecer ou compreender a origem e o funcionamento da homossexualidade, mas de analisar a hostilidade desencadeada por essa forma específica de orientação sexual; e política porque deixa de ser a questão homossexual (afinal de contas, banal do ponto de vista institucional), mas precisamente a questão homofóbica que, a partir de agora, merece uma problematização específica (p. 14).

Para Gail Mason (2002), a homofobia não pode ser considerada uma questão particular ou individual, sem se levar em conta outras especificidades e a produção de diferenças, como cor, gênero e classe, que incidem sobre a construção da violência. Para esta autora, seria melhor falar em uma “violência relacionada à homofobia” do que em “violência homofóbica”, uma vez que a sua experiência nunca está somente relacionada à homossexualidade, mas também a outros marcadores que incidem sobre ela.

Todas essas discussões sobre a relação entre a homossexualidade e homofobia começaram no cenário internacional. E no Brasil? Como o movimento homossexual se articulou para também entrar para essas discussões políticas?

2.1.1 Enquanto isso no Brasil

No Brasil, essas mudanças e transformações foram sentidas. No entanto havia certa resistência com as políticas que ocorriam no cenário internacional. Facchini (2003, 2005) recompõe a história do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), dividindo-a em três momentos: “primeira onda”, final da década de 70 e início dos anos 80, que se caracterizou pelo aparecimento do então chamado “movimento homossexual”, liderado pelo grupo SOMOS/SP e marcado politicamente pelo período de “abertura” e “redemocratização”; “segunda onda”, a partir da segunda metade dos anos 80, que pode ser identificado como um

período de declínio dos primeiros grupos dada a conjuntura de disseminação dos ideais democráticos e conquistas de direitos, mas também de surgimento da AIDS. O destaque para esse período deve-se, principalmente, ao grupo Triângulo Rosa do Grupo gay da Bahia; e, finalmente, um período de reflorescimento das iniciativas militantes, na década de 90, principalmente por conta do combate, luta e enfrentamento da epidemia da AIDS com o surgimento de dezenas de grupos e ONGs espalhados pelo país.

O grupo SOMOS surgiu em São Paulo em 1978 na primeira onda do Movimento Homossexual Brasileiro e tinha como proposta a politização da homossexualidade. Havia na época outras associações que colocavam homens e mulheres homossexuais em contato, mas não eram politizadas, voltando-se mais à sociabilidade. Tratando sobre esse assunto, Soliva (2019, p.58) descreve a trajetória da Turma OK, grupo fundado em 1961, dedicado a promover a sociabilidade entre homens homossexuais no Rio de Janeiro. O autor busca compreender a história desse grupo à luz das tensões entre diferentes processos sociais, identidades e classificações sexuais construídas e reconstruídas pelas turmas de “bichas” nas décadas de 1960 e 1970. A atuação do SOMOS foi notória e visível, tornando-se um modelo de militância devido aos materiais publicados por Edward MacRae (1990) e por João Silvério Trevisan (2000). Pedro de Souza (1997) e Néstor Perlongher (1987) também documentaram aspectos do grupo SOMOS. Esse grupo, por suas iniciativas e importância política, influenciou outros grupos, como o carioca Triângulo Rosa, que teve como base a experiência do grupo paulistano.

Antes da criação do SOMOS, lança-se em 1978, a edição nº 0 do *Lampião da Esquina*, jornal alternativo, criado para veicular as primeiras iniciativas do movimento. No entanto, à imprensa, foi reservada um dia de entrevistas, em uma semana de debates sobre questões que interessariam o movimento, principalmente, no que concerne às especificações das “minorias”. Esse debate foi coordenado pela *Revista Versus*, ligada à Convergência Socialista. Intrigantemente, o jornal *Lampião da Esquina* não foi convidado, o que fez que Trevisan reunisse como um grupo de homossexuais para refletir sobre o ocorrido. O grupo inicialmente foi denominado Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais, sendo rebatizado logo após de SOMOS – Grupo de Afirmação Homossexual. Isso ocorreu mediante convite para participação de debates, na USP, sobre movimentos de emancipação de grupos discriminados.

A partir daí novos integrantes entraram no SOMOS, inclusive mulheres, surgindo posteriormente novos grupos como o Eros e o Libertos. Cabe destacar que dentre o ideário do SOMOS, estava o “esvaziamento” de palavras pejorativas ‘bicha’, ‘sapatão’ e ‘viado’ e o

combate às assimetrias entre homens e mulheres, à polarização ‘ativo/passivo’ e aos estereótipos ‘efeminado/masculinizada’.

Em 1979, acontece o 1º Encontro de Homossexuais Militantes, no Rio de Janeiro, com a presença de 61 pessoas, 11 lésbicas e 50 gays e mais nove grupos, sendo a maioria de São Paulo, 05 no total, 02 do Rio de Janeiro, 01 do Distrito Federal e 01 do Rio grande do Sul e 01 representante de Minas Gerais, Foram pautas desse encontro: o respeito à ‘opção sexual’ e a retirada da homossexualidade da lista de doenças mentais.

Em 1980, acontecia o 1º EGHO (Encontro de Grupos Homossexuais Organizados) juntamente com o 1º EBHO (Encontro Brasileiro de Homossexuais). Aquele foi fechado para os grupos militantes, enquanto este tinha uma parte aberta. Teriam comparecido cerca de 600 pessoas. Ainda na década de 80, o grupo SOMOS foi dividido, surgindo o GALF (Grupo de Ação Lésbico-Feminista) e o Grupo de Ação Homossexaulista, chamado de Outra Coisa. Uma de suas principais ações foi a campanha contra o delegado Richetti, que segundo Facchini (2003, p. 91),

(...) era um delegado que já havia se tornado conhecido por ter expulsado as prostitutas de São Paulo e criado a zona de prostituição de Santos. Transferido para a Terceira Seccional (Centro) iniciou uma ação contra os frequentadores noturnos do centro da cidade que ficou conhecida como Operação Limpeza. A campanha e a manifestação contra Richetti estão entre as principais atividades realizadas pelos militantes da primeira onda do movimento paulistano, mobilizando forças de esquerda e os movimentos negro e feminista contra a violência repressiva do Estado.

Esse evento demonstrou publicamente a face homofóbica da ditadura, que prendia e espancava prostitutas, travestis e homossexuais no centro de São Paulo e em outras regiões da capital paulista. O grupo SOMOS, juntamente com outros grupos, feministas e negros, denunciou as violências e entrou com representação judicial contra o delegado, além de panfletagem pela cidade. Os organizadores do protesto pediam o fim da violência policial e da discriminação racial e sexual. Uma passeata saiu do Teatro Municipal até o largo de Arouche, entoando palavras de ordem como “A, B, X, libertem os travestis” e “Somos todas prostitutas” (Memorial da Democracia LGBT).

Figura 4 - O lampião, Edição de Junho de 1980



Fonte: acervo de pesquisa

Após esses desmandos do Delegado Richetti e do ato público, o SOMOS volta a se fragmentar. Com a saída de alguns militantes do grupo, forma-se o Coletivo Alegria-Alegria, de curta duração. Em 1982, o grupo SOMOS ainda participa, juntamente com o GGB (Grupo Gay da Bahia), da campanha contra a classificação da homossexualidade como doença, mas em 1983, por problemas financeiros e falta de novos membros, o grupo se dissolve.

O grupo Outra Coisa continua atuando em questões relacionadas à violência e foi o primeiro grupo a veicular informação sobre AIDS, em 1983. Em 1994, o grupo encerra suas atividades por falta de interesse de seus militantes e problemas financeiros, o que o impediu de pagar o aluguel de sua sede. Nos anos 80, houve uma significativa redução de grupos presentes no movimento. A justificativa poderia ter sido o surgimento da epidemia da AIDS e também o fato de muitas lideranças terem se voltado ao enfrentamento da doença para criar respostas que dessem conta de pensar sobre esse momento crítico.

O *Lampião da Esquina* encerra suas atividades em 1981, deixando um vazio no movimento homossexual. Parece que o motor dos movimentos sociais era a luta e resistência contra a ditadura e seus ideais conservadores e autoritários. Com a redemocratização criou-se certa ilusão de liberdade e de que a organização política não era mais necessária. Passava-se de uma ênfase antiautoritária e comunitarista para uma ênfase na garantia do direito à diferença.

Após esse período, começa-se um debate sobre a definição da homossexualidade ser “preferência sexual”, “opção sexual” ou “orientação sexual”. O Triângulo Rosa, grupo da segunda onda do MHB, tomou para si o processo de inclusão da condenação da discriminação

e preconceito da homossexualidade na Constituição Federal. O grupo já sinalizava adotar a expressão “orientação sexual”, mas outros grupos ainda preferiam “opção sexual”. O Triângulo justificava sua escolha por ser uma linguagem das ciências sociais que mais englobavam os três tipos de identidades sexuais: heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade (CARRARA, 2016). Após consulta a acadêmicos e profissionais de várias áreas, decidiu-se por “orientação sexual”.

Nos últimos anos da década de 80, houve um declínio de grupos ligados ao movimento. O caráter negativo da AIDS levou vários desses grupos a optarem por não trabalharem na luta contra a epidemia.

Nos anos 90, por outro lado, os grupos voltaram a se reunir e fortalecer o movimento. Facchini (2003) chamou de reflorescimento do MHB. As pautas centravam-se principalmente na luta contra a AIDS em ações políticas mais objetivas, baseada na ideia de “visibilização” de uma minoria discriminada em busca de respeito social e de direitos civis (CARRARA, *idem*).

Foram realizados dois Encontros Brasileiros de Homossexuais, na década de 80 e sete na década de 90, sendo que em 1993, foi incorporada a categoria “lésbicas”, denominando-se 7º Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais. Em 1995, os eventos já incluíam o termo AIDS e a palavra “gay” substituiu “homossexual”, além de incluir a categoria “travestis”, sendo chamado de 2º Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas que trabalham com AIDS e 9º Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis. Todos esses encontros foram marcados por conflitos abertos e por acusações em plenária ou em redes sociais.

As pautas e discussões desses encontros variavam de acordo com o momento histórico e político que os grupos atravessavam, entre os principais temas: a “despatologização da homossexualidade”, o “casamento gay”, a “descriminalização religiosa contra homossexuais”, as “discussões de gênero”, “bandeiras pela saúde LGBT e luta contra a violência”, “transexualidade”, a “educação sexual nos currículos escolares” e relações com outros atores, inclusive, internacionais.

2.1.2 (Trans)sexualidade, fobia e ativismo

A história da constituição da travestilidade como uma categoria identitária é marcada pela marginalização e a pobreza, com grande enfoque na prática da prostituição a partir dos anos 1970 e grande impacto da epidemia de AIDS sobre essa população, inclusive no sentido de organização política. Ela não estava inicialmente incluída no Movimento Homossexual

Brasileiro somente aparecendo nesse cenário em 1997. No entanto, no começo dos anos 1990, as travestis brasileiras começam a se organizar nacionalmente, em encontros periódicos a partir das ONGs que já existiam. Suas ações surgiram como resposta à violência policial e luta contra AIDS, desenvolvendo projetos de prevenção de travestis profissionais do sexo.

Antes disso, Brenda Lee, travesti de São Paulo, havia criado um espaço de acolhimento para travestis, vítimas de violência ou soropositivas. Em 1984, chamou-se Palácio das Princesas e depois Casa de Apoio Brenda Lee, assassinada em 1996. Em maio de 1992, um grupo que se prostituía na Praça Mauá, Rio de Janeiro, reuniu-se para formar a primeira organização política de travestis da América Latina e a segunda do mundo e tinha como fundadora Jovanna Baby. Nasce a ASTRAL (Associação dos Travestis e Liberados), em resposta à violência policial em locais de prostituição como a Lapa, a Central do Brasil e Copacabana.

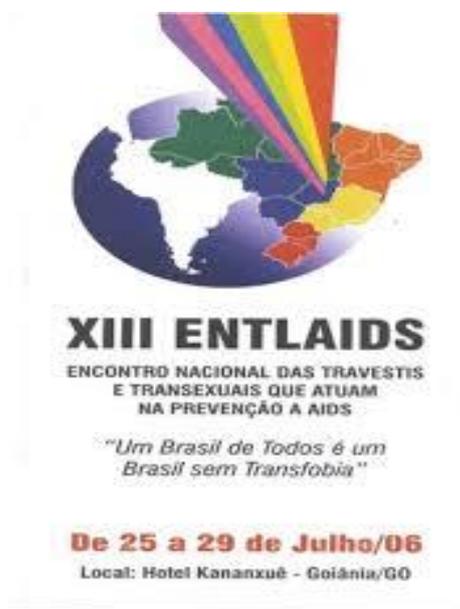
Devido às mudanças nas políticas relativas à AIDS e a elaboração e a divulgação do conceito de vulnerabilidade, o movimento trans passou a mobilizar politicamente o acesso à informação, insumos de prevenção e tratamento. Em 1993, a ASTRAL organiza o 1º Encontro Nacional de Travestis e Liberados que mais tarde se chamaria ENTLAIDS (Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que atuam na Luta contra a AIDS). Após esse encontro, outros aconteceram em várias capitais brasileiras, trazendo um leque diversificado de temas, entre eles, respeito, reconhecimento, visibilidade, cidadania, transfobia – que vem aparecendo em várias edições (ver imagens abaixo), e política identitária. A partir daí, surgem outros grupos. Em 1994, o grupo Esperança em Curitiba e a ATRAS (Associação das Travestis) em Salvador e o grupo Filadélfia, em Santos, em 1995. O grupo Igualdade em Porto Alegre e a Associação das Travestis na Luta pela Cidadania, em Aracaju em 1999.

Figura 5 – Material de divulgação do II encontro de Travestis e Liberados



Fonte: Acervo de Pesquisa.

Figura 6 – Material de Divulgação do XIII encontro nacional das Travestis que atuam na Prevenção à Aids



Fonte: Acervo da Pesquisa.

Figura 7 – Material de divulgação do XVII encontro nacional de Travestis e Transexuais contra a violência



Fonte: Acervo da Pesquisa.

Figura 8 – Material de Divulgação do XIX ENTLAIDS



Fonte: Acervo da Pesquisa.

Figura 9 – Material de Divulgação do XXI ENTLAIDS pelo fim da Transfobia.



Fonte: Acervo da pesquisa.

Em 2000, criou-se a RENTRAL (Rede Nacional de Travestis e Liberados) que, no mesmo ano, a partir da rede nacional de ONGs de Travestis e Transexuais criou-se a ANTRA (Articulação Nacional de Travesti e Transexuais e Transgêneros) que se tornou a maior rede nesse segmento na América Latina.

Importante frisar que a letra “T” acrescida antes em 1997, no Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas, apenas dizia respeito a “Travestis”. A categoria transexual só passa a ter presença no cenário político nacional em meados dos anos 2000. As e os transexuais emergem como categoria social própria e singular que gera tensão com o movimento gay, porém, muito mais com o movimento de travestis, uma vez que, para muitos, ser travesti seria uma passagem para a transexualidade, com a emergência da “mudança de sexo”.

A partir da campanha do Ministério da Saúde “Travesti e Respeito”, em 2004, articulado pela ANTRA, cria-se o “Dia da Visibilidade das Travestis”. Na campanha de 2012, a associação, então, pretende fazer a união das categorias devido às tensões e disputas políticas e identitárias. Em 2015, esse dia passou a chamar-se “Dia da Visibilidade Trans”. Em Manaus, as atividades por esse dia são organizadas pela ASSOTRAM (Associação de Travestis e Transexuais do Amazonas).

Figura 10 - Slogan da campanha 2012



Fonte: Acervo de pesquisa

Figura 11 - Slogan da campanha 2015



Fonte: Acervo de pesquisa

Figura 12 - Folder do Dia da Visibilidade Trans 2019/Manaus



Fonte: Acervo de pesquisa

2.2 Compreendendo as raízes da violência: intersecções e diferença

De Sodoma a Auschwitz: A Matança dos Homossexuais (*Lampião da Esquina*, junho de 1979). A volta do Esquadrão Mata-Bicha: três crimes abalam a comunidade guei (*Lampião da Esquina, Junho*, 1980); Crioulo não é gente, bicha e mulher tem mais é que morrer (*Lampião da Esquina*, setembro de 1980); Points gays 'migram' para fugir da violência (G1, julho de 2007). Transexual morre após receber três tiros durante churrasco de aniversário em Manaus (UOL, novembro de 2018); Ministério da Saúde retira do ar cartilha para a população trans (O Estado de São Paulo, janeiro de 2019). Completou 40 anos, em 2018, o Movimento Homossexual Brasileiro, enquanto organização política. Muitas conquistas podem ser comemoradas, mas muitas violências, retrocessos e violações de direitos também marcam esse aniversário.

Politicamente, a “Operação Limpeza” comandada pelo Delegado Richetti foi um marco para a história da luta contra a violência contra homossexuais, mas também para a construção do enfrentamento dessa violência a partir da articulação de movimentos, como o grupo SOMOS, com diferentes pesquisadores, que inauguravam novos conceitos na

caracterização dessa violência. Ramos e Carrara (2006, p.186) retratam bem a constituição dessa problemática, afirmando que,

Desde os anos 1980, a violência contra homossexuais tem representado um tema central para o ativismo e, progressivamente, também para governos e para a mídia. A denúncia de agressões e discriminações motivadas pela orientação sexual ou sexualidade passou a ser marco importante para a trajetória do movimento homossexual brasileiro, que divulgou a expressão “homofobia” para caracterizar esse tipo de violência.

Apesar de o movimento social ter um importante papel na conquista de direitos e cidadania, percebemos que os índices de violência e violações contra pessoas trans continuam a assustar no cenário nacional. No entanto, o que nos interessa, nessa seção, é problematizar as raízes dessa violência que se alastra por décadas numa tentativa de nos posicionar teoricamente para subsidiar nossos olhares para o discursos e vivências de mulheres transexuais.

Tomamos como ponto de partida as discussões que consideram o *patriarcado* como ponto de partida na construção de desigualdades, produzindo violências em uma tentativa de manutenção do sistema hierárquico. Esse sistema é que constrói as diferenças de gênero, organizando assimetricamente as normas e regras sociais para homens e mulheres. Nesse contexto, analisar as construções hierárquicas da diferença e seus marcadores é de suma importância para o trabalho analítico das narrativas das interlocutoras de nossa pesquisa.

2.2.1 O Patriarcado e as compreensões naturalizadas da violência

O epicentro da violência pode ter raiz nas relações de gênero patriarcais. Isso se sustenta quando analisamos os processos de produção da violência resultante de um mundo no qual o valor das pessoas é desigual. Começamos a analisar a desigualdade no contexto familiar, em que o espaço privado, acaba invisibilizando as violências, naturalizando-as, e sustentando a hierarquibaseada nas relações de gênero. Importante ressaltar que nesse sistema outras marcas se apresentam como raça, sexualidade, classe social, geração, dentre outras (SEGATO, 2003).

Nesse universo de desigualdade, a masculinidade se reconhece em seus pares, competindo e dando provas mútuas de sua existência. Esse processo de se reconhecer no outro ocorre de forma horizontal, enquanto o caráter subalterno próprio do sistema hierárquico ocorre de forma vertical. Ambos processos coadunam com a violência. A violência, nesse sentido, atua como um instrumento de poder para a manutenção dessa verticalização hierárquica que foi construída culturalmente em um modelo hegemônico. Almeida (2004, p.

238) afirma que “o patriarcado é, ao mesmo tempo, norma e projeto de auto-reprodução, o que o leva a censurar e controlar a fluidez, as circulações, as ambivalências e as formas de vivência de gênero que resistem a ser enquadradas na sua matriz heterossexual hegemônica”.

Muitas das violências perpetradas contra pessoas trans podem ser interpretadas à luz dessa leitura, pois no geral, o modelo patriarcal pratica as violências, mas nega-as porque compreendem que as mesmas são “normais”. Os perpetradores da violência se sentem atacados pelos signos e gestos da feminilidade, assim como o fato de não se reconhecerem como os protagonistas de suas ações (ALMEIDA, 2004).

Bandeira (2014, p.457) em um trabalho sobre violência contra a mulher pontua que:

O patriarcado e a dominação masculina, se tomados isoladamente, seriam causas insuficientes para se explicar a violência contra a mulher. Apesar das fragilidades que ambos os conceitos apresentam na sociedade contemporânea, bem como das críticas que lhes são atribuídas, ainda assim trazem consigo significados e desdobramentos importantes para que se possa compreender a manutenção dos ordenamentos familiares, uma vez que não está rompida a máxima: "em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher". Se a luta do movimento feminista foi tornar pública a violência sofrida pelas mulheres, no sentido de reconhecê-la como problema que envolve a sociedade em geral, o poder familiar ainda a silencia.

Dessa forma, discutir violência de gênero tem se tornado complexo por conta de outros vieses que cruzam esse cenário. Segato (2003) afirma que “a construção ocidental de gênero é uma das menos criativas e sofisticadas, pois fixa a sexualidade, a personalidade e os papéis sociais no dimorfismo anatômico”. A interseccionalidade, conseqüentemente, tem sido uma poderosa ferramenta das Ciências Sociais nas compreensões antinaturalizadas da violência, pois articulam vários marcadores que podem ser utilizados como resposta a demandas em que a diferença é utilizada como dispositivo na construção das desigualdades.

2.2.2 Intersecções e construções hierárquicas da diferença

Como vimos a interseccionalidade²⁹ é utilizada para ir além das compreensões essencialistas da violência. Ela nos permite pensar nas identidades múltiplas e o que elas produzem de violência no cotidiano a partir de experiências que se contrastam, se modificam mas se interligam socialmente. Mason (2002, p. 65), em sua descrição sobre a importância da

²⁹ No Brasil, a antropóloga Adriana Piscitelli apresenta o surgimento de categorias que aludem à multiplicidade de diferenciações que, articulando-se a gênero, permeiam o social. São as categorias de articulação e/ou as interseccionalidades (intersectionalities). A autora utiliza essa ferramenta para analisar a feminização das migrantes brasileiras no mercado global de trabalho e no mercado matrimonial apontando como o poder opera as margens de agência concedidos aos sujeitos em distintas abordagens teóricas (2008, p.263).

interseccionalidade nos estudos da violência de gênero, instrumentaliza-nos a utilizá-la como ferramenta de análise:

É importante ressaltar que a interseccionalidade não é apenas uma palavra que usamos para falar sobre diferenças. Representa um modo particular de conceituar essas diferenças que é maior do que o uso real do próprio termo. É um tipo de análise que busca compreender o sujeito como produto de categorias interseccionais de identidade e diferença, a fim de ir além dos relatos universalistas ou essencialistas da violência. O objetivo da interseccionalidade é empurrar a representação da diferença para além dos relatos essenciais ou universais de identidade e / ou poder.

Dessa forma, Vários regimes de diferença interagem no único evento violento. Isso acontece quando diferentes sujeitos se juntam na encenação e experiência da violência. Daí a autora apontar as especificidades corporais como o *locus* onde diferenças e certas formas de violência são sempre sustentadas, ou seja, nossos corpos sinalizam essas diferenças que acabam de alguma forma suscitando muitas formas de violência. Observar que nas relações de violência ocorre um senso de superioridade e desvalorização concomitante da integridade pessoal do outro gênero (MASON, 2002).

Butler (2000) aponta que “nos campos das tensões e disputas entre identidades, há a necessidade de que uma identidade excludente seja repudiada, para que outra seja encenada. Isso nos remete a uma pesquisa de Bento (2014, p. 166) que pretende analisar o caso do “nome social” para pessoas trans. A autora nos permite pensar como “as elites hegemônicas freiam e impedem a ampliação e a garantia de direitos plenos às populações excluídas”. Bento tece considerações sobre os cuidados que devemos ter ao examinar o termo “elite hegemônica”, pois, segundo a pesquisadora,

quando fazemos as operações de deslocamentos, via as interseções dos marcadores da diferença, o sujeito que se apresenta como “elite de gênero” pode descolar-se desta posição e ser reconhecido como um excluído racial. Um homem que tem um capital de gênero diferenciado de uma mulher, por exemplo, perde posições de poder se ele é negro e gay.

Assim ela chama atenção para a inexistência de elites hegemônicas coesas nessas disputas e tensões.

A relação entre violência e diferença precisa ser pensada a partir da forma como essa relação é incorporada. A violência emerge exatamente de propriedades inerentes de um corpo particular e é direcionada a ‘outro’ com construções incorporadas distintamente. Esses regimes de diferença funcionam como um fio condutor dessas diversas formas de violência, ligando-as de maneira delicada, porém persistente. Para Mason (2002), “o corpo é o meio através do qual os sujeitos humanos são diferenciados uns dos outros e o valor é atribuído a

posições particulares do sujeito. Esses juízos de valor contêm em si avaliações de superioridade e inferioridade”

Tratando do chamado ‘feminismo da diferença’ Pelúcio, (2011, 79) propõe-nos articular essas relações de superioridade e inferioridade a uma epistemologia crítica que seja capaz de superar as limitações essencialistas e biologizantes expressas nos binarismos homem/mulher, masculino/feminino, pobre/rico, ativo/passivo, jovem/velho. E continua:

O feminismo da diferença procura salientar que o sujeito é social e culturalmente constituído em tramas discursivas nas quais gênero, raça, religião, nacionalidade, sexualidade e geração não são variáveis independentes, mas se enfeixam de maneira que o eixo de diferenciação constitui o outro ao mesmo tempo em que é constituído pelos demais (p.79).

Nesse sentido, interessa-nos observar a posição de alguns corpos em relação a outros e suas construções de individualidade e identidade. É a partir disso que os sistemas hierárquicos são construídos. Assim não precisamos buscar justificativas vazias para compreender porque travestis e mulheres transexuais são agredidas e violentadas, como por exemplo, a de que são homossexuais querendo ser mulheres. Essas violências não são fixas em certas posições e sim articulam-se a partir de marcadores sociais como o gênero, a sexualidade, a raça, religião.

Em relação a essas violências, Carvalho (2015, p.31) afirma que os altos índices de *transfeminicídio* de homicídio decorreriam da institucionalização nas forças policiais de valores depreciativos relacionados às pessoas trans, que fariam com que se desse pouco valor a tais homicídios e, conseqüentemente, não se levassem a cabo as investigações e as devidas punições.

2.3 Violência transfóbica: ampliando os conceitos

O fenômeno da violência transfóbica tem recebido, por parte das ciências sociais e humanas, maior atenção nas últimas décadas. Muitos pesquisadores têm se interessado em compreender o que é a transfobia no intuito de divulgar os resultados e participar na luta pelo reconhecimento das pessoas trans na sociedade e planejar políticas afirmativas para essa categoria. A finalidade dessa seção é apresentar as ideias de pesquisadores que definem e conceituam o termo transfobia, diferenciando-o do conceito de homofobia, já que o primeiro trata de violência relacionada à identidade de gênero não-normativa e o segundo de violência relacionada à orientação sexual, embora no cotidiano exista um borramento nas fronteiras entre estes dois termos.

Para Abílio (2016), transfobia é o tratamento desigual ou injusto dado a uma pessoa ou grupo, com base em preconceitos e exclusão. Para ela, “a transfobia gera ódio e não se materializa apenas na violência psíquica, mais principalmente pelos altos índices de assassinatos de pessoas trans”. A pesquisadora aponta duas vias de violência, uma psíquica e, portanto, simbólica, e outra social que, baseadas no binarismo biológico, visam eliminar essas pessoas da sociedade por mecanismos de exclusões.

No entanto, o termo transfobia pretende abarcar uma dimensão mais ampla de discussão teórica e política. É um conceito multifacetado por atingir a vida das pessoas trans em vários espaços sociais, seja na família, escola, trabalho, relacionamentos amorosos, serviços de saúde. No geral, precisamos evidenciar essas formas de violações, pois só sabe o que é o preconceito social quem por ele é submetido. No caso das pessoas trans, esse tipo de violência é relacionada às suas identidades de gênero, o que não é compreendido pela sociedade abrangente, que as considera monstros, sujeitos abjetos.

Sobre isso Jaqueline de Jesus (2014) afirma que “as travestis e as transexuais são, sem dúvidas, o setor mais vulnerável às violações de direitos humanos, logo, a violência executada contra a identidade trans, em decorrência de sua natureza diferenciada e mais violenta, é denominada de transfobia”. Para essa pesquisadora transexual,

a transfobia pode ser compreendida como um conjunto de fatores que agrega preconceito, violação de direitos humanos e fundamentais (como exemplo, a proibição do uso do nome social e da possibilidade de mudança no registro), exclusão estrutural (acesso à educação, ao mercado de trabalho qualificado e ao uso do banheiro correspondente ao gênero), e violências diversas como ameaças, agressões e homicídios (JESUS, 2014).

Dessa forma, os casos de violência contra as identidades de gênero não-normativas começaram a fazer parte da agenda do Ministério da Saúde. É o que encontramos na cartilha de atenção integral à saúde da população trans. O documento afirma que:

As travestis, as mulheres transexuais, e os homens trans são alvos de brincadeiras de mau gosto e maus-tratos, frequentemente hostilizados na família, na escola e nos espaços públicos. Casos de violência física e psicológica, motivadas por preconceito e violações de direitos, são acontecimentos comuns nas suas vidas. A pouca experiência dos serviços de saúde em relação ao tema da saúde trans constitui uma barreira aos cuidados em saúde desta população. É preciso dar importância às trajetórias de vida dessas pessoas, que passam por intenso sofrimento, depressão, processos de automutilação e até tentativas de suicídio que, na maioria das vezes, estão relacionadas aos diferentes tipos de violência e privações a que foram submetidos(as) pela sociedade ao longo de suas vidas, além da dificuldade de acesso ao Processo Transexualizador (BRASIL, 2016).

Percebe-se portanto que o conceito alcança e incorpora uma ampla dimensão. Em relação a isso, Mantovani (2012), pontua que seja intencional ou não, a transfobia pode causar severas consequências para quem sofre esta discriminação. Ele segue:

As Pessoas transexuais também podem ser alvo da homofobia, tal como as pessoas homossexuais podem ser alvo de transfobia, por parte de pessoas que incorretamente não distinguem identidade de gênero de orientação sexual. Como outras formas de discriminação, o comportamento discriminatório ou intolerante pode ser direto (desde formas fisicamente violentas até recusas em comunicar com a pessoa em causa) ou indireto (como recusar-se a garantir que pessoas transexuais sejam tratadas da mesma forma que as outras pessoas). A transfobia é um tipo de preconceito, e a psicologia social explica que o preconceito é uma atitude hostil ou negativa para com um grupo distinguível de pessoas baseado em generalizações formadas por informações falhas ou incompletas (MANTOVANI, 2012).

Dessa forma, a proposta dessa tese visa escutar as vozes de mulheres transexuais para que possamos entender suas experiências de vida em cotidianos opressores. Precisamos discutir ou repensar como se constrói psicossocioantropologicamente as identidades de gênero não normativas na tentativa de ajudar a construir políticas afirmativas que contemplem essa categoria dentro as letrinhas do movimento LGBT, reduzindo as violências contra esse grupo.

3 QUATRO MULHERES E VÁRIOS DESTINOS

Esse capítulo trata, exclusivamente, a dar vida às protagonistas das histórias que contribuíram para a produção dessa tese. O movimento foi de transformar a fala oral transcrita em prosa. O trabalho deu fruto a títulos que melhor caracterizam cada narradora em seus dilemas e tramas da vida cotidiana. A proposta aqui é tornar as falas das interlocutoras pontos de análises, descrevendo como o roteiro, seguido por cada entrevistada, vai compondo um todo que as caracteriza naquilo que mais se acentua na contação de suas histórias. Que se descortinem as vidas dessas mulheres para aplaudirmos suas forças, coragens e superações!

3.1 Aurora: A beleza para além de uma linda mulher

Era uma tarde de quarta-feira do dia 07 de junho de 2018. Estava muito ansioso em conhecer minha primeira entrevistada. Depois de algumas tentativas por telefone, enfim aquele encontro iria se concretizar. Estava vindo da universidade, naquele dia, e havia parado o carro próximo ao local, mas não sabia ao certo onde era o salão em que Aurora trabalhava. Liguei e confirmei o endereço. Ela atendeu e disse onde era. Sua voz trazia certa informação que traduzia-se em delicadeza e a força de uma mulher. A interlocutora finalizava a ligação dizendo que estava a me esperar. Olhei para o outro lado da rua e avistei o salão cujo nome era Esplêndida Stúdio de Beleza.

O salão de beleza onde encontrei Aurora era grande, pintado de preto e com muitas cortinas de vidro temperado, o que permitia visualizar a parte interna. Aurora combinava com aquele ambiente bonito e sofisticado, dedicado à beleza feminina, esplêndida: loira, longos cabelos, quase na cintura, media mais de 1,70 m de altura. Parecia estar de salto alto, mas não. Pele clara, vestia uma blusa preta decotada nos ombros, o que valorizava seu busto, e uma calça jeans justa, o que valorizava as curvas de seu corpo. Convidou-me a subir uma escada que dava para outro espaço do salão. Nervoso achei que íamos para a parte de cima. Ela me chamou e disse que ficaríamos em um sofá que se encontrava entre os vãos da escada. Ali aconteceu a entrevista.

Quando pedi a Aurora que me falasse sobre sua infância, ela começou me contando que tinha seu jeito feminino e que nunca ultrapassou o limite da criança. “Eu priorizei ser criança”, enfatizou. Esse limite expresso, por ela, torna-se mais claro quando diz que não tinha a cabeça de querer se maquiar, deixar o cabelo crescer, usar roupas, como tem hoje. Aurora parece estar falando de um tempo em que ela vê crianças “passando dos limites”,

fazendo coisas no campo da sexualidade, impróprias para a infância. Diz que foi respeitando “esses limites”, porque seria bizarro as pessoas verem uma criança tão nova tomando uma atitude que os pais iriam reprovar. Para Aurora isso seria “perda de tempo”, o que parece estar falando que certas expressões de gênero tem uma certa idade para acontecer e que “esperou o momento” para que isso fosse possível. O olhar de Aurora é compartilhado com o olhar que uma certa parcela da sociedade tem sobre a sexualidade na infância. Uma sexualidade quase inexistente, sendo proibida qualquer manifestação nessa fase³⁰.

Aurora revela que tinha vontade de se sentir mais feminina, mas não tinha coragem de sair na rua. Relata que na escola via crianças que tinham um jeito “diferente”, mas naquele espaço, entre adultos ninguém comentava, não diretamente com a criança. Percebe-se que a sexualidade de criança mencionada pela interlocutora está marcada no corpo e que de alguma forma é encoberta pelos adultos, possivelmente por aspectos morais. Ela diz achar “ruim para criança” quando adultos comentam sobre a sexualidade da criança na frente dela. Ao contrário dos coleguinhas da escola que segundo Aurora “são mais cruéis” porque acabam chamando alguns coleguinhas de “viadinho” ou que tem “jeitinho”, referindo-se ao gênero feminino, tudo por conta de perceberem a diferença marcada em certos corpos.

Tratando de tal assunto a antropóloga Anna Paula Vencato (2014, p. 20), reitera a fala de Aurora afirmando que “há uma série de singularidades trazidas de fora para dentro da escola junto com diferentes pessoas que por ali circulam; mas estas, em geral, são tidas como exóticas e/ou inapropriadas ao contexto escolar e, portanto, como algo que não pode pertencer àquele espaço”. A autora afirma ainda que, historicamente, o sistema de educação escolar, juntamente com as pessoas que ali trabalham, tem dificuldades em lidar com questões que pensem as diferenças. Tal dificuldade, apontada pela pesquisadora, seria “reflexo da sociedade a que pertencemos e de sua lógica cultural hierarquizada e excludente”.

Aurora continua narrando a experiência de ser “diferente” nesse contexto. Ela fala que os coleguinhas chamavam-na por apelidos pelo motivo de ela ser mais afeminada e declara que não era por uma questão de aparência, porque todos eram crianças. Ela descreve que seu cabelo era curto, cortadinho e eles (os coleguinhas) julgavam-na como gay e não como trans, o que denota a incorporação de atributos do universo masculino. Há também um posicionamento político de Aurora ao dizer que trans não é gay: “O homem afeminado na cabeça deles era gay e isso era tachado como algo muito ruim porque eles usam isso para tirar

³⁰ Lembramos da contribuição que a psicanálise faz, no fim do século XIX e início do século XX, ao constatar a sexualidade e o desejo na criança, retirando o caráter patologizante sobre essa fase da vida e sobre outras formas e expressões sexuais, como a homossexualidade.

chacotas”. No geral as pessoas trans não gostam de serem tratadas como gays porque suas identificações com o gênero feminino marcam a diferença em relação ao público gay que inicialmente identifica-se com o universo “cis”. Aurora expressa que as pessoas trans agem naturalmente e não se percebem diferentes. Conta que foram as pessoas que fizeram-na enxergar “quem ela era realmente”. Percebi que essa percepção sobre si foi se construindo na diferença em relação ao que os meninos faziam. Uma construção de gênero: “Não gosto de fazer certas coisas que meus colegas considerados homens, meninos fazem. Eu faço diferente deles, gosto de andar com meninas e brincar de bonecas”.

Pergunto sobre a relação familiar e Aurora conta que sua família sempre foi “tranquila”, recebendo “apoio” da mãe que nunca a “pressionou” sobre suas performances de gênero. Essa pressão refere-se ao respeito que, segundo Aurora, seus irmãos também tinham por ela. Paradoxalmente a entrevistada fala de respeito dos irmãos, mas descreve que em momentos de brigas, eles a insultavam chamando-a de “gay” sendo repreendidos pela mãe que dava total razão a ela. Isso era caracterizado por Aurora como uma “agressão”. A protagonista confessa que por conta da proteção da mãe, nunca teve receio de ser quem é, o que reforça o caráter patriarcal da sociedade na qual os cuidados e proteção dos filhos ficam geralmente ao cargo da figura materna. Essa figura parece ter sido muito determinante para a autoestima de Aurora, retratados em sua fala: “Ela (a mãe) sempre me defendeu porque ela via que não tinha nada de mais no meu comportamento. Eu não era agressiva, triste, frustrada. Eu não deixava isso me abater”.

A entrevistada revela que suas primeiras experiências foram nas “brincadeiras” com seus primos, mas ressalta que nada comparado com as experiências que ela teve na fase adulta. “Eram coisas de criança, brincar de boneca, de casinha, essas coisas, mas nada demais”. Disse que foi a partir dos 14 anos que passou a ter relações sexuais. Conta que sempre foi amiga de seus vizinhos com os quais brincava. Mas refere-se a um certo distanciamento, muito próprio das sexualidades dissidentes. “Hoje a gente tem muito pouco contato”. Aurora julga que isso se deu por conta de as pessoas já terem crescido.

Fala do momento do processo de transição de gênero e da admiração dos vizinhos com a mudança. Aurora diz que quase não vê esses vizinhos e justifica esse comportamento por conta de morar em um bairro “tranquilo” em que as pessoas não saem na rua. Descreve que sua rotina é da casa para o trabalho e, como este é perto de sua casa, vai de Uber, não tendo muito contato na rua. Diz que às vezes encontra vizinhos no portão de casa e eles falam, mas coisa rápida. Sobre isso, ela discorre:

Uns falam e outros não, talvez seja por não saberem como me tratar. Como me conhecem desde criança, encontro pessoas na rua e eles me chamam ainda pelo nome que eles me conheceram na infância. É um pouco constrangedor e eles ficam meio cabisbaixo, mas a maioria me acompanha na rede social. É constrangedor para mim também, mas entendo pelo fato de eles terem estado comigo por um tempo e depois pararem. Eles não tem o entendimento de como eu queria ser tratada meio que a ignorância da pessoa.

Esse constrangimento de ser chamada pelo nome masculino, descrito por Aurora, é experienciado por outras mulheres trans dessa pesquisa, que acabam se reservando para evitá-lo. As redes sociais podem funcionar como um mecanismo de controlar esse contato. Aurora tem no Instagram mais de 8000 seguidores, o que corrobora com a informação. A construção de laços de amizade ocorre também de forma diferenciada para a interlocutora por conta de sua transição de gênero. São relações que tomam rumos diferentes por ainda haver estranhamento e falta de informação sobre o universo trans.

“A adolescência foi a fase mais conturbada”, conta Aurora. Ela descreve essa fase como a mais desconfortável, principalmente, em questão da sua aparência.

A gente não nasce feminina e nem consegue se tornar uma pessoa totalmente passável só usando hormônios. Tem de ter uma genética muito boa. Tem que ter os traços muito femininos e os hormônios só complementam. Eles não mudam a estrutura óssea. Querendo ou não, tu vai ter traços masculinos e femininos, como era meu caso.

Ela confessa que no início (da transição de gênero) ela estava totalmente “andrógena”. Ela diz que era totalmente aquela pessoa que “todo mundo vai olhar com espanto” e ficar se perguntando se é uma menina ou um menino. Aurora diz que isso produz toda uma turbulência dentro da escola, gerando comentários e chacotas maldosas de pessoas que não entendem. Ela descreve seu momento de transição com uso do hormônio. Percebe-se todo um conhecimento da interlocutora ao lidar com seu processo transexualizador³¹ o qual daria o estatus de ‘humanidade’ que ela buscava:

Busco evoluir a questão física, mas não vai ser do dia para noite porque ninguém deixa o cabelo crescer e ele cresce em dois, três dias. Ninguém toma hormônios e o efeito do hormônio começa aparecer em um mês. É todo um tratamento e um processo até tu se encontrar e se sentir totalmente segura do que tu és.

Essa busca por uma construção do corpo evitaria os comentários maldosos dos vizinhos de Aurora, e que a colocavam mais uma vez na esteira das violências.

³¹ O termo “processo transexualizador” se refere às várias transformações corporais de pessoas transexuais, isto é, desde o uso de hormônios às cirurgias de readequação sexual, também chamada de “mudança de sexo” ou transgenitalização (Duque, 2017).

Aurora relata que dentro da escola, na adolescência, essa “confusão” foi bem maior, o que a fez desistir de estudar, colocando-a mais uma vez no contexto das violações de direitos, no caso, o direito à educação. A escola parecia um lugar estranho para a interlocutora, pois era ali tratada pelo nome masculino. Ela conta que os amigos e familiares já a tratavam no feminino, diferentemente dos amigos da escola, por isso estava “correndo atrás” do seu registro civil. Ela ressalta que esse registro vai funcionar como um meio para “inclusão”³² na sala de aula.

Ao utilizar o termo “correndo atrás”, Aurora denota que esse processo ainda funciona precariamente (Bento, 2014), mesmo com todas as conquistas do movimento trans. É o caso do Decreto 8.727/16 que estabelece o uso do nome do social e o reconhecimento da identidade de gênero nas instituições públicas federais. No entanto, acompanhamos recentemente o veto ao uso do nome social em Santa Catarina e mais uma vez, com a mobilização de entidades nacionais, o governo assinou o termo que garante esse direito. Em Manaus, a delegacia que fazia isso fechou e as mulheres trans que reivindicam esse direito, tem de ir a um cartório, o que não é tão fácil, segundo a Associação das Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado do Amazonas (ASSOTRAM). Tal dificuldade deve-se ao preconceito, falta de informação, e descumprimento da lei nos cartórios de Manaus que, mesmo com a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a possibilidade de alteração de nome e gênero a pessoas transgêneras no assento de registro civil, mesmo sem a realização de procedimento cirúrgico de redesignação de sexo, ainda continuavam a descumprir tal decisão. Nesse sentido, a ASSOTRAM tem exercido papel significativo no cumprimento da lei, acompanhando as pessoas trans interessadas nessa alteração.

Aurora fala da necessidade de ter conhecimentos para ser uma pessoa além do salão que trabalha. Declara que se sente um pouco “atrasada” nas rodas de amigos por não ter diálogos com eles sobre temas da faculdade. Ela conta que parou de estudar quanto tinha 17 anos e começou a trabalhar para conseguir dinheiro para comprar seus hormônios e os “acessórios” que a deixariam mais feminina: “Talvez tenha sido a melhor coisa que eu tenha feito por conta de eu me sentir totalmente segura, de entrar em sala de aula e não ter nenhum tipo de problema com nada, com os olhares”.

³² Importante mencionar que estar na sala de aula não é suficiente para que LGBTQs estejam inclusos. As políticas nacionais de inclusão escolar afirmam que muitos alunos estão apenas “integrados”, o que não garante o direito e a permanência na escola. No caso de pessoas transexuais, o nome social, na lista de frequência, pode ajudar a legitimar seus espaços e territórios no contexto escolar. Do contrário, eles e elas estariam apenas integrados e não inclusos.

A construção de corpos trans a partir das tecnologias biomédicas parece ter essa finalidade: dar segurança para pessoas trans circularem em espaços sociais, sem constrangimentos que se efetivam a partir de olhares estigmatizantes e discriminatórios.

“Hoje me sinto totalmente feminina, apesar de não ser a pessoa mais feminina”, conta Aurora. Ela fala que outras coisas podem ser “quebradas” com a personalidade, com a educação.

Hoje aprendi que não é só beleza, que não é só ser passável na sociedade que eu vou quebrar os preconceitos, mas como tu te portas nos lugares é muito mais importante. Chegar, ser educada. As pessoas sempre esperam que tu não seja ignorante, marginal. Que não seja uma chacota.

O discurso de Aurora parece apontar para a construção de um corpo para além do que ela denomina de “passável”³³. Para Aurora, ser “passável” não é “suficiente” para atingir as normas de inteligibilidade de gênero, que a enquadra nas matrizes do binarismo biológico, (in) visibilizando-a socialmente. Dentre outras coisas, para além dessa passibilidade, estariam a educação, retratada aqui por uma certa conduta comportamental respaldada por uma etiqueta social, que exige um comportamento ‘civilizado’ em certos ambientes. Esse caráter de “passibilidade” pode ser uma medida de proteção contra as violências relacionadas à transfobia. Pergunto se trans está associada à marginalidade. Ela diz que nos lugares que ela frequenta (no caso, festas) as pessoas trans são marginalizadas. Ela afirma que as trans não estão na rua à toa e que muitos “caras” acham que se é travesti de programa, podem fazer o que quiserem. Ela relata que aí é que começa toda essa violência porque a travesti, segundo ela, “vai bater” e eles (os caras) vão espalhar para a sociedade que travesti é marginal. Aurora narra um episódio de violência em que uma travesti assaltou o marido de uma amiga. Aurora expressa dúvidas sobre a versão do marido, mas diz que esses tipos de histórias acabam se espalhando, o que deixam esse grupo exposto e malvisto, enfim marginalizado.

A narradora vê que possuir uma educação, ter uma faculdade pode garantir sua inclusão social. Em um trabalho analítico sobre surveys aplicados na Parada do Orgulho Gay do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Recife, Saggese e Carrara (2011, p.212) corroboram com a fala de Aurora, apontando que a experiência de agressão física diminui à medida em que a escolaridade dos entrevistados na pesquisa aumenta.

A interlocutora segue sua fala, percebendo-se um tom ativista, mesmo não sendo uma militante do movimento:

³³ Processo que se traduz pelo apagamento de determinadas marcas corporais codificadas como masculinas

Se um gay mata, tu vê a notícia, já tá lá destacada homossexual esfaqueou, matou, não sei o quê. Eles nunca colocam o fulano de tal, eles sempre botam a opção sexual lá em destaque. Daí tu vai olhar os comentários de que esses gays não prestam, esses gays tem de morrer, ainda querem respeito. Eles julgam um todo, tem gente que não tem nada a ver, se a pessoa não teve uma educação, uma possibilidade na vida que fizesse que ela não fosse marginal, que não precisasse roubar ou matar, enfim a gente sempre é julgada primeiro por ser trans.

E diz que as pessoas trans estão lutando por direitos, mas que a sociedade heteronormativa não se mobiliza diante da violência explícita do cotidiano:

As pessoas dizem que queremos mais direitos que os héteros. Não. A gente tá lutando por direitos que às vezes os héteros não tem atitude de mudar. Tu vê no jornal só notícia ruim e para eles ninguém faz nada, ninguém toma uma atitude e nós gays, trans estamos tentando mudar isso, mas as pessoas dizem que a gente quer demais e é basicamente isso que eu escuto nas redes sociais.

Observa-se que mesmo não fazendo parte diretamente do movimento social, a interlocutora se sente pertencendo às pautas de lutas encaminhadas pelas associações LGBT. Hoje a mídia veicula informações sobre mudanças no campo jurídico e se torna viável o acompanhamento das conquistas feitas pelo ativismo.

Aurora expressa sua transexualidade como uma “escolha de ser diferente” e que por essa razão é necessário um amadurecimento precoce para poder tomar decisões, evitando julgamentos da sociedade. “Não adianta estar com peito super linda, super feminina e só exalar isso, não ter um conteúdo, (ser) uma pessoa vazia”. Para Aurora essa dicotomia deixa muitas trans “frustradas” e acabam se envolvendo com drogas para suprir o “transtorno” em ter conseguido realizar o projeto de corpo e mesmo assim estarem excluídas socialmente.

. Aurora conta que seu processo de transição gerou conflitos com a mãe, que percebeu que ela (a entrevistada) não ia sofrer porque era uma pessoa que nunca se deixou abater pelas chacotas sofridas ao passar na rua. Essa defesa de Aurora parecia ser algo construído em suas relações afetivas, que a ajudaram a possuir uma boa autoestima:

Eu sempre fingia que não era comigo, apesar de doer e me machucar. Mas eu não demonstrava, continuava sempre firme, sempre na minha. (...) O que mais dói é se sentir mal em um ambiente em que as pessoas ficam te olhando parecendo que tu é totalmente diferente, e querem te usar como chacota para outras pessoas como se fossem superior.

A dor expressa por Aurora é a dor do preconceito e dos constrangimentos devido aos olhares e piadinhas, que ela denomina “chacota”. Essa dor é sustentada pelo silêncio de algo que não pode ser dito ou confrontado diante de uma sociedade que julga os corpos pela diferença. Para Das (2007), no livro *Life and Words* afirma que nesse movimento entre

corpos, a sentença “sinto dor” torna-se o canal através do qual posso sair da inexprimível privacidade e asfixia da minha dor.

Aurora conta que as coisas mudaram, pois antes a sociedade parecia “estar diante de um monstro”. Hoje, ela diz que é uma admirada por ser uma menina bonita. Nesse sentido, é que muitas mulheres trans se auto hormonizam para poderem “passar por” e não serem vítimas de preconceitos e discriminações. Daí a necessidade do fortalecimento das políticas públicas de saúde para as pessoas trans.

Para Duque (2017), não se trata de ter ou deixar de ter determinado “sexo”, porque o corpo sempre estará prestes a denunciar a transformação empreendida, mas de pensar a materialização do corpo a partir de uma subjetividade que o legitime ao mesmo tempo que essa subjetividade, mutuamente, se constitui a partir dessa construção corporal.

Sobre as relações amorosas, Aurora conta que está namorando e que de todos os namorados que ela teve, esse é o mais “evoluído” (dos homens) por aceitar sua transexualidade. Revela que aprendeu muito com ele e que é um dos mais seguros com quem já se relacionou. Ela fala que relações são difíceis e que sempre recua com medo de ser machucada e de ser usada por um tempo. Esse novo namorado a tem ajudado a pensar em continuar seu processo de hormonização com um endocrinologista.

3.2 Ártemis: A mulher bonita das artes cênicas

Era tarde do dia 12 de junho de 2018, dia dos namorados, e eu estava indo ao encontro de Ártemis. Marcamos na Alemã, uma antiga tradicional lanchonete no centro de Manaus. Cheguei um pouco antes da entrevistada. Entrei e procurei uma mesa, um pouco mais no fundo. Essas experiências me deixavam ainda nervoso e preocupado com os olhares à volta. Fiquei na expectativa de que a qualquer momento Ártemis entrasse pela portas largas com vidros translúcidos. Uma mensagem chegou no telefone. Era ela avisando que estava chegando. Aliviei um pouco minha ansiedade, pois tinha receio de que ela não pudesse vir ao encontro.

Minutos depois, uma mulher de pele morena, cabelos com tons de loiro adentrava o espaço. Era alta e usava um vestido colado de listras acima do joelho. Já vinha estampando um sorriso no rosto como se me conhecesse. Levantei-me e fui a seu encontro. Dei dois beijos e convidei-a para sentar. Perguntei se queria comer algo e ela pediu um salgado e um suco de goiaba. Expliquei a pesquisa e começamos a entrevista.

Ártemis conta que sempre se identificou como se fosse uma “menina”, nunca com um “menino”. Diz que queria os brinquedos de meninas como as bonecas. Complementa que seus desenhos eram sempre de meninas, o que denota desde tenra idade a experiência de uma construção subjetiva de si a partir de elementos do universo feminino. Segundo uma pesquisa sobre crianças transgêneras, não existe uma idade certa para essa identificação ocorrer, podendo ocorrer dos três aos oito anos de idade (Kennedy, 2010). Sobre essa percepção Ártemis relata: “Acho que eu comecei a enxergar meu corpo, a me olhar no espelho e ver que eu não era aquilo que eu realmente era por dentro. Isso começou a me machucar muito”.

O relato de Ártemis direciona meu olhar para o sofrimento causado por conta desse paradoxo vivenciado por muitas mulheres transexuais de terem nascido com o “corpo trocado”. Em resposta a esse sofrimento que as políticas do movimento se constroem, pois buscam reconhecimento, visibilidade e cidadania que possibilitem suas circulações sociais sem repressões e violências. O problema está sobretudo no predomínio de uma visão fisiológica de que homens e mulheres possuem corpos diferentes, e por isso, comportamentos e funções diferenciadas e delineadas (Nicholson, 2000).

Ártemis conta que sua mãe procurou uma psicóloga porque não entendia a “confusão” vivenciada pela entrevistada. Ártemis revela que essa profissional do campo “psi” fazia o que sua mãe queria: “Ela queria que eu fosse hetero, menino heterossexual. Isso a deixava perdida”, conta ela. Esse momento durou até quase chegando na fase de transição para a vida adulta. Foi um relacionamento que lhe ajudou financeiramente no processo de mudança corporal.

Historicamente, os saberes “médico-psi” sempre tiveram presentes nas discussões que envolvem os estudos científicos sobre a homossexualidade e transexualidade. Apesar de, no Brasil, não fazer mais parte no Código de Doenças Internacionais (CID 10,1993) há mais de três décadas, muitas pessoas continuam acreditando que a homo(trans)sexualidade é algo passageiro, que pode ser tratada e/ou curada, além de ser atribuída imaginariamente como um universo de perversão, na qual os/as homo (trans)sexuais tem a opção de escolha por sua orientação sexual e identidade de gênero.

Entro no universo da família e Ártemis revela que seu pai já é falecido. Conta que a família toda é muito presente e que sempre perceberam seus trejeitos afeminados na infância.

E é engraçado porque a partir do momento que eu quebrei a barreira e disse para todo mundo “sou gay”, porque até então me assumia como gay, super me aceitaram e até hoje meus tios morrem de ciúmes de mim. É incrível! Acho que o apoio da minha família foi maravilhoso para mim porque no início de minha transição eu tinha medo de andar na rua, dos olhares, eu tinha muito medo.

A aceitação familiar é visto como algo positivo nas histórias e experiências de mulheres transexuais, mas a família continua sendo esse lugar de constantes violências. A história de Ártemis é marcada por etapas em que ela vai estruturando e fortalecendo sua identidade. Percebe-se que o medo de andar na rua e dos olhares constrangedores relatados por Ártemis foi reduzido em sua transição de gênero por conta do apoio familiar.

Perguntei em que idade Ártemis tinha começado seu processo de autohormonização. Ela conta que tinha vinte para vinte e um anos e, relata essa etapa como momento difícil em que não conseguia sair na rua, pois chorava e tremia. Diz que ficava morrendo de medo ao sair na rua por conta dos olhares direcionados a ela. Ártemis compartilha que viu em Manaus, o que não viu em outras cidades, em se tratando de preconceitos e violências na rua. Questiono a razão de essas outras cidades serem menos violentas em sua percepção. Ela julga ser a militância no meio LGBT, nessas cidades, mais séria e mais forte. Ela expõe que em Manaus, a militância só faz festas (referindo-se às paradas do Orgulho Gay). Em sua concepção, seria necessário fazer reuniões para saber o que se está fazendo com os recursos em vez de festas.

Mesmo que a interlocutora não seja uma militante do movimento social, percebe-se que ela utiliza repertórios que confrontam (Tilly, apud Alonso e Botelho, 2012) a mobilização do ativismo LGBT em Manaus. Ao mesmo tempo, parece que ela tem dificuldade de perceber o contexto de visibilidade LGBT no contexto das paradas do Orgulho Gay.

Entrei no assunto sobre sexualidade e Ártemis contou que foi abusada sexualmente na infância. Ela relata que esse abuso não fez ela dizer que iria ser gay, que iria ser uma mulher e diz que “superou” esse momento. Afirma que não foi o abuso que orientou sua sexualidade, pois justifica que “tem muito héteros que sofrem algo do tipo na infância e não se tornam gays”. O que se torna interessante para os estudos da sexualidade é que Ártemis não toma o abuso, a que foi submetida, como algo que direcionou sua sexualidade ou identidade de gênero, como muitos conservadores pensam sobre essas influências nas interações sociais na escola, por exemplo.

Ártemis relata que a entrada na escola foi “aterrorizante”, pois as pessoas achavam que (ser gay/trans) era só uma “bagunça”, dizendo que essas pessoas não entendiam “uma coisa mais diferente”. Pergunto se as crianças tinham consciência sobre isso ou era algo construído pelo mundo adulto. Ela diz que percebia um olhar do adulto e cita o exemplo da empresa em trabalhava com teatro infantil. Ela conta, com surpresa, que as crianças não percebiam, só sabiam que é uma “mulher bonita”, diferentemente dos pais “começam a falar um monte de besteiras” (refere-se a especulações sobre o universo trans) e que isso vai se construindo na

cabeça das crianças. Os regimes da diferença vão se construindo a partir das marcas incorporadas por Ártemis, mas que ela sustenta mascarando para não se abater.

Nunca fui constrangida na escola. Acho que é porque eu sempre fui liberta, sempre fui das artes cênicas. Às vezes a gente precisa colocar máscaras mesmo sem querer e eu sendo transexual sou muito visada. Então às vezes eu tenho que estar sempre sorrindo para não mostrar quem eu sou por dentro, complicado.

Ártemis traz em sua narrativa a expressão cênica como fonte libertadora de constrangimentos. Parece ser um dispositivo de poder que serve de proteção contra violências no contexto educativo. O conhecimento de que alguém pode ser alvo de formas particulares de violência, gera uma série de estratégias de autorregulação projetadas para minimizar esse risco percebido (Mason, 2002 p.121). A interlocutora nos convida a pensar o panóptico foucaultico ao considerar algumas mulheres transexuais como “visadas”, em outros termos visíveis, dizendo “o que” elas são socialmente. No entanto as máscaras colocadas por Ártemis dizem também que é possível escapar desse panóptico, por conta da experiência que cada sujeito constroi em sua vida cotidiana. Em outras palavras, “quem” Ártemis é, encoberta-se por máscaras, possibilitando que sua identidade de gênero apresente outras tonalidades e configurações em uma tentativa de contornar as vias de entrada da violência (MASON, 2002). O termo “liberta, das artes cênicas” também pode assumir o sentido de ser a caricata e popular da escola como uma estratégia de proteção que a blinde de atos violentos e constrangedores.

A narradora relata que sua adolescência foi muito confusa, no sentido do corpo que estava em transformação não correspondia ao que ela desejava construir:

Minha adolescência foi muito confusa, justamente por isso, por eu não saber justamente quem eu era, me olhar no espelho e querer ter seios e querer ter bumbum e querer ter uma vagina. Querer ter um cabelo grande e não ter. Lembro muito bem que várias vezes eu ficava me olhando no espelho por muitas horas, e não entendia porque que eu era daquele jeito.

Ela conta que teve um momento que se “libertou”, dizendo para si mesma “vou ser realmente o que eu quero ser, o que eu realmente sou”. Ártemis afirma que, a partir daí, tirou um peso das costas. “Assumir-se” funciona como uma fonte de libertação para alguns corpos. No entanto penso que “guardar-se em um armário” torna-se difícil e complexo para as pessoas trans por conta de suas performances e fluidez de corpos em constantes construções. É como se elas já estiverem fora do armário e fizessem o caminho oposto ao investir em suas transições corporais, o que não garante sua “passabilidade”. Nesse caso teríamos homofobia/transfobia em vários momentos das trajetórias de vida dessa população. É o que afirma (Sedwick, 2007, p.32):

Ressoante como é para muitas opressões modernas, a imagem do armário é indicativa da homofobia de uma maneira que não o pode ser para outras opressões. O racismo, por exemplo, baseia-se num estigma que é visível, salvo em alguns casos excepcionais (casos que não são irrelevantes, mas que delinham as margens, sem colorir o centro da experiência racial). O mesmo vale para as opressões fundadas em gênero, idade, tamanho, deficiência física.

Ártemis conta que na escola, na adolescência, foi só preconceito, relatando sua exclusão de alguns grupos. Ela fala que é preciso se impor para não ficar sobrando. A entrevistada julga que essa exclusão se dá por conta da figura afeminada, diferente de um gay mais heteronormativo, “padrãozinho”, pois este seria bem mais aceito, perante a sociedade, do que “aquela que vai na frente do carro alegórico”, o que mostra uma certa disputa e tensão entre gays e transexuais. Ártemis diz que mesmo assim ela não deixava os grupos excluírem por sempre representar a classe. Na hierarquia da violência, travestis e transexuais recebem mais violência que os gays. No caso de Ártemis, a exclusão tem sentido de eliminação, que mais uma vez é imobilizada por construção de estratégias de proteção, inclusive no direito à educação.

Pergunto sobre trabalho e Ártemis conta que trabalhou em uma empresa, mas que as pessoas nesses locais são preconceituosas. Diz que sofria preconceito por ser “gay e afeminada”, mas não se deixava abater. Ela afirma que esses discursos de preconceito e discriminação existem mesmo e se ela me convidasse a sair na rua naquele momento eu iria ver que ela ia ser o “centro das atenções”, ou seja, não há como “passar despercebida”. Notam-se histórias de preconceito e violação de direitos em quase todos os espaços sociais onde as pessoas trans circulam.

Nas narrativas de Ártemis, ela conta que namorou somente meninos e vê a figura feminina como uma irmã: “é eu aí mulher, o meu corpo tá no teu corpo”. Ela diz que depois que virou trans as pessoas sempre reparam mais, querem saber mais, diferente de quando era “gay”.

Problematizo se para ser trans, ser gay é uma etapa. Ela diz que “era uma imagem masculina, e toda minha cabeça era feminina, só que eu deixava dentro de uma bauzinho. Sempre a imagem que mais refletia era de um gay”. Toda essa fala sustenta as tensões e disputas políticas do ativismo trans que se assume como identidade de gênero e gays como orientação sexual.

Era uma imagem masculina, então era um gay, eu sempre me achei mulher, muita gente já me perguntou isso. Eu sempre tive a minha mente aqui dentro (toca na cabeça) nunca coloquei no meu corpo. Então tinha uma imagem masculina, mesmo eu sendo meio afeminado.

Ela diz que ser gay (para uma trans) é mais por pressão da sociedade. Ártemis narra que quando decidiu ser o que queria (transformar seu corpo), sofreu “o pão que o diabo amassou” por conta dos efeitos dos hormônios. Relata que tomou os hormônios por conta própria a partir do contato com uns grupos do facebook que passam todas as informações e que embora não seja aconselhável, seria melhor do que procurar um endócrino e passar todo “constrangimento” de explicar para a médica e para a recepcionista que as pessoas trans são Y e não X e que acabam sendo chamadas pelo nome de registro. Ela expressa:

Não vou usar os serviços de saúde porque eles vão chamar pelo meu nome. Acho que isso tudo é um treinamento, não sei dizer direito, mas isso não vai só de empresa não, vai desde a escola que é para a pessoa crescer sabendo disso, não pensar que é um bicho de sete cabeças

Ártemis fala que pretende fazer sua cirurgia de transgenitalização, mas não no Brasil porque, além de ser mais caro, o acesso ao SUS não é fácil. Ouviu histórias de amigas que não tiveram sucesso em suas cirurgias, ficando “loucas” por terem perdido a ereção e o prazer. Pergunto onde ela pretender fazer. Ela diz que na Tailândia, pois é o mesmo preço do Brasil além de eles deixarem bem “bonitinho” (refere-se à construção da vagina). Ártemis revela que foi seu namorado que ajudou financeiramente a construir todo seu corpo.

A interlocutora fala de suas amigas e afirma que sempre gostou de “cativar” as pessoas, não por ser trans, mas outras coisas. Parece falar sobre a própria condição de ser humano e não apenas para construção de uma imagem positiva e que foi vinculada a processos estigmatizantes. Fala de como as pessoas veem o termo “travesti” de forma negativa, marginalizado e diz que isso é algo de militância e que a palavra trans melhorou muito. Carvalho (2018, n.p) aponta para:

A necessidade política de uma definição das categorias “travesti” e “mulher transexual” no XVI ENLAIDS inserido tanto em um processo de rupturas políticas dentro do movimento, como também na crescente demanda de representação em novos canais de interação sócio-estatal envolvidos diretamente com a elaboração de políticas públicas para essa população.

As discussões sobre o uso dessas categorias se desdobram em argumentos e contra-argumentos sobre o uso de um de outro termo. De um lado as travestis, consideradas “desviantes morais”, assumiam-se no contexto daquele encontro realizado em dezembro de 2009, no Rio de Janeiro, como aquelas que não passariam pelos saberes médicos-psi porque não precisariam de intervenções cirúrgicas para seus corpos. Colocam-se como pessoas que subvertem as normas sociais. De outro lado, as mulheres transexuais estariam sustentadas pelos saberes médicos que as colocavam como “desviantes mentais” para que pudessem fazer a cirurgia de redesignação genital a partir do processo transexualizador.

Ártemis diz perceber a diferença entre trans e travesti, mas para a sociedade maior ela diz que isso não faz diferença, julgando uma ou outra forma por sua identidade de gênero. Ela conta ainda que tem pessoas que sabem a diferença e que menosprezam. Como posicionamento identitário, Ártemis diz “olha eu sou transexual, não sou travesti”.

A entrevista finaliza com Ártemis expressando que, no Brasil, todas as pessoas são preconceituosas e que as pessoas tratam bem as pessoas pelo modo como estão vestidas. Ela refere-se a um grupo de trans que não tem oportunidade de estudar e se comunicar, sofrendo preconceitos.

3.3 Cybele: A dama do coração de pedra

Havia combinado com Cybele um encontro no dia anterior via Whatsapp. Ela disse que morava como inquilina de uma aluna minha da Uea. Na verdade, foi essa aluna que conseguiu que eu entrevistasse Cybele. Fui ao seu encontro no bairro Santa Luzia, localizado na zona Sul de Manaus. Como moro distante dali, não foi fácil encontrar o endereço, mesmo com a localização do *Google Maps*. Ao chegar próximo, liguei para ela, que me deu as coordenadas para ir ao seu encontro. Cybele estava à minha espera. Cabelos loiros amarrados e uma maquiagem bem feita descreviam os seus cuidados com a beleza. Vestida com uma saia preta e blusa branca, tipo top, mostrando seus ombros, abriu um sorriso ao perceber que eu era o pesquisador perdido naquelas paragens. Já me recebeu dizendo que o endereço era difícil. Beije-a no rosto como as outras entrevistadas e entramos.

Cybele começa a contar que, na infância, percebeu que queria puxar para “o lado trans”. Diz que via suas tias tirarem a sobrancelha e se maquiarem e achava tudo bonito. Ela relata que sempre quis usar roupas femininas e que seu pai comprava para ela roupas mais femininas que masculinas. Conta que começou a se olhar como mulher e sentia o desejo de virar mulher, e ao tirar a sobrancelha, foi surrada por seu pai, que dizia que aquilo não era coisa de homem.

A cena da surra do pai evidencia como socialmente, os papéis e expressões de gênero são violentamente impostos. A ordem é homem não poder usar coisas de mulheres, pois no sistema hierárquico, elas são julgadas de forma subalterna, assumindo uma posição inferior. Conforme escreve (ALMEIDA, 2004) “Os perpetradores da violência se sentem atacados pelos signos e gestos da feminilidade, assim como o fato de não se reconhecerem como os protagonistas de suas ações”. Esse processo de construção de gênero já está tão naturalizado que se torna complexo para aqueles que vivenciam, lidam ou mesmo perpetram tal situação.

Cybele conta que, como seu pai era do “tempo da ditadura”, ela não sentia tanto preconceito porque as coisas eram mais veladas, o que ela denomina de “discreto” e que entendemos por aquilo que não pode ser dito ou falado:

Eu não sentia tanta diferença porque o preconceito existia muito mais do que hoje, mas era muito mais discreto. Não era como hoje. Hoje se fala muito mais sobre sexualidade, antes não se falava. Muita gente falava que era muito feminina “parece uma menina”. Não é toa que eles perguntavam de mim se eu era homem ou mulher porque eu parecia uma menina.

Existe um recorte, de um momento político, que nossa interlocutora nos convida a revisitar, “o tempo da ditadura”. Seu pai vivenciou essa história e reproduz os ideais conservadores em que não se permite falar sobre sexualidade. Cybele (37 anos) de outro modo vivenciou sua infância em plena redemocratização do país.

Ideais políticos constroem discursivamente uma política sexual, que segundo Carrara (2015, p.324) “para os mais diretamente engajados na “luta” em jogo, estariam, de um lado, forças sociais “conservadoras”, “retrógradas”, “obscurantistas”; de outro, forças “progressistas”, “libertárias”, “esclarecidas””. O autor sugere, dentre outras coisas, a necessidade de se revisitar o dispositivo foucaultiano da sexualidade para sabermos se falamos daquele mesmo “sexo” que teria sido o efeito histórico desse próprio dispositivo da sexualidade no século XVIII (p.326).

A narradora diz que quando sua mãe engravidou, ela queria ter uma menina e por isso não “bateu” sua ultrassom. Ela conta que sua mãe já tinha um filho e queria ter uma menina para fazer um casal. Cybele fala que perdeu sua mãe com dois anos e meio de idade, sendo cuidada por sua avó e tias. A criação e o cuidado das crianças nas sociedades ocidentais ainda são um atributo feminino, mesmo que as relações e os “arranjos” familiares tenham se modificado nas últimas décadas. Às mulheres, ainda que exerçam atividades profissionais não vinculadas ao ato de cuidar, impõe-se a responsabilidade pelo cuidado de seus familiares ou porque estes se encontram em desenvolvimento (crianças e adolescentes) ou porque, em decorrência de avançados processos de envelhecimento ou adoecimento, necessitam de cuidados intensivos. Guedes e Daros (2009, p.122) apontam que, embora tenha havido avanços na garantia de direitos da mulher diante das injustiças sociais devido ao sistema patriarcal, cotidianamente as mulheres continuam a serem tratadas com diferenças em casa, no trabalho, na política.

Cybele conta que seu pai se envolveu e arranhou outro relacionamento e casou com sua madrasta que tem duas filhas agora. Ela relata que, na época, devido ela ser criança, eles não sabiam o seu desejo. Eles achavam que Cybele era uma criança mimada: “eu tinha um gosto,

quando eu via uma coisa eu batia o pé. Mas preconceito não existia”. Nesse trecho Cybele não reconhece a existência do preconceito, diferente de outra fala em que faz menção a um tipo de preconceito mais discreto.

A fala de Cybele sobre a transexualidade baseia-se em uma perspectiva essencialista e identitária, não havendo saída para essa população: “A transexual já nasce trans. A mulher trans já nasce trans, ela não tem para onde correr porque eu vejo assim. Se você se identifica como ser mulher, ser feminina, não tem como mudar, eu tentei”. Essa antiga discussão no campo da homossexualidade pode ser transposta para o da transexualidade: “ser” ou “estar” transexual, tema que já foi tema de vários encontros do movimento ativista trans. Parece que as políticas de saúde atuais que agenciam as discussões do processo transexualizador para sustentar suas decisões, também aderem a essa visão, bem como aquelas mulheres que politicamente pleiteiam as cirurgias de mudança de sexo.

Cybele segue sua narrativa contando que tem uma filha de 17 anos de uma “entendida” que ficou louca por ela em uma época em que ela fazia shows em boates: “eu falei que não gostava de mulher. Só fiz aquilo por valores, não porque eu quis”, comenta. Diz que tentou mudar, vestiu-se como homem durante dois anos, mas não se sentia bem com aquela roupa.

Feito esse relato, Cybele segue refletindo sobre esse momento de sua vida, que foi marcado por intensa violência física:

Eu tinha uns 16 pra 17 anos. Foi uma fase que eu sai da casa dos meus pais. Meu pai me deu uma surra de cabo de aço. Ai foi aquele para acertar. Quase eu mato ele. Foi um contratempo porque apesar de ele saber quem eu era, eu saia vestida de mulher, ele não gostava que falassem de mim. Foi quando ele me pegou e me deu uma surra e ai eu sai de casa. Foi uma época que eu sempre me vi como mulher. Eu falei “gente então eu vou ser mulher”. Eu sempre me senti trans. Eu só tentei ver se era realmente o que eu queria. Tentei ver. Não, eu não gosto de mulher. Tanto que nesses dois ano e meio que eu fiquei com ela, não houve transa. Eu só fiquei através da minha filha.

As agressões, humilhações e expulsões são vivenciadas por gays e muitas mulheres transexuais, principalmente nesse momento de assumir sua orientação sexual e identidade de gênero, respectivamente. Parece que incorporar “acessórios femininos” torna-se uma agravante maior para as mulheres trans.

A entrevistada conta que sempre brincava com as meninas, mas sempre tinha os meninos no meio. Conta que não teve experiências (sexuais), somente beijinhos, selinhos, com meninos, brincadeiras que ela chamava de “papai e mamãe”, o que denota papéis sexuais dentro de um sistema binário, mesmo que seja entre dois meninos: “Olha tu é a mãe e eu sou

o pai. Eu sempre era a mãe e os meus primos eram o pai. Eu já estava representando a feminilidade”.

Cybele conta que quando estudava não teve problemas nas primeiras séries. Os constrangimentos, segundo ela, somente se deram a partir da antiga quinta série, o que equivale hoje ao 6º ano do ensino fundamental. Justifica esses constrangimentos por sua aparência feminina. Em certo momento, Cybele relata um episódio de *bullying* (chamando-a de “viadinho”) por conta da percepção do seu corpo que já se mostrava diferente devido aos hormônios que roubava de sua madrasta e tomava, aos nove anos de idade. Segundo ela, sua madrasta não sabia que ela pegava e, ao contrário, protegia-a quando o pai questionava sobre o crescimento de seu peito.

Não foi à toa que meu pai percebeu e falou para minha madrasta:
 “Estou achando o peito do Mario tão grande!”.
 Minha madrasta dizia “Não. É porque ele tá gordinho mesmo”.

Nossa interlocutora continua contando que esses ataques no contexto escolar a constrangiam demais. Ela relata que chegava a falar sobre isso para o diretor e para uma professora que a apoiava muito, exigindo respeito aos colegas da escola. Conta que essa professora não somente a apoiava, mas também, por conta de sua exclusão, ajudava-a nas provas. Fala que gostava de fazer mais amizades com meninas porque gostava mais de conversas, maquiagem, cabelo.

Cybele continua refletindo sobre as ofensas recebidas na escola:

Quando me chamavam de gay eu me ofendia. Quando me chamavam de menina, garota, eu já me sentia bem porque eles estavam me chamando no feminino, não no masculino. E gay é uma palavra muito forte. Na minha cabeça passava que eu não era normal para pessoas. E as pessoas não me aceitavam. Então eu acho que meu psicológico antigamente vivia mais abalado porque na época não tinha muita conversa sobre os gays, homossexuais, essas coisas. Então me abalava muito. Fiz tratamento psicológico na época, minhas tias achavam que eu não batia bem da bola porque eu caí a primeira vez e me machuquei aqui (toca na cabeça). Então aquilo me deixava um pouco tensa.

O dilema vivenciado por Cybele demonstra o quanto as políticas sobre a diversidade sexual na escola devem ser implementadas, promovendo a diferença enquanto um direito. As ofensas direcionadas a ela conotam a dificuldade da sociedade hegemônica em lidar com expressões sexuais e de gênero que subvertem as normas. Mas o que parece mais “doer”, no sentido de gerar sofrimento, é o caráter patologizante dessas ofensas, incorporando sentidos de doença, impureza, desvio, portanto, vitimizando as pessoas trans em contextos de exclusões, humilhações, discriminações e preconceitos.

E as violências se movimentam para vários espaços sociais da vida trans. Cybele conta que, apesar de as crianças da vizinhança a aceitarem, tinha “aquela brincadeira”, “aquele joguinho do bullying”: “ah viadinho, saí daí”. Apesar dessa abjeção, a entrevistada diz ter tido envolvimento com vários vizinhos.

A narradora conta que começou a trabalhar aos 16 anos. Antes, revela que tinha uma vida estável e que sua tia pagava uma escola para ela estudar, mas acabou perdendo porque faltava às aulas e sua tia parou de pagar. Continuou a ser ajudada por outra tia que garantia sua alimentação. Cybele ficou dois anos sem estudar e justifica isso por conta do sustento da filha. Além do trabalho em uma loja, ela revelou que quando chegava em casa, ela ainda costurava para completar a renda.

Ao perguntar pela filha, Cybele diz que naquele momento estava brigada com ela por conta de um pó compacto que a filha pegou de uma tia para que Cybele pagasse depois e que cobrava o valor do batom na época. Durante a briga, Cybele conta que ela falou “pai” em vez de “mãe”, mas disse a de como independente do que ela quiser lhe chamar será sempre seu pai.

Falei pra ela: “olha minha filha! Falei que eu não queria, então diga para tua tia que vou pagar, eu não tenho dinheiro agora” mas pai, me chame mãe ou de pai, do jeito que você quiser, mas sempre serei seu pai, sendo ou não, mudando de sexo, sempre serei seu pai.

Cybele fala dos olhares e desejos dos homens em direção a seu corpo hormonizado. Diz que tomava hormônios em segredo e depois dos 15 anos começou a tomar Perlutan (anticoncepcional injetável). A transformação pela qual o corpo de Cybele passava lhe dava autoestima, principalmente quando diziam que ela estava “gata”. Refere-se a Lu, dona da casa onde reside, que briga com ela para que pare de comer, o que Cybele replica dizendo que vai começar sua terapia hormonal.

Cybele conta que namorou, mas “só de freelance” (sem compromisso) e demonstra uma certa decepção com os relacionamentos amorosos. Questiono se ela acha que foram abusivos, e ela diz que não:

Meu coração virou pedra. Estou sem relação. Decepcionada. Minhas relações não foram abusivas. Eu creio que você dá de tudo, você se esforça para dar do bom e do melhor para a pessoa e a pessoa vai te trai, te engana, te passa a perna. Isso aí é muito dolorido.

Continuo refletindo com a narradora sobre os sentidos de uma relação abusiva. Ela reconhece que sim, que há abuso, e diz que está conversando com um rapaz do Sul. Mas diz que fala para ele que não confia em homens porque “eles mentem e só querem se prevalecer”. A fala de Cybele é compreensível no sentido das vivências que teve e que fizeram o coração

virar pedra. O cotidiano, faz que as violências e violações sejam naturalizadas como a “prevalência” dos homens sobre as mulheres. Apesar de relações dolorosas, o distanciamento, as escolhas por ficar só, demonstram o quanto essa dor fala de um lugar de relações abusivas a partir de um sistema hierárquico que impossibilita, muitas vezes, construção de relações mais estáveis e respeitadas. Ao falar de dor em casos de violência contra mulheres, Das (2007) traduz bem o lugar do silêncio que parece habitar entre a violência e a tristeza: “No registro do imaginário, a dor do outro não pede apenas um lar na linguagem, mas também busca um lar no corpo”. Cybele parece guardar essa dor que traz lembranças tristes, mesmo que ela não reconheça o teor dos abusos como atos violentos: “não estou pronta para amar enquanto não aparecer alguém que realmente goste de mim”.

Continuamos a entrevista e pergunto sobre o uso dos serviços de saúde. Cybele declara que adoecer é raro e que nunca passou constrangimentos no hospital: “Eu falo, olha! meu nome é Cybele. Coloca minha identidade, coloca meu nome social”. Conta que em alguns lugares chamam-na de ele, o que ela replica querida, eu sou ela, não é ele. Descreve um episódio em que cortou o pé: “Eu cortei meu pé uma vez. “Ah ele cortou o pé dele”, eu falei “é ela, não é ele. Você já viu um homem de seios?”

Esses posicionamentos de Cybele dizem o quanto ela é protagonista de ativismo na luta por reconhecimento de seus direitos, ao lutar por seu nome social. Preciado (2014) analisa a constituição dos nomes dentro de uma construção social que subverte a norma:

Toda pessoa trans tem (ou teve) dois ou mais nomes próprios. Aquele que foi designado na hora do nascimento, cujo nome a cultura dominante buscou normalizá-lo e o nome que assina no início do processo de subjetivação dissidente. Os nomes trans não indicam o pertencimento a outro sexo, mas denotam um processo de identificação (...) o segundo nome utilizado pelas transexuais, a peruca drag, o bigode, enfim, são signos intencionais e hiperbólicos de uma travestilidade político sexual. E isso acontece não a partir do verdadeiro sexo ou do autêntico nome: mas sim através da construção de uma ficção viva que resiste a norma. (Preciado, 2014, parágrafo 2).

Dessa forma, o nome social é uma forma de pensar a inteligibilidade dos gêneros em uma outra perspectiva, subvertendo as normas. Entramos no assunto sobre violência policial, e Cybele conta que nunca foi abordada como ele, sempre como ela, e que quem sempre lhe revistou foram as PFEMs (policiais femininas).

Ela narra um fato sobre o uso do banheiro feminino:

Quando fui fazer uma montagem no Millenium³⁴, entrou uma guardete no banheiro feminino e disse que eu não podia, entrar, tinha um guarda lá fora me esperando. Ai eu disse para ele(Guarda): “o que tá acontecendo? Eu sou uma mulher, então porque não posso usar o banheiro feminino? O que que tem haver? Olha eu posso entrar com um processo contra o shopping. Eu trabalho om a Muna (uma espécie de gerente do shopping)”. Ele disse: “você trabalha com a Muna? Me perdoa”. Ai veio o chefe de segurança geral, me pediu mil desculpas. Que aquilo não devia ter acontecido. Eu disse que mesmo trabalhando com a Muna ou não, é meu direito, entrar no banheiro feminino. “Eu vou entrar no banheiro masculino? Tá vendo um homem? Não tá vendo um homem”, disse aos seguranças.

Cybele continua refletindo sobre o episódio dizendo que o preconceito seria muito maior se usasse o banheiro masculino. Fala de uma delegada que deu o contato caso algum fato como esse voltasse a acontecer. Ancorado nas experiências de Cybele, no uso do banheiro feminino, voltamos a discussões que se arrastam há anos sobre a temática. De qualquer forma o que pensamos por hora é a função tanto da guardete, que vigia e denuncia, quanto do guarda que a esperava do lado de fora, que parece funcionar como o dono e proprietário das pessoas e dos espaços daquele lugar. Também percebemos “o não lugar” para Cybele, nem o banheiro masculino nem o feminino. Qual seria então? Um terceiro banheiro?

Sobre isso, Alves e Moreira (2015, p.63), em uma pesquisa sobre o uso do banheiro em escolas brasileiras, afirmam que,

A polêmica em torno da criação de um terceiro banheiro acaba por reforçar um sistema classificatório e normatizante da sexualidade, de modo que às duas expressões permitidas seria incluída uma terceira expressão, sem, contudo, alterar a própria lógica classificatória. Apesar de, por um lado, ser considerado uma ampliação do espectro de gênero, por outro lado, produziria outras formas de exclusão com base na sexualidade. Assim o sendo, um terceiro banheiro iria promover uma forma de universalismo trans, na qual todas as variantes de travestilidades e transexualidades seriam diluídas e pasteurizadas.

Parte-se do pressuposto, então, que a possibilidade de garantia dos direitos para o uso do banheiro seria a construção de uma política da diversidade em que sujeitos possam ser incluídos, e não apenas garantidos por lei, a partir de construções horizontalizadas da diferença.

As reflexões sobre o uso do nome social continuam e Cybele conta que em um curso que está fazendo, o professor coloca na chamada seu “nome de mulher”. Em situações em que o preconceito torna-se um tema de discussão, Cybele diz que o professor sempre exemplifica as diferenças entre as sexualidades, o que segundo ela reduz o preconceito naquele contexto.

³⁴ Shopping Localizado na Cidade de Manaus.

Cybele se considera muito falante e diz que é seu jeito de ser. Conta que no trabalho suas amizades são com as mulheres e com homens trata somente em caso de trabalho e que eles acabam respeitando-a, por ser sua coordenadora de evento:

Quando eu tenho de coordenar os meninos já sabem como eu sou, não tem piadinha, inclusive o pessoal do shopping, os seguranças, o pessoal do marketing, tudo já me conhecem quando eu chego lá. Essa aqui é Cybele, conhecem? É sempre assim.

O discurso de Cybele expressa um tom de intimidação para evitar constrangimentos por parte dos homens. Ela conta que “os” transexuais, “os” travestis não são bem vistos na sociedade, dizendo que por um paga todos. Exemplifica que se uma faz programa e rouba, todas são responsabilizadas perante a sociedade. Fala que cada uma tem uma vida diferente. Conta que foi a São Paulo e Zurique mas nunca se prostituiu, diferentemente de algumas amigas.

Cybele finaliza a entrevista contando que toda vez que bebe se sente mal, não saindo mais para bares porque sempre acha que alguém vai fazer mal a ela. Como ela sabia que era psicólogo, Cybele pergunta se isso seria pânico ou uma espécie de depressão. Tento não patologizar a conversa, dizendo a ela que apenas esteja atenta ao aumento dessas reações e que, se precisasse, eu poderia indicar um profissional para conversar com ela.

3.4 Hera: Uma mulher maravilha

Conheci Hera pela primeira vez em uma reunião da ASSOTRAM. De todo o grupo que ali estava, ela me parecia a mais séria. Usava uns óculos que transmitiam uma ideia de desconfiança mas também de sabedoria. Uma mulher por trás dos óculos. Hera é alta, quadris largos, com um bumbum “na nuca” ou “na lua” que na linguagem dos que malham. Tinha os cabelos curtos e encaracolados. Depois desse encontro, vimo-nos mais duas vezes, uma delas em uma roda de conversa sobre homofobia na qual fui mediador e a outra no momento da entrevista que correu, parcialmente, nos recintos da Livraria Saraiva. Tínhamos ido assistir Íris, protagonista também desse trabalho, que apresentaria seu trabalho de graduação sobre prostituição de mulheres na década de 70. Após assinar os termos da pesquisa, começamos a entrevista.

Começo perguntando sobre sua infância e Hera conta que desde muito cedo, aos três ou quatro anos, já sabia que não tinha “algo legal”. Diz que não sabia o que era. Relata que foi mais ou menos nessa fase que descobriu que não era menino e sim menina. Conta que vivia com pai e mãe até os seis anos de idade e retrocede um pouco mais sua memória aos dois ou

três anos, dizendo que, quando via seu pai e sua mãe, espelhava-se em sua mãe, que era feminina e queria ser igual a ela quando crescesse.

A fala de Hera sobre a descoberta de sua identificação de gênero precocemente coaduna com pesquisas sobre as idades em que as crianças vem a ter a percepção do gênero, como a de Suzanne Kessler e Wendy McKenna (1978 apud Kennedy, 2010), que argumentam que as crianças começam a entender a identidade de gênero entre as idades de 3 e 4, e que isto se desenvolve ao longo dos dois anos seguintes.

Hera segue refletindo:

Eu não gostei nadinha de ter descoberto que aquele órgão ali não ia sair dali, não ia se transformar, ele não ia sair dali. Aí veio aquela curiosidade infantil, que existe em toda criança. Quando a criança descobre seu órgão sexual quando ela vê todo mundo nu. E eu ficava naquela curiosidade, espera lá que eu quero ver se é isso mesmo que vai acontecer. Então eu vi as pessoas nuas em várias faixas etárias. Então eu vi adolescentes, crianças mais velhas. Então eu vi realmente como seria o desenvolvimento de um corpo masculino e de um corpo feminino. Ai eu vi, então. Não é o que vai acontecer comigo.

Hera conta que, essa percepção de que era menina, mudou até quando viu seu irmão. Aí eu vi que meu irmão era igual a mim.³⁵ A entrevistada relata que, na sua cabeça, estaria passando por um processo de metamorfose e que iria se transformar em sua mãe. Foi no contato com a vizinhança que Hera se deu conta que, as roupas usadas por ela, pertenciam ao universo masculino. Eu ficava “poxa vida mas porque eu estou usando roupas de menino? Não era para eu estar usando roupas de meninos, era para eu usar roupas de meninas, igual as filhas da vizinha”. Na continuidade dessa reflexão, ela conta que, foi a partir do nascimento de sua irmã, que ela se deu conta que sua irmã levava uma vida feminina que ela não levava. Desabafa que essa fase foi complicada.

A “complicação” pontuada por nossa interlocutora tem sentido para ela, pois vive em uma sociedade construída para meninas e meninos com acessórios e ferramentas culturais que naturalizam e reforçam esses comportamentos. Ao perceberem desde muito cedo suas identificações com um gênero diferente ao designado no nascimento, as crianças se sentem perdidas em convenções sociais as quais elas não se adequam.

Hera conta que começou a classificar sua condição sexual como doença e começou a fazer planos para fazer sumir a genitália masculina:

³⁵ Este trecho remete-nos a descoberta da sexualidade fálica freudiana em que as crianças percebem e constroem suas diferenças a partir do olhar sobre o corpo de outras pessoas, sejam crianças ou adultas.

Aí descobri que tinha alguma coisa de errado. Eu classifiquei como uma doença. Não se esqueça que eu era uma criança. Eu classifiquei como uma doença. Eu classificava com uma doença, sendo que uma doença que precisava de tratamento, de medicamento. Aquilo precisava se resolver.

A narradora conta que tomou muito remédio escondido. Diz que achava que alguma coisa tinha que fazer efeito. “Fiz algumas coisas para chamar atenção para que meus pais vissem que eu tinha alguma coisa de errado, mas ninguém infelizmente não viu nada”.

Um episódio interessante narrado por Hera diz respeito à sua genitália. Ela conta que, por conta de um acompanhamento psicológico, sentava no vaso sanitário, colocava sua genitália para baixo, prendia-a com as pernas e rezava um pai-nosso e uma ave-maria. Ela revela que pedia para Deus para que aquele “treco” caísse e descesse na descarga. Conta que fez muito isso aos nove, dez anos de idade. Sua experiência aproxima-se daquele descrito por Kennedy:

Um dos sentimentos iniciais mais comuns sobre essas epifanias (que seriam revelações para as crianças) era que “Deus cometeu um erro”, o que indica que algumas crianças transgênero sentiram fortemente a situação em muito tenra idade. Quando lhes pediram para “descreverem suas primeiras memórias de serem trans” as respostas pareciam sugerir uma percepção fortemente identificável de que algo está “errado” com elas (KENNEDY, 2010)

Hera segue contando sua construção de gênero, lembrando que quando sua mãe ia comprar roupas de menino, as pessoas perguntavam se ela era uma menina. Havia situações, conta Hera, em que as pessoas pediam para medir um vestidinho, uma roupa de menina nela, como se ela fosse uma menina. Hera diz que sua mãe ficava furiosa e que não percebia na época e nem compreende hoje.

Indago se o gênero estaria na mente ou seria uma construção social. Hera faz uma análise social do sexo masculino no Amazonas, descrevendo que o homem daqui é cisgênero, grosso, mal-educado, machista e dominante. “Aí vem aquelas características sociais. São essas de nossa sociedade amazonense. Tem de ser aquela pessoa masculina, rude”. No diálogo pergunto qual a diferença nossa para outras sociedades. Ela diz que em uma sociedade mais “desenvolvida”, esse homem grosso, esse homem rude não teria lugar. Ela expressa que na Holanda isso acontece porque lá as pessoas seriam mais educadas, teriam níveis sociais e culturais mais elevados.

Ela segue refletindo:

Então não tem esse espelho social. E qual o espelho social da mulher amazonense? A mulher amazonense é aquela mulher de cabelo comprido, de curvas, de uma certa maneira também brasileira tem de ser gostosa, com bunda. Hoje agora com peito. Antes na sociedade, tipo assim, anos 80, a

moda era não ter peito, tudo era ter peitinho, naquela época as cirurgias eram pra diminuir a mama. Hoje é para aumentar. Então, a mulher trans, se reflete nesse social. A sexualidade dela está na cabeça, mas essa padronização de feminização da mulher trans e masculinização do homem trans é a sociedade que dita.

Hera faz uma análise sobre os padrões de beleza impostos pela modernidade e como isso vai se modificando com o avanço das tecnologias médicas de transformação do corpo. “A mulher trans inconscientemente vai seguir na sociedade que ela vive”, relata Hera. Ela diz que isso é uma pena porque muitas mulheres trans não vão conseguir fazer uma cirurgia de transexualização. Mas ela declara que isso é meio obrigatório em uma sociedade “machista-feminista” que obriga a possuir vagina. Ela afirma que tem de seguir o padrão social e que muitas vezes, uma mulher trans não pode aceitar seu corpo do jeito que ele é. É uma imposição social. Diz que uma mulher trans não pode ser magra e não possuir curvas, entrando na questão do silicone industrial.

Você como mulher, para entrar nessa cultura brasileira, feminina, tem que ter o padrão feminino. O padrão brasileiro é esse. Aí que entra o veneno do silicone industrial. De repente, você não pode se apresentar “olha eu sou uma mulher trans”, não tem bundona, não tem coxona, não sou malhada, eu sou apenas, as pessoas me tratam bem com esse corpo? Essa pessoa vai ter dificuldade. Nossa sociedade brasileira não está preparada e as pessoas inconscientemente nem vão atrás. Eu não preciso fazer uma cirurgia. Qualquer cirurgia, ela tem complicações, ela tem riscos. De repente, essa pessoa é obrigada, ela diz “não. eu quero o meu nariz, eu quero a minha mama, eu quero minha bunda”, e na verdade isso é inconsciente. Ela está entrando em um padrão que não é dela. É uma imposição social.

Há vários recortes na fala de Hera sobre o processo de construção do corpo trans. Ela menciona o silicone industrial, caracteriza como um “veneno”, até as cirurgias de transexualização, que mesmo com todos os avanços da medicina, de acordo com ela, ainda é um risco. Essas cirurgias funcionariam como uma forma de adequação dessas mulheres às normas de gênero vigentes na sociedade que vinculam o feminino à vagina e o masculino ao pênis.

Almeida e Murta (2013, p.382) inspirados em Foucault e em teorias pós-estruturalistas discutem essa vinculação apontando que tanto a definição de sexo biológico quanto a construção do gênero são construções culturais e históricas:

É possível notar entre os teóricos de inspiração queer em geral e em outros/as que discutem as experiências trans que a afirmação da existência de um sexo que é anterior à cultura é também uma construção cultural e histórica, pois “vincular comportamento ao sexo, gênero à genitália, definindo o feminino pela presença de vagina e o masculino pelo pênis, remonta ao século XIX, quando o sexo passou a conter a verdade última de nós mesmos” (Almeida e Murta, 2013).

Os autores apontam ainda que para muitos estudiosos, como Bento (2008), Pelúcio (2005), Arán, Murta e Lionço (2009), Leite Jr.(2011), entre outros, as normas de gênero são colocadas em questão pelas múltiplas maneiras de vivenciar a travestilidade e a transexualidade, mesmo que sem intenção, explicitando a sua fluidez e a sua transitoriedade (ALMEIDA; MURTA, 2013).

Hera conta que na escola ela se sentia como não existisse, não falava nem interagia com as outras crianças. E segue refletindo:

Ai ficava aquela coisa, os meninos vem para cá e as meninas vão para lá. Eu esperava a professora me pegar e colocar na fila dos meninos porque nem essa iniciativa eu tinha. Minha fardinha era azul e das meninas era rosa, minha batinha era azul, tinha uma batinha que tinha bolsinhos onde colocavam os lápis, isso no pré-escolar. Então, aquilo ali já me incomodava porque eu queria a fardinha rosa, não queria a azul. Então ninguém ouvia minha voz, eu não falava, eu não brincava, eu não interagia. Eu era tipo assim, faça um desenho tal, eu fazia

A experiência contada por Hera e sua falta de interação, traduzida também por uma ausência de fala, parece nos dizer o quanto é difícil “existir” em uma sociedade que não foi pensada para as pessoas trans. Os acessórios, ferramentas, vestiários foram construídos a partir de uma lógica “fixa” de gênero que enquadra os sujeitos e fecha porta para outras possibilidades.

Hera conta que as professoras adoravam porque ela entrava muda e saía calada. Fala que enquanto os alunos “se danavam”, ela era “neutra”. Segundo ela, “se isso fosse na atualidade, era um indício de que o professor não estava preparado”. Mas reelabora seu discurso “e bem que hoje o professor não está preparado para isso”. Ela segue sua fala contando um episódio em que foi chamada em um conselho de classe:

Eu fiquei pensando “eu fui chamada no conselho de classe, mas o conselho não é só pra o pessoal que não vai bem em notas, faltam, que bagunçam, que quebraram alguma coisa, eu fui chamada no conselho por causa disso e eu era como é a palavra? Eu era inerte. Não. Apática. Eu era apática, que eu simplesmente não interagia com nada. O trabalho de grupo era complicado. Isso foi levando até a 7ª série. Na 7ª série foi que eu desencanei um pouquinho mais. Se eu não tomasse alguma atitude, minhas notas seriam prejudicadas por causa disso.

As críticas de Hera sobre a falta da preparação de professores que para lidar com as questões de gênero na escola são pertinentes. Por conta disso, ela foi levada ao conselho de classe simplesmente por falta de interação com outros alunos, e não por questões de aprendizagem ou disciplina, como é estabelecido na formação desses colegiados de julgamento dentro do contexto escolar.

A falta de interação de Hera, segundo seus relatos, gerava comentários de que ela era “estranha”, “esquisita”. Corrige seu vocabulário para o masculino “estranho”, “esquisito”. Essa falta de interação ocorria tanto com meninos quanto com meninas, diz Hera. A entrevistada segue contando que ai vinham os apelidos como “a bichinha”. Ela diz que seu pai percebeu algo e começou a chama-la de “perobo³⁶”. Ela conta que ele dizia que se ela virasse um “perobo” ele ia cortar sua cabeça e pendura no poste mais alto da rua. Por isso Hera julgava que ele sabia sobre sua sexualidade.

As agressões via constrangimentos, apelidos se estendem do ambiente escolar para o familiar e vice-versa. Estão na verdade em todos os espaços sociais nos quais essas mulheres trans circulam.

A entrevista com Hera finaliza com sua admiração pela Mulher Maravilha

Na verdade eu comecei a ser fã da Mulher Maravilha nessa época na infância. Não é do modismo do cinema de hoje não, eu sempre fui fã da mulher maravilha e tipo assim sempre que os meninos brincavam, eles falavam eu vou ser o fulano, eu vou ser o fulano, os desenhos da época.

Às falas das quatro entrevistadas serão articuladas. Para isso, um interlúdio será utilizado para esse momento de análise.

Um interlúdio

O poeta é um fingidor.
Finge tão completamente
Que chega a fingir que é dor
A dor que deveras sente.

E os que leem o que escreve,
Na dor lida sentem bem,
Não as duas que ele teve,
Mas só a que eles não têm.

E assim nas calhas da roda
Gira, a entreter a razão,
Esse comboio de corda
Que se chama o coração.

Fernando Pessoa

3.5 Marcadas pela violência e pela dor

³⁶ Termo Regional antigo equivalente à expressão bicha.

Começo esse interlúdio³⁷, pensando nas dores expressas por nossas quatro interlocutoras (**Aurora, Ártemis, Cybele e Hera**). No entanto, dói ou doeu? O que há de dor quando narram um evento doloroso? É a mesma dor ao recontar partes de suas histórias? A dor de minhas entrevistadas atravessam minhas dores? Existe uma intenção em falar de momentos dolorosos? E qual a relação entre violência e dor? Não é meu desejo complicar as análises, aqui expostas, mas evidenciar a presença de uma “linguagem da dor” cujos sentidos corremos o risco de deixar escapar se não atentarmos para o silêncio, o gesto, o olhar, as metáforas, os paradoxos. Dessa forma, para além de uma análise positivista, a proposta é pontuar e discutir trechos em que as vidas dessas quatro narradoras se cruzam, principalmente, em trechos em que elas expressam momentos dolorosos em suas trajetórias e constroem diferentes e singulares matizes para suas dores.

A busca de uma análise das “situações” experienciadas pelas entrevistadas não supõe minha separação ao que se refere no fenômeno da violência. Este é um fenômeno ambíguo e complexo abordado por diferentes posições teóricas e com variadas propostas de solução. Ela se manifesta de várias formas, muitas vezes, legitimada socialmente, como é o caso da população trans, que é submetida cotidianamente a essas formas de violências. Violências estas que provocam o mal, humilham, causam dor e sofrimento. Parece que, nesse sentido, esse tipo de violência se define como o ato de violar o outro, colocando-o em seu lugar, porque escapou das normas ou porque é merecedor, como um pecado. Na análise das passagens de violência e dor, expressas por essas quatro interlocutoras, procuro me afastar da busca por uma causalidade e entro em um contexto em que as histórias contadas podem servir como uma estratégia de luta, reconhecimento dessas dores, enfim de denúncia.

Para a compreensão dessa relação entre violência e dor, enveredo seguindo as reflexões no trabalho de Das (2007) sobre violência contra mulheres indianas, em que o silêncio é uma possibilidade de traduzir a dor dessas mulheres em situações de violência e perda.

Entre outros elementos de análise que surgiram as narrativas, detenho-me, principalmente, no elemento “dor”. Essa se constitui na relação entre linguagem, corpo e violência e se traduz de diversas formas, ora expressa nos discursos, ora nos silenciamentos vivenciados em cenas e que são contados para o outro da pesquisa que também compartilha esses episódios dolorosos. Em suma, o que queremos evidenciar é a existência de um

³⁷ Ferramenta utilizada no campo das artes, principalmente a música, para separar partes de partes musicais, litúrgicas ou cênicas. A orquestra toca um pouco de música entre as cenas de uma ópera. É o que chamamos de interlúdio. Este não é um intervalo, ele faz parte da cena.

“linguagem da dor”, manifestada em relação a variadas formas de violência e que se desdobra em vários percursos de vida de nossas interlocutoras, em suas percepções sobre o gênero, em suas transições corporais, na indiferença social, nos relacionamentos amorosos.

Os temas recortados no material são recorrentes entre uma e outra das quatro mulheres aqui apresentadas, mas a proposta é de se fazer uma interlocução com as diferentes formas de dor expressas em suas falas. Assim como Das (2007) faz uma interlocução entre violência e dor, caracterizada pela perda, postulamos quatro diferentes interlocuções, entre elas, a dor de Aurora, violência e indiferença; a dor de Ártemis, violência e interdição; a dor de Cybele, violência e tristeza; e a dor de Hera, violência e punição. Descreveremos cada uma dessas interlocuções, propondo apenas que se visualize a razão de nomeá-las dessa maneira, o que não fecha portas para outros olhares, mas possibilita outras formas de compreender os meandros do discurso.

A presença da “dor” parece fazer parte do cotidiano daquelas que subvertem as normas de gênero. Dicotomias entre “saúde/doença”, “normal/anormal”, “legal/ilegítimo”, “superior/inferior”, “certo/errado” também estão no cerne das discussões sobre o dispositivo da sexualidade. Todas essas dicotomias provocam sofrimento e dor, o que pode ou não ser reconhecido pelas interlocutoras. A proposta é pensar nos discursos no momento de construção de interação entre pesquisador, objeto de estudo e sujeitos de pesquisa. Portanto, para além de nomear o que é dor, o processo de interação é que mais se evidencia nesse compartilhamento de histórias.

Muitas categorias cruzaram as falas de nossas interlocutoras. Pontuaremos inicialmente, algumas dessas, para finalizar com as interlocuções de dor que mais se acentuam a cada uma entrevistada. Dentre as análises feitas de Aurora, Ártemis, Cybele e Hera, encontramos pistas de como o patriarcado está presente nessas relações, impondo a figura masculina como a detentora de poder e reprodutora de um sistema hierárquico que violenta moralmente por mecanismos de exclusões inscritas no cotidiano dessas mulheres. Segato (2003) chama isso de violência moral, que, para ela, é:

(...) uma ação que envolve agressão emocional, ainda que não seja consciente e deliberada. Trata-se da argamassa para todos os outros tipos de violência de gênero, podendo ocorrer sem ofensa verbal explícita, por meio de gestos, atitudes ou olhares, uma vez que se inscreve no ambiente costumeiro. São exemplos da violência moral: humilhação, intimidação, desqualificação, ridicularização, coação moral, suspeitas, desqualificação da sexualidade, desvalorização cotidiana da mulher como pessoa, de sua personalidade, de seu corpo, de suas capacidades cognitivas, de seu trabalho, de seu valor moral, dentre outras.

A dificuldade em possuir consciência, descrita pela autora, é inerente a uma concepção de violência naturalizada. Essa perspectiva é assumida também quando nossas interlocutoras se colocam como responsáveis pela escolha de ser diferente. Aurora reforça esse discurso quando diz que é necessário estudar e ter um amadurecimento precoce. A escolha de ser diferente, ou seja “ser” trans, empurra-as para que se blindem contra a rejeição da sociedade, como confirma Cybele quando diz que, a transexual já nasce trans. A mulher trans já nasce trans, ela não tem para onde correr.

Outra categoria que gostaria de discutir é “a rua”. Em quase todas as entrevistas, aparecem cenas em que as interlocutoras relacionam esse espaço ao que parece “perigoso”. Aurora, por exemplo, narra situações de encontros constrangedores com vizinhos que a chamavam pelo nome masculino, além da “vergonha” expressa no corpo, quando baixavam a cabeça ao vê-la. Em outra passagem, ela retrata a dor e o sofrimento que muitas mulheres transexuais sentem no momento de mudança corporal. A situação de Ártemis e Cybele era ainda mais agravada, segundo seus relatos, por conta do “medo” que tomava e toma seus corpos, mesmo em linhas de tempos diferentes:

Aurora: encontro pessoas na rua e eles me chamam ainda pelo nome que eles me conheceram na infância. É um pouco constrangedor e eles ficam meio cabisbaixo, mas a maioria me acompanha na rede social.

(...) minha mãe percebeu que eu não ia sofrer porque eu era uma pessoa que nunca se deixou abater pelas chacotas sofridas na rua.

Ártemis: Incrível! Acho que o apoio da minha família foi maravilhoso para mim porque no início de minha transição eu tinha medo de andar na rua, dos olhares, eu tinha muito medo.

Cybele: eu não saio mais para bares, porque eu sempre acho que alguém vai fazer mal pra mim, eu até falei pra Luzia, será que as pessoas vão fazer mal pra mim

Mas qual a razão de a rua ser um perigo para a maiorias das mulheres transexuais? Em muitos casos, essa população somente sai à noite como forma de proteção, o que não garante que elas também não sejam vítimas da violência. A rua então exerce esse caráter ambíguo e contraditório, assim como “ficar em casa” durante o dia, pois esses lares podem ser palcos de constantes violências cotidianas, dicotomizando a relação proteção/perigo. Não se pode também verificar, nessa pesquisa, se há uma associação entre a “rua” e às pessoas trans que trabalham na rua e que carregam estigmas de marginalização.

3.6 Interloquções da dor

Percebemos, nesse jogo de análises, falas que evidenciam a relação violência e dor, em seus distintos modos de apropriação, analisando-a discursivamente. Nesse sentido, abordaremos as interloquções da dor em trechos que mais se acentuaram no momento das narrativas de histórias de vida. A primeira interlocação de dor, denominada aqui, de “violência e indiferença”, e que parece mais marcar seus relatos de Aurora. Ela expressa a dor de se sentir diferente diante da sociedade da indiferença, o que é para ela é muito mais doloroso do que as chacotas sofridas pelo processo de transição, “o que mais dói é se sentir mal em um ambiente em que as pessoas ficam te olhando parecendo que tu é totalmente diferente, e quererem te usar como chacota para outras pessoas como se fossem superior”. A dor que causou mal-estar em Aurora parece significar um não-lugar e um não-pertencer a esses ambientes sociais. No geral, elas são sempre excluídas, inclusive em espaços que as deveriam acolher como as escolas.

No caso de Ártemis, sua dor, chamada aqui de “violência e interdição” aparece em etapas diferentes de sua percepção da identidade de gênero. Uma na infância, em que Ártemis fala de uma dor que a machucava ao se enxergar diferente do que o espelho mostrava: “Acho que eu comecei a enxergar meu corpo, a me olhar no espelho e ver que eu não era aquilo que eu realmente era por dentro. Isso começou a me machucar muito”. E outra quando Ártemis, por ser das artes cênicas, faz uma analogia ao uso de “máscaras”:

Nunca fui constrangida na escola. Acho que é porque eu sempre fui liberta, sempre fui das artes cênicas. Às vezes a gente precisa colocar máscaras mesmo sem querer e eu sendo transexual sou muito visada. Então às vezes eu tenho que estar sempre sorrindo para não mostrar quem eu sou por dentro, complicado.

O que mais se destaca na fala de Ártemis é que ela começa a dar pistas sobre o quanto é “complicado” ser mulher transexual na sociedade binária e heterossexista. Ela se mascara para evitar os constrangimentos, muito próprios de ambientes como a escola, o que é inevitável. Essas máscaras são estratégias que ela utiliza para que se liberte, mas que talvez não funcione quando as máscaras caem e as marcas do corpo ficam em evidência. Ela conta que teve um momento que ela se libertou, dizendo para si mesma vou ser realmente o que eu quero ser, o que eu realmente sou. A partir daí, tirei um peso das costas. Desafiar e subverter as normas são caminhos, as vezes tortuosos, de aliviar esse peso e construir possibilidades de vidas viáveis socialmente.

Situamos o relato de Cybele, na chave, “violência e tristeza”, a entrevistada de 37 anos, fala das decepções amorosas, de experiências que ela tem dúvidas se foram relações abusivas ou não, mas que fizeram seu coração virar pedra.

Meu coração virou pedra. Estou sem relação. Decepcionada. Minhas relações não foram abusivas. Eu creio que você dá de tudo, você se esforça para dar do bom e do melhor para a pessoa e a pessoa vai te trai, te engana, te passa a perna. Isso aí é muito dolorido.

A própria contradição no discurso de Cybele conota uma forma de lidar com essa dor, que a deixa decepcionada por conta dos maus encontros que teve na vida. Outra forma de lidar com essa tristeza que violenta, é se afastar, se distanciar dessas relações, pois amar homens é um desafio (AMARAL, 2017).

Denominamos a interlocução da dor de nossa quarta protagonista como “violência e punição”. Resolvemos denominar assim após vasculhar em um universo de sentidos, aqueles que culpabilizam diferentes sujeitos por sua sexualidade, raça, deficiência, entre outras marcas, como um castigo divino, enfim uma punição por ter nascido assim. Hera expressa bem essa carga de culpa na infância por não entender sua identidade de gênero.

Aí descobrir que tinha alguma coisa de errado. Eu classifiquei como uma doença. Não se esqueça que eu era uma criança. Eu classifiquei como uma doença. Eu classificava com uma doença, sendo que uma doença que precisava de tratamento, de medicamento. Aquilo precisava se resolver.

Quando eu tive essa religiosidade cristã que era uma coisa que já tinha até esquecido, o que foi me lembrar com acompanhamento psicológico de repente, me veio. Eu sentava no vaso sanitário, colocava minhas genitálias para baixo, prendia com as pernas, rezava um pai-nosso, uma ave-maria. Pedia para Deus para que aquele treco caísse, eu desse descarga e ele fosse embora. Nossa fiz muito isso, muito isso. Aí foi mais complicado na adolescência. Isso foi antes, eu tinha 09, 10 anos já um pouco próximo de chegar na adolescência.

Além da culpa que nos coloca no lugar de “errado”, Hera se martiriza e se apega à religião para tentar resolver o que ela chama de “problema”, o que só se resolve em outra fase de sua vida.

Nos relatos das interlocuções entre violência e dor e seus desdobramentos, identificamos sistemas ambíguos de proteção como a casa, a rua, a escola, o amor. No geral, esses sistemas não são pensados para as pessoas trans, pois eles estão às margens. Muitas são expulsas de suas casas e são violentadas na rua. São excluídas das escolas via chacotas, constrangimentos, humilhações. Muitas vezes são vítimas de relações amorosas abusivas. Que lugar sobra para elas? A resposta é a linguagem da dor, que muitas vezes está para além da fala. E é compreensível. As mulheres trans expressam reivindicações, desde reconhecimento

a denúncias. Precisamos propiciar, enquanto pesquisadores, que essas dores sejam veiculadas para que a sociedade também possa entrar em contato com essas cenas de violência e construir aparatos que possibilitem mundos em que as mulheres trans possam circular sem constrangimentos.

4 VIOLÊNCIA DE GÊNERO: um espetáculo sem fim

Falar da violência de gênero como um espetáculo sem fim certamente nos motiva a estar no movimento de resistência contra a homo/transfobia. Este capítulo mostra como as histórias de vida de algumas mulheres trans é circundada de processos violentos, seja nas regulações da família, na escola, seja nas relações abusivas em seus relacionamentos amorosos. De alguma forma, mesmo que essas violências não sejam assumidas no cotidiano, muitas vezes, continuaremos contribuindo para a redução desse fenômeno contra grupos marginalizados socialmente.

4.1 Gênero, família e violência

A percepção de que um filho identifica-se com atributos e acessórios de gênero diferentes das expectativas sociais que cercam o sexo que lhe foi atribuído ao nascer gera muitos conflitos no âmbito familiar. Nas histórias relatadas, esses conflitos são acionados via transgressões, tentativas de expulsões, constrangimentos, vivenciados pelas entrevistadas ou por outras mulheres trans de suas redes de relacionamentos. O cruzamento das histórias de **Íris, Dóris, Atena e Electra** constrói um panorama onde cenas se aproximam, borram-se, ou se intensificam nas narrativas dessas mulheres.

Íris (23 anos) diz ser uma pessoa “privilegiada” porque se reconheceu como mulher trans aos 15 anos de idade e nunca foi “expulsa de casa”. O sentido de expulsão expresso por **Íris** é sinalizado, por ela, como se fosse uma exceção diante de outras mulheres trans que, em sua maioria, vivenciam cenas de violência no período de transição de gênero. Ela relata que teve uma infância “tranquila” porque seus pais eram comerciantes e que por conta disso teve uma vida estável, boa condição econômica, o que proporcionou seus estudos e de seus irmãos. Ela relata: “a gente vivia só pra estudar e até hoje. Como sou a mais nova eu estou finalizando. Meus irmãos são formados também. Minha irmã é formada em economia e meu irmão formado em engenharia civil. Então proporcionou a ser o que a gente é”. Aqui se percebe no discurso de **Íris** que o recorte de classe e a escolaridade parecem justificar ou explicar a redução da violência, que é acionada pela entrevistada a partir da experiência de outras mulheres transexuais.

No entanto, **Íris**, que antes havia mencionado a “tranquilidade” na “descoberta” sobre suas expressões e identificações de gênero, revela que houve conflitos, mesmo que não envolvessem violência física ou expulsão de casa, uma vez que, segundo ela, seus pais eram “calmos”. Seu pai utilizou outras estratégias para lidar com a transição da filha. Para ela, como a família possuía dois estabelecimentos comerciais, o pai disse que não voltaria mais

para casa e que passaria a residir em um deles. **Íris** conta que sua mãe ficou “chateada”, mas, para ela, uma mãe preferiria os filhos. A saída do pai teria fortalecido sua relação com a mãe, que se tornou porto seguro para seu processo de transição. Ela diz que os irmãos também a apoiaram:

Não somente ela, é muito engraçado dizer, porque meus irmãos nunca falaram nada, nenhum dos dois assim (faz gestos com mãos contando que eles não estavam nem ai) [...] não vai mudar nada para eles, principalmente meu irmão, engraçado isso, porque boa parte dos irmãos não concordam com nada. Não teve isso, meu irmão é muito tranquilo, ele olhou assim e tá e a minha irmã também.

Percebe-se que a resistência de **Íris** diante do pai foi determinante para seu projeto de mudança corporal e afirmação de uma identidade de gênero feminina. Ela conta que depois de dois ou três anos seu pai voltou para casa. Ela relata que o pai percebeu que não tinha outra saída a não ser aceitar. Além da resistência de **Íris**, houve o trabalho do tempo operando nessas relações, inclusive no sentido de reelaborar esse momento de sua vida, que apesar das resistências e posicionamentos, não deixou de ser tenso e conflituoso. Importante perceber a importância desse trabalho do tempo na elaboração de narrativas. Eventos dolorosos raramente são interpretados e reelaborados no calor dos acontecimentos. A escrita destes textos, destas narrativas, é resultado de uma disputa de interpretações, todas baseadas na autoridade de seus locutores e, especialmente, no passar do tempo (DAS, 1999). Percebemos nas falas da entrevistada maneiras diferentes para nomear as formas de violência, distinguindo, ao seu modo, onde ela se manifestou ou não.

Para **Dóris** (24 anos), a história pareceu mais tensa. Ela conta que no começo era bem “complicado” porque sua mãe teve nove filhos, três meninos e seis meninas. Ela conta que naquele tempo não era tão “afeminada” e enquanto dava para esconder de seu pai tudo ia bem. Ela conta que saía com ele para ajudá-lo no trabalho e por isso parecia bem, mas para sua mãe não. **Dóris** tenta dizer que meninos acompanham os pais, dependendo do trabalho. Ela revela que sua mãe sempre soube e, embora tenha acabado por aceitar e apoiar sua identidade sexual e de gênero, no início não estava bem. Ela diz ter “sofrido” violências por parte da família do pai, porque acha que nenhum pai aceita, por terem “a mente fechada” para tratar sobre esses assuntos. Ela segue refletindo sobre momentos conflituosos na relação familiar em que o pai tentou expulsá-la de casa algumas vezes:

Fui expulsa mas não cheguei a sair porque eu não tinha para onde ir, então eu ficava. Eu sofri muita humilhação, mas por parte do pai. Então várias vezes eu era xingada ai me mandava trabalhar [...] Se eu quisesse viver como eu sou agora eu tinha que me virar sozinha, não podia contar com meu pai. Hoje não, hoje é diferente, mas naquele tempo não podia contar com nada, só com minha mãe.

Para Hauer e Guimarães (2015, p.653), o “despertar da sexualidade” na adolescência é por si só causa de um desequilíbrio no ambiente familiar. Os autores afirmam que a presença de um filho ou filha homossexual, que toma consciência de sua orientação sexual nessa fase, acentua ainda mais esses conflitos, podendo gerar reações e encontros diferentes para cada pai e cada mãe. Na trajetória das mulheres trans entrevistadas, a homossexualidade em geral precede a transexualidade. Inicialmente elas se perceberam e foram percebidas como gays, assumindo apenas gradualmente uma identidade de gênero feminina.

Interessante perceber que **Electra** (42 anos) descreve experiências de violência diferentemente das outras duas entrevistadas e que este fenômeno não ocorre isoladamente, isto é, seus discursos são atravessados por violência física, sexual, moral, psicológica. A entrevistada começa relatando cenas de violência física intrafamiliar que ela compara à violência com que presos eram/são tratados:

Então ele [o pai] não aceitava. Até então assim, eu vou falar o que eu lembro, o que eu consigo lembrar. Quando criança, eu não fui digamos assim maltratada pelos meus pais, mas quando eu fui amadurecendo lá pelos 11 anos de idade, eu já comecei a sofrer ataques violentos, de violência mesmo dentro de casa por ele. Quando eu falo assim as violências eram grandes mesmo porque eu apanhava com as palmatórias que os presos apanhavam, daquelas que tinham um buraco no meio, quando batia (bate uma mão na outra forte).

Os ataques e atos violentos sofridos por **Electra** localizam-se em territórios de espaço e tempo precisos, pois ela vivia em um cidade do interior do estado, em uma época que esses atos violentos, como o uso de palmatórias na criação de filhos, eram aceitos sem discussão em algumas famílias.

Electra continua relatando ter sofrido várias tentativas de estupro, o que a colocava em uma situação de vulnerabilidade. Embora tentasse contar para a mãe, ela não acreditava na filha: “quando meu pai tentou me estuprar, eu contei pra minha mãe. Ela não acreditou em mim. Quando o pai da minha irmã tentou me estuprar, eu contei pra minha mãe, ela não acreditou em mim”. Tratando sobre o comportamento de algumas mães frente o abuso sexual, Romero (2007, n.p.) afirma que “Algumas mães experimentam sentimentos ambivalentes em relação às filhas. Ao mesmo tempo em que sentem raiva e ciúme, sentem culpa por não fornecerem proteção”. A autora também explica que negar, desmentir a filha ou culpá-la pela sedução é uma defesa utilizada para suportar o impacto da violência, desilusão e frustração frente à ameaça de desmoronamento da unidade familiar e conjugal.

Electra continua a relatar várias cenas de violência, no decorrer da entrevista, as quais percebemos acompanharam-na em vários momentos dentro da família, como nesse trecho em

que o pai, delegado da polícia militar, “toca fogo” em suas roupas quando ela revelou claramente sua expressão ou identidade de gênero:

Então eu chamei “mãe, preciso conversar contigo”. Ela disse, aguarda só um minuto. Ela foi pra um outro quarto, que é dela. Ai trouxe uma sacola. Ai tirei minha culpa. Ai ela disse pega, que eu abri era um conjunto de lingerie, calcinhas. Ela já estava esperando isso. Ela falou, pronto. E o teu pai? Mãe a senhora tem que colocar na sua cabeça que o lance com meu pai, ele não faz parte da nossa vida. Ele continua sendo meu pai, mas dessa porta pra dentro quem canta é a senhora e eu, ele não. Eu fechei a boca e ele chega. Ai minha mãe, na mesma hora, já fui, venha cá comigo, ai meu cabelo já estava grande, estava crescendo já, ele disse, o que que foi? Eu tirei [as roupas da sacola], ele quis me matar, ele colocou a arma na minha boca pra me matar. Ele pegou... ele quis agredir ela porque ele disse que a culpa era dela. O homem sempre coloca a culpa na mulher. Os pais sempre põe a culpa na mãe sobre a criação dos filhos. Ele dizia que a culpa era dela. Ai ele pegou minhas roupas no guarda-roupas. Só que minha roupas de mulher ficavam no guarda-roupas de minha mãe. Justamente porque quando ele vinha, eu ficava no meu quarto. Tocou fogo. E saiu. Quando voltou, voltou com um monte de roupas de mulher. Sapato, maquiagem, joia tudo ele comprou com ela, é isso que você quer? Só que o medo dele eu até entendi. Ele tinha medo de eu denegrir a imagem da corporação e ele tinha medo de eu ser maltratada.

As cenas de violência acionadas pelas construções de gênero de **Electra** ocorrem permeadas por conturbadas ações dos atores envolvidos na trama, em que é possível assistir violências manifestadas em diferentes formas. Como afirma Saffioti, (2011, p.17), ao falar sobre violência contra mulheres: “As violências física, sexual, emocional e moral não ocorrem isoladamente. Qualquer que seja a forma assumida pela agressão, a violência emocional está sempre presente. Certamente se pode afirmar o mesmo para a moral”. Dessa forma, o trabalho no campo da violência exige que se articulem as violências para compreendê-las em sua totalidade, e não isoladas.

Os relatos utilizados para ilustrar a relação entre gênero, família e violência são “portas de entrada” para a discussão de outras categorias, como as construções de gênero e suas regulações na produção dessas violências.

4.1.1 Regulações de gênero, sexualidade e violência

São muitas as formas de regulações de gênero e sexualidade acionadas pela violência no momento em que as entrevistadas demonstram identificações pelo gênero opostas ao que socialmente se desenha a partir de seus “sexos biológicos”. No trabalho *Os anormais*, Foucault (2001) problematiza como os exercícios de poder e as técnicas disciplinares produziram figuras de anormalidades que deveriam ser controladas e contidas por instituições

normativas. As mulheres transexuais são vistas por várias instituições como pessoas “anormais” que subvertem as normas e que, portanto, precisam ser reguladas.

Íris conta que sua infância foi “supertranquila” e lembra de algumas coisas que ajudaram a consolidar sua identidade de gênero, como o hábito de brincar mais com meninas que com meninos, além de gostar de objetos do universo feminino, como bonecas. Relata que usava vestidos e que queria sair com eles quando era criança. Vestidos que pertenciam a sua irmã. Para ela tudo isso fez parte de sua infância e ajudou a consolidar sua “transição de gênero” na adolescência. Ela segue contando:

Minha mãe via eu brincando de boneca, minha mãe via eu me articulando com as meninas, brincando, utilizando de certas estratégias para me permanecer usando esses objetos. Não sei se é um apoio ou o pai ou a mãe quererem enxergar porque eu não fui violentada fisicamente, no meu caso, de meu pai ou minha mãe me bater, como é o caso de muitas meninas e meninos. A partir do momento que demonstra que de certo modo transgride, mesmo inconscientemente, essa ideia cristalizada do que é de homem, o que é de mulher. A criança acaba sofrendo represálias do próprio pai e da própria mãe.

O discurso de **Íris** explica uma complexa e tênue linha entre identidade de gênero e orientação sexual. Muitos trabalhos apontam a “descoberta” da (homo)sexualidade como um momento tenso e dramático, como o trabalho de Soliva e Souza Junior (2014, p.131) que afirmam que “agressões, ameaças e outros tantos tipos de violência comunicam a intolerância, a frustração e os medos que familiares comumente exteriorizam quando se deparam com a existência de um filho homossexual”. No entanto, a fala de **Íris** relata sobre suas experiências de gênero, que passam mais por identificações do que seja feminino do que por sexualidade, regulações que a entrevistada nomeia como “transgressão” e “represálias” por parte do pai ou da mãe.

Íris diz que suas primeiras experiências sexuais foram com meninas e não com meninos e acha isso “engraçado”. As experiências sexuais na infância parecem fluir mais do que em outras fases da vida, mas o espanto de **Íris** sobre o beijo coloca-a em contato com a percepção de que performatizamos essas experiências por conta de um modelo social imposto e padronizado que nos empurra a nos aproximar do sexo oposto.

Quando criança tem aquelas brincadeiras bobas, de ser com meninas, era só beijo, naquele momento também não entendia, assim de beijar, não era um rolar aquele sentimento, porque era criança. De certo modo é uma imposição social de que tu tem que beijar menina e a menina tem que beijar o menino, mas que não passava disso, apesar de que agora e até mesmo na adolescência, já adulto mesmo, entender era beijo, eu acho que a gente tem de levar em consideração porque faz parte do cotidiano, faz parte das relações de sexualidade e que isso não interfere de fato nessas orientações de sexualidade e de identidade de gênero.

Parece não haver uma percepção subjetiva sobre o que é ser trans na infância, passando-se por períodos de experiências dentro da matriz heteronormativa vigente. Isso ocorre um pouco mais tarde na adolescência. **Íris** conta que na escola, nessa fase, parecia haver certa “cobrança” sobre seu corpo, sobre quem ela era, mas que a princípio não se identificava. O que entendemos aqui é de que a transição coloca essas mulheres em uma posição não-binária, incomodando o círculo social que frequentam. Ela segue refletindo: “a gente tenta o máximo se afastar daquilo, ‘ah mas eu não sou, você diz que eu sou, mas eu não sou’”. A entrevistada continua refletindo sobre uma “imposição social” para que todas as mulheres trans em algum momento se assumam como “gays”. **Íris** conta que a imposição é tão “persistente” que ela acabou assumindo para a mãe que era gay, mesmo sem entender o que acontecia naquele momento:

‘Mas tu é gay’, os outros dizem. Mas eu não sou, tanto que eu cheguei para minha mãe. ‘Mãe, eu tenho que dizer que sou gay’. A princípio, a gente entende ‘ah, mãe, eu sou gay’ por conta dessa ideias. Na verdade eu não entendia o que é que é ser trans, como ser uma travesti, uma transexual, porque até hoje ainda é persistente que a gente é gay, só que a gente é um gay que se utiliza de roupas de mulher.

A fala de **Íris** demonstra um deslize entre sexualidade e gênero, ao dizer que “é gay que se utiliza de roupas de mulher”. Percebe-se que a imposição social mencionada pela entrevistada é uma tentativa de a sociedade nomear um papel social para as pessoas que transitam entre o masculino e o feminino como uma forma de vincular uma diferença sexual. Mesmo que a definição dos papéis sociais seja difícil de ser nomeada, estas tentativas escapam às interpretações biologicistas de gênero, mas intencionalmente acabam transformando-se em certa medida em posições hierarquizantes, opondo heterossexuais x homossexuais, por exemplo.

Íris percebeu que, entre os 15 e 16 anos, ela não se envolvia afetiva e sexualmente nem com meninos nem com meninas, julgando haver algo “estranho”. Ela relata: “eu não acho meu corpo legal. Acho meu corpo estranho”. **Íris** diz que conheceu algumas “meninas”, algumas mulheres transexuais. Ela narra que dançou quadrilha, nessa idade, e foi gostando de usar roupa feminina. Conta que alisou o cabelo comprido e que combinava com seu rosto. Para ela, toda mudança corporal começou aí. Ela segue refletindo sobre esse momento, contando sobre um relacionamento:

Tive um namorado com 16 anos, ele tinha um pouco mais de idade, cerca de 30, que já dizia ‘[já que] você tem características femininas, usa certos acessórios, utiliza certas roupas para gente sair, utiliza calcinha, utiliza saia’. Isso eu fui me apropriando, fui me aprimorando. Fazendo uso desses objetos, para minha satisfação mesma e para a dele também. É importante pontuar

que naquela época a gente estava numa relação de pedofilia. [Mas] eu não pensei [que] ele era pedófilo porque estava se envolvendo com uma pessoa de 16 anos. E eu não entendia. A gente na flor da idade...

Observamos que o relacionamento amoroso de **Íris** reitera os papéis de gênero, pois suas características femininas abriam possibilidades para o uso de acessórios e atributos do universo feminino, sugerido pelo parceiro. Esse relacionamento participou na construção de gênero e sexualidade de **Íris**, satisfazendo-a tanto na definição de seu corpo como mulher quanto na satisfação sexual. Mesmo que ela percebesse, no momento da entrevista, que se tratava de uma relação pedófila, isso não estava em “jogo” naquele momento de sua vida.

Íris segue contando que, com o passar do tempo, o pai não falou mais sobre suas unhas pintadas e os acessórios que usava; o que não quer dizer que ele aceitou. Ela julga que o pai era mais “tranquilo”, porque ela continuava com a mesma “essência” de menina estudiosa e aplicada. A interlocutora aponta que esses atributos a livraram de ser expulsa de casa, afirmando ser uma privilegiada:

Entrei na universidade, uma universidade pública, ainda tem de ser colado isso porque é um privilégio. Eu não fui expulsa de casa, eu tive boa escola naquela época, eu tinha bons professores, eu tinha uma relação familiar relativamente boa, relativa não, muito boa, então eu posso dizer que sou privilegiada em relação às outras. Dentro da universidade aqui éramos, quando eu entrei éramos só duas, eu a Diana. Depois veio a Maria, só que a Maria trancou e disse que vai voltar para pedagogia.

Dóris, por seu lado, conta que quando era mais nova, tinha uma vida “normal” até os 14 anos de idade. Brincava tanto com meninos, quanto com meninas. Ressalta que jogava bola, com um grupo de meninos. Parece pontuar que essa atividade pertence mais à esfera de atividades masculinas do que femininas. Ela conta que, com 8 anos, já sabia que gostava de menino e que durante o tempo de escola ficava mais do lado das meninas, mas seu interesse sexual era pelos meninos. Ela revela que chegou a ter namorada para ver para qual lado seu desejo sexual fluía. E segue relatando:

Namorei [com meninas] entre aspas, dar beijinhos, essas coisas. Com menino, a coisa fluía melhor, não travava, chegava abraçava, beijava e se tivesse que rolar rolava como eu não conseguia [fazer] rolar com mulheres. Minha primeira experiência com meninos foi aos 14, 15 anos. Já tinha namorado com meninas, mas nunca tinha tido relação. Com meninos foi mais fácil. Com menina não sentia atração, não sentia desejo, não tinha nada,.Fui ter com meninos. Foi quando eu vi que era o que eu gostava, aconteceu naturalmente, foi quando eu me encontrei.

Dóris relata que se fosse “gay” seu pai aceitaria de forma mais fácil, pois ela afirma que, na cabeça dele, transexualidade está associada à marginalização, uso de drogas e prostituição. **Dóris** conta que, com o tempo, arranjou um marido e o apresentou à família. A

partir daí, o pai começou a aceitar, percebendo que seria diferente do que ele pensava. Ela segue contando:

Acabei me casando, fui casada durante 6 anos, aí meu marido foi, conversou com ele, a partir dali que ele viu que seria tudo diferente, a gente vê muita trans e travesti que entram na prostituição e como ele viu que seria diferente, aí já foi quando ele começou a aceitar; também foi com ajuda de meu marido que foi [e] conversou com ele, porque ele viu que o rapaz ia me assumir, aí a gente foi viver nossa vida, acabamos indo morar juntos, aí foi quando eu voltei para casa dele e como eu tinha me assumido e tinha uma vida mais ou menos estabilizada. Hoje em dia ele aceita normal, porque também não dependo tanto dele, então ele aceita, respeita também .

Para **Dóris** a aceitação da homossexualidade é sentida como um processo mais fácil que a aceitação da transição de gênero e da incorporação de coisas consideradas do universo feminino:

Falei para minha mãe, até então aceitar o filho homossexual é bem mais fácil, mas foi quando eu falei para ela que estava querendo me transformar, aí comecei, deixei meu cabelo crescer e ela, fica aquela coisa de mãe e pai: ‘tá na hora de cortar o cabelo’, sendo que para uma trans, o cabelo é fundamental, aí não vou mais cortar, quero deixar crescer. Ela conversou comigo, expliquei tudo para ela e ela me aceitou, então ela foi fundamental como ponto de apoio que tive na minha família, que foi [quem] me ajudou e me ajuda até hoje. Hoje eu tenho uma relação com ela, com meu pai, com toda minha família.

Percebe-se que a relação de **Dóris** com sua mãe era mais próxima que com o pai, pois para ela a representação que ele possui sobre a população trans é negativa, estigmatizada e marginalizada.

Sobre suas construções de gênero, **Atena** (30 anos) lembra que aos dois anos já era afeminada, gostava de bonecas e botar a toalha na cabeça e dizer que era o seu cabelo. Ela diz que calçava o salto de sua irmã e uma saia e brincava “escondido” de mulher. Ela segue contando:

Lembro-me desde os dois anos de idade. Dos dois eu já lembro que eu já era afeminada, que eu gostava de boneca, de botar a toalha na cabeça e dizer que é meu cabelo e botava o salto da minha irmã e botava uma saia e brincava escondido de mulher. Daí fui crescendo afeminada e com 07 anos eu perdi minha virgindade. O menino tinha 10 anos e então daí a minha vida começou a mudar porque eu descobri cedo o que era sexo. Desde então eu fui crescendo afeminada e fui botando aquilo na minha cabeça que eu tinha de ser mais mulher e afeminada.

Percebe-se que as identificações de gênero das mulheres transexuais entrevistadas começaram desde a infância, como é o caso de **Atena**. Em sua fala parece haver uma percepção sobre essas identificações, pois ao usar o salto e a saia para brincar de mulher, ela

se escondia pelo receio provável de condenação, caso alguém a pegasse com esses acessórios femininos.

Atena conta que recebeu pressão da família por ser afeminada. Revela que eles a chamaram para conversar e disseram que ser “homossexual” era errado. Em sua teoria, a entrevistada acredita que nasceu (homossexual) porque tem gente que vira homossexual porque tem experiências sexuais que levam à essa homossexualidade, mas tem gente que nasce (homossexual). “Lembro que eu era muito pequena e eu já tinha esse “traaa”, essa coisinha de menina, e hoje em dia eu entendo que, cara, era para eu ter vindo assim, não era para ter vindo nem homem nem mulher, era para ter vindo travesti. Deus disse: vai lá e quebra tabus”. **Atena** acredita que sua transexualidade é um destino, uma predestinação necessária para suportar sua vida difícil de mulher trans.

As construções de gênero de **Electra** (42 anos) começaram aos seis anos de idade. Ela conta que perdeu seu “pai biológico” e que sua minha mãe, nessa época, já vivia com outro homem. Ela disse que esse novo marido de sua mãe era delegado da cidade, considerando-o como pai, afirmando que, por conta disso, naquela idade começavam seus “problemas”: “Aos quatro anos de idade ele já me adotou como filha, então o meu problema começou aos seis anos de idade. Minha mãe contava que ele já percebia uma mudança muito grande em mim”. A percepção de **Electra** sobre sua identidade de gênero era vista como um problema, de forma essencialista. Fala sobre como a construção de sua identidade foi compreendida a partir de visões patologizantes acionadas pela família a partir dos discursos e saberes *psi*:

Com a morte de meu pai, ele me trouxe, mas o intuito de ele me trazer pra cá não foi ver, era pra procurar um especialista. Porque eu nunca me identifiquei com carros, com brinquedos masculinos, mais com coisas das meninas.

Além do acionamento da especialidade, a família tenta regular o gênero de **Electra**, impondo comportamentos sociais masculinizados, que em seu caso, ligavam-se a reprodução do militarismo:

Aos 11 anos foi minha primeira experiência [sexual] e eles queriam me internar, me colocaram na escola agrícola, me forçavam a vestir roupas quando tinha 7 de Setembro, sempre tinha que representar a polícia. Então aquilo mexia demais comigo porque eu não aceitava.

Dessa forma, percebe-se que em todos os relatos as construções de gênero das mulheres transexuais dessa pesquisa acionam mecanismos de regulações e violências que se manifestam de diversas formas, sejam físicas, sexuais, morais e psicológicas.

4.2 A violência da Escola: discriminação e exclusão

A escola tem sido lugar de produções coletivas de estigmas, violências e violações contra as pessoas LGBT, o que implica em discriminações e exclusões da comunidade escolar. Apresentaremos os relatos das entrevistadas sobre esse espaço permeado por preconceitos e que reifica as violências e violações de direitos, mas também constrói a partir das redes de relações, sistemas de proteção contra essas mesmas violências e violações.

Íris declara que a escola deveria ser um espaço de acolhimento, de liberdade de ideias, mas acaba tornando-se um espaço de “marginalização”. Ela diz que essa lógica não é produzida somente por alunos, mas por professores também. Essa marginalização, para ela, tem ocorrido devido a uma série de preconceitos veiculados na escola. **Íris** julga ser a formação de professores a principal causa desses preconceitos, principalmente de professores mais antigos, pois, devido às discussões de gênero e sexualidade serem recentes, acabaram não recebendo conhecimentos sobre esses estudos em suas vidas acadêmicas.

Uma pesquisa recente (Kiss, 2019, p.14) sobre a presença das temáticas gênero e sexualidade na formação de professores de Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) aponta que 60% dos graduandos informaram ter recebido orientações sobre como lidar com questões relativas a estes temas. Os dados sugerem que estes temas têm sido trabalhados durante o curso, havendo envolvimento, direto ou indireto, destes temas em sua formação. Apesar de não haver uma disciplina específica para essa área, isso ocorreu principalmente por conta da política de formação de professores universitários que assumiram esses diálogos, após o doutoramento, e que passaram a discutir esses temas como componentes curriculares de suas disciplinas, entre elas, Psicologia Geral e da Personalidade, Psicologia do Desenvolvimento e Psicologia da Aprendizagem. Outros eventos também foram pontuados na pesquisa como significativos para a reflexão sobre gênero e sexualidade como palestras, oficinas, grupos de estudos e programas de iniciação científica.

Dóris segue contando sua experiência, dizendo que, por ser muito “afeminada”, os meninos comentavam sobre seus trejeitos, sofrendo muito *bullying* na escola. Ela conta que as aulas de educação física separavam os meninos das meninas e ela ficava sem saber para que lado ir: “Eu ia para o lado dos meninos mas eu nunca era escolhida para brincar de futebol porque menino só brinca de futebol, então eu ia para o lado das meninas. Aí começava a ser xingada de ‘viadinho’, de ‘bichinha’”. Ela relata que se identificava mais com as “brincadeiras” ou os “hábitos” das meninas.

Na fala de **Dóris**, não há lugar para as pessoas trans em instituições como a escola, pois, no geral, estas reproduzem e emulam a personalidade e o comportamento socialmente

desejável, seja masculino ou feminino e enquadram todos os sujeitos em um binarismo cruel e excludente.

Ela continua:

Mesmo ele (o professor) sabendo que eu era diferente, que eu era visível, [não] se dava todo um cuidado de pegar ou juntar todo mundo para não ter nenhuma exclusão. Não se dava o trabalho de fazer brincadeiras de meninas e meninos, separava logo, menino para um lado e meninas para o outro, menino vai jogar bola e menina vai jogar vôlei e a gente que tem essa situação fica perdida no meio. Ali, já um constrangimento. Ai se eu for brincar com os meninos eles não vão me colocar na brincadeira porque não vai ter o mesmo desempenho de um menino. Aí eu sempre ficava sentada na quadra esperando acabar a aula.

O corpo é esse lugar onde as diferenças, supostamente inferiores, estão marcadas, tornando-se visíveis para a construção de estereótipos, estigmas, preconceitos, discriminações e exclusões, portanto, de violências. Mesmo que o professor tivesse percebido essa diferença no corpo de **Dóris**, ele cristalizava a ideia de atividades para um ou outro gênero, excluindo aqueles que não se enquadram na lógica binária. O ficar sentada na quadra esperando a aula acabar nos remete, no contexto da educação física, aos alunos que, por possuírem um atestado de incapacidade ou inaptidão física, são dispensados dessas atividades, tão necessárias para o desenvolvimento corporal. Bruna fazia parte desse grupo.

Dóris expressa um sentimento de humilhação e passou a pensar “poxa eu nem gostava mais das aulas de educação física por causa disso, vai ter que separar meninos de meninas” e diz que entendia que os meninos não queriam que ela brincasse do lado deles porque ela era “gay” naquele tempo. Revela que se sentia impotente por não fazer nada e ficava feliz quando encontrava outra pessoa que se identificava com coisas de meninas como ela.

Percebe-se que nas interações sociais, as dimensões de gênero, sexo e sexualidade estão ocorrendo a todo o momento da vida pessoal de cada indivíduo. Para os coleguinhas de **Dóris**, essas questões se interseccionam, pois eles não a deixavam brincar devido sua suposta orientação sexual (“gay”) e esta ser pensada possivelmente pelos atributos do gênero feminino que manifestava. Portanto, por ser o futebol uma construção social predominantemente masculina, eles a excluía. Sobre isso, o livro de conteúdo *Gênero e Sexualidade na Escola* (Brasil, 2009, p.46) diferencia essas duas dimensões:

Sexualidade e gênero são dimensões diferentes que integram a identidade pessoal de cada indivíduo. Ambos surgem, são afetados e se transformam conforme os valores sociais vigentes em uma dada época. São partes, assim, da cultura, construídas em determinado período histórico, ajudando a organizar a vida individual e coletiva das pessoas. Em síntese, é a cultura que constrói o gênero, simbolizando as atividades como masculinas e femininas.

Já **Atena** relata que era “homossexual” desde pequena e foi crescendo afeminada, mas nunca sofreu “preconceito” na escola porque era uma escola privada. Segundo diz, esse sentimento é percebido mais na escola pública por conta da educação dos alunos:

Só que eu fui crescendo e fui mudando de colégio e eu via que não era isso. Eu via que menino num canto e menina ficava num canto. O colégio público é um outro ambiente. Jogaram pedra quando eu cheguei, eu fiquei mal, eu chorei, chamei pai e mãe. Depois que eu chamei pai e mãe e que os colegas souberam que chamei pai e mãe no colégio porque tinham jogado pedra em mim, jogaram pedra em mim de novo e me chamaram de ‘viadinho’. Ai eu aprendi que eu tenho que me mancar e parar de chamar pai e mãe porque isso não vai mudar porra nenhuma, daí eu fui começando a criar coragem, eu fui começando a me envolver com os meninos, aí eu fui começando a ver como é a jogada deles, e via que tinha uns meninos que falavam com viado normal, viados que eu digo [são] as gays, normal e tinha uns meio assim, e tinha uns que procuravam.

Atena conta uma história de construção de mecanismos de proteção contra as violências no contexto escolar, e se aproxima da narrativa de **Electra**:

Eu aprendi a me defender aos seis anos de idade porque naquela época chamava a gente de ‘viadinho’, de ‘gayzinho’, aquela coisa toda, então eu já partia para a briga. Eu nunca deixei ninguém passar por cima de mim. Nunca fui de chorar, ficar de escanteio, eu revidava na mesma pedra, na mesma moeda. [...] Mas depois disso foi mudando, foi passando, e nada nesse mundo fazia eu sair de mim, podia entrar na escola, me chamar do que quisesse eu não dava confiança porque aquilo estava dentro de mim, eu me conhecia, eu sabia quem eu era, sabia o que que eu sentia

Tanto para **Atena**, quanto para **Electra**, a construção desses sistemas de proteção na escola significa que, vulneráveis às violências, as pessoas trans criam suas próprias estratégias para não serem ou se tornarem vítimas.

4.2.1 Biossociabilidade e resistência

Segundo as entrevistadas, outra estratégia para proteção contra as violências, passa pela identificação com outras pessoas que compartilham a mesma experiência. Essa forma de biossociabilidade (Rabinow, 2006), tornou-se uma “espécie” de ativismo para o grupo. Essa rede de interações dentro da escola, ocorrida nas histórias das interlocutoras, pode ser lida à luz da reflexão de Foucault (2004) sobre as formas do cuidar de si e do outro, que permanecem em tensão com o biopoder, centrado no poder disciplinar exercido sobre os sujeitos e seus corpos.

Íris relata sobre sua transição de gênero na escola do ensino médio que frequentou, afirmando não ter havido situações em que teria sido chamada de “viado”. Ela julga que isso

se deveu ao fato de que havia outras travestis e gays na escola e isso acabou fortalecendo o grupo, que andava junto e funcionava como forma de proteção mútua. Outro elemento que **Íris** citou como importante para reduzir os constrangimentos e as piadas teria sido sua notoriedade dentro da escola:

Eu era uma aluna que não tinha problemas, eu nunca repeti de ano, minhas notas sempre foram boas. Meu único problema é que eu conversava muito [...] Quando eu estava no ensino médio, eu participei do PIBIC Júnior na Uea, com o pessoal da saúde. Eu participei de inúmeros eventos, inclusive das olimpíadas escolares, eu tive uma boa colocação nas olimpíadas [...] Então eu tinha um a certa notoriedade entre os professores, que, a princípio, era a única, ai depois veio aparecer mais meninas dentro da escola.

Sobre a escola na adolescência, **Dóris** faz uma distinção entre o ataque dos colegas na infância e o tratamento dos grupos naquela outra fase da vida:

Na adolescência, na verdade, quando a gente é criança tu sofre o *bullying* porque o pessoal que estuda contigo, teus colegas, eles não vão medir palavras para te atacar, eles vão falar porque são crianças, elas vão falar, vão ser verdadeiras. Na adolescência, já tem mais consciência, ela já não vai jogar na tua cara direto, mas a gente sente que tem a questão de exclusão.

Mesmo que sejam diferentes, as formas de ataque parecem caracterizar constrangimentos que começam desde os primeiros contatos das pessoas LGBT na escola até preconceitos e exclusões dessas pessoas, o que Gomez (2019) interpreta como “inferiorizar e/ou eliminar o outro ameaçador”.

No entanto, **Dóris** constrói outra estratégia contra esses mecanismos de exclusão no contexto escolar: “A única vantagem que você tem é de tu fazer o teu grupo, tu se associa a pessoas que são iguais [e] que pensam como você. Então eu sempre minimizava isso, porque eu tinha grupos, tinha colegas que eram gays, meninas”. Como diz **Dóris** esse processo de socialização e interação com pares amenizava mas não a livrava dos preconceitos e discriminações nesse espaço, independente inclusive de questões de gênero, sexualidade, raça, orientação sexual:

Vamos formar grupos para fazer o trabalho. Se não tivesse aquele grupo [com] o qual eu me identificava, eu ficava fora do grupo, ninguém chamava. Ou eu começava o grupo ou ficava sem grupo, tanto que eu já me destacava logo, assim eu procurava me destacar nas coisas, exatamente para não ficar de fora, senão ia ficar sem grupo. Como eu entendia do assunto, na infância, eles não me excluía, eu não pertencia aquele grupo, não fazia parte [d]aquelas atividades, brincadeiras, não interagia. Na adolescência não. O pessoal realmente faz o seu grupo, vamos ser sinceros, tem discriminação se tu é gay, se tu é trans, se tu é preto, entendeu.

Para **Atena**, o processo de escolarização na adolescência foi diferenciado porque ela começou a conhecer as “outras gays”, o que **Atena** chamou de “as bichas do vôlei”³⁸:

Era as bichas do vôlei, então as bichas comandavam o colégio, mandavam nas meninas, mandavam nos meninos. Daí eu fui vendo que o mundo poderia ser bacana dessa outra forma porque a gente sozinha é foda. Então eu comecei a enxergar o mundo de outro jeito.

Essas redes de interações construídas nas histórias de vida das entrevistadas apontam formas de “ativismo”, se assim pudermos denominar, que partindo de experiências individuais e ao mesmo tempo coletivas viabilizam a presença de seus corpos no espaço escolar.

4.3 Auto-hormonização, desejo e violência

Os processos de transformação dos corpos das mulheres trans entrevistadas são percebidos em relação à satisfação de seus próprios desejos ou na realização dos desejos de outros: namorados, maridos, clientes. Para isso, essas mulheres fizeram uso do processo de hormonização a partir de trocas de informações em suas redes de interações pessoais ou sociais midiáticas, o que culminava em efeitos danosos à saúde, gerando sofrimento e, portanto, violência contra o próprio corpo.

Íris fala sobre sua transição de gênero, afirmando não haver idade específica para “transicionar” e que boa parte das mulheres trans que ela conhece, transiciona cedo, principalmente as que são “expulsas de casa”. Ela continua expondo sobre o assunto:

Eu conheço algumas que foram expulsas de casa. Algumas não foram expulsas, mas que transicionaram aos 14 anos, 15 anos e [que] com 16 já estavam toda, que passaram por mudanças cirúrgicas no corpo. Com 16 anos, com silicone, imagine com 16 anos, e não somente isso, boa parte vai para o trabalho sexual com essa idade. Eu dava conselho para algumas: ‘não menina, você é nova, continua estudando’.

Estudos como o de Bento (2008, p.22) apontam que pessoas trans, em sua grande maioria, não são apenas expulsas de casa, mas são também impedidas de frequentar estabelecimentos de ensino ou de conseguir emprego.

Íris segue descrevendo como se deu seu processo de transição de gênero:

A princípio eu fui pesquisando como é que funcionava porque tem algumas que vão assim meio que na loucura mesmo. Como é que funcionava, de quanto em quanto tempo teria que tomar, enfim, mas isso foi depois de um bom tempo. Comecei a tomar hormônios com 16 anos e aí, imagina, eu estudava ao lado de uma farmácia, eu me hormonizava, toda segunda era

³⁸ No Amazonas, a Liga Gay de Vôlei, oficializada em 1992, é a mais antiga do Brasil, segundo o *RankBrasil*, site especializado em recordes nacionais. Em atividade desde 1972, a liga superou momentos de repressão militar, mas hoje vive uma fase “fora do armário”, sendo reconhecida socialmente. Para mais informações ver: www.globoesporte.com/am/noticia/2015/08.

uma agulhada, então minha transição foi muito rápida, o hormônio foi fazendo muito efeito, muitas mudanças extraordinárias no corpo. E não somente isso, eu era uma menina nova com 16 anos, que tinha o corpo magro e que os hormônios foram dando certa forma e aí fui me hormonizando até os 18. Finalizei o ensino médio com 17, mas continuei porque com 18 eu fui fazer cursinho pré-vestibular e boa parte eu ia, voltava, eu ia me hormonizar. Mas não somente isso, a gente se utiliza de pílulas [anticoncepcionais] para complementar. Toma[va] Perlutan na época, que hoje não se vende em algumas farmácias.

Percebe-se na fala de **Íris** que informações, sobre o funcionamento dos hormônios, vão sendo veiculadas e que para ela, algumas pessoas trans acabam fazendo esse processo na “loucura”, sem pensar ou ter informações necessárias.

E continua:

Essas trocas de informações se dava entre a gente mesmo. Na verdade não! Entre nós mesmos. Algumas conhecem que já se hormonizaram, ‘aí, não toma esse, experimenta esse!’. ‘O que não fizer bem para o teu corpo, tu vai trocando’ [referindo-se a diferentes tipos de hormônios]. E isso foi de fato o que aconteceu porque eu tomava um, era o ciclo 21 senão me engano, que é o colorido, aquele fez muito mal para mim. Eu senti muita confusão. Minha mente estava meio confusa no sentido de querer chegar a querer quebrar minha cabeça na parede. Quebrava meus celulares por besteiras. Estava chegando no momento de loucura de fato. Aí eu falei, tem alguma coisa de errado e chorava muito. Não sei o que estava acontecendo. Parecia depressão e aí eu troquei, eu fui para o Tess. O Tess eu me adaptei, aí eu fui pesquisar, o Tess é um [hormônio] que não tem efeito colateral, cada pílula vem com cerca de 2mg, mas para quem já faz processo de hormonização, autohormonização, ele deve ser aumentado. Por exemplo, 2mg não faz efeito em alguém que já se hormôniza há um tempo. Tem de ser o triplo. Cerca de 6mg por dia. Aí tomava cerca de 4 ou 6 [mg].

Os efeitos colaterais dos hormônios usados por **Íris** eram tão agressivos que modificavam seu humor, sendo descritos por ela como se estivesse “chegando no momento de loucura de fato”.

Trocas de informações sobre algumas biotecnologias disponíveis no mercado são veiculadas entre outras pessoas por meio das mídias sociais. Essa “medicina do desejo” por parte de pessoas trans foi observada em outras entrevistadas. Tratando sobre esse assunto, Guimarães (2015, p.39) afirma a “medicina dos desejos” se sobrepõe à medicina terapêutica, instituindo-se de práticas “irregulares”. Para ele, atores não oficiais apresentam alternativas de transformações em corpos, que embora apresentem riscos devido às precárias experiências e conhecimentos técnicos, “beneficia” de alguma forma àquelas que têm difícil acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Dóris relata que quando seu processo de transição de gênero - seu processo de “transformação” – começou, tinha vergonha de andar sem camisa na rua. Ela fala que por

conta disso, acabou saindo do bairro onde morava aos quinze anos de idade, época em que conheceu seu marido. Quando voltou, **Dóris** revelou que já estava transformada e menos envergonhada, porque as pessoas não acompanharam suas mudanças corporais. Ela diz: “tinha menos vergonha porque tu vê a pessoa mudando, aí todo mundo te conhece e o pessoal vai vendo tu mudando, tu se sente envergonhada. É melhor tu chegar... tu já ser daquele jeito”.

E segue refletindo:

Daria menos impacto para mim. Para a sociedade não, que já me via de menino. Talvez para sociedade me vendo mudando aos poucos ali nos vizinhos seria mais fácil, tô vendo a mudança. Não. Sair quando voltar está um impacto. Mas para mim melhor do que ficar ali na transição, ali mesmo, porque eu não queria que o pessoal lembrasse da aparência masculina. Eu só saí do bairro, fui morar com meu marido, é porque eu não queria que o pessoal ligasse a minha aparência masculina à feminina, isso me envergonhava. Hoje não, se alguém falar posso ver uma foto tua feminina, ela pode ver, mas naquele tempo não.

Os processos de transição de gênero de **Dóris** parecem ter sido pensados estrategicamente: sair da convivência dos vizinhos do bairro onde morava para não ser lembrada no corpo masculino. Percebe-se que, para a maioria das mulheres transexuais, as marcas dos atributos masculinos, torna-se uma questão a ser resolvida para que elas exerçam a “passabilidade” desejada socialmente. No entanto, essa questão de “passar por mulher” e não ser lembrada como homem depende muito de como o outro olha esse corpo em um espaço social que foi compartilhado anteriormente na infância. Uma mulher transexual, entrevistada por Duque (2017, n.p), afirma que se torna difícil uma “passabilidade eterna”, pois isso dependeria de como se percebe que o outro vê, ou se espera que o outro veja. Para o antropólogo, “o olhar do outro, o corpo e o espaço são onde as interações ocorrem, dando dinamicidade dessas experiências”. O pesquisador afirma:

Não se trata de ter ou deixar de ter determinado “sexo”, porque o corpo sempre estará prestes a denunciar a transformação empreendida, mas de pensar a materialização do corpo a partir de uma subjetividade que o legitime ao mesmo tempo que essa subjetividade, mutuamente, se constitui a partir dessa construção corporal (Duque, 2017, n.p).

Dóris segue contando que não fala com nenhum vizinho porque os que moram lá são do tempo de sua mãe e os que ela conhecia não moram mais no bairro. Ela revela que encontrou o primeiro menino que manteve relação sexual, mas ele quando a vê, baixa a cabeça, disfarça e não fala mais. Ela julga ser vergonha, porque ela se transformou em uma mulher bonita e ele ficou feio. A auto percepção de **Dóris** mostra-se como uma estratégia de deslocamento e inversão da condição estigmatizada dos corpos trans.

Dóris começa a falar como se teria dado seu processo de transição de gênero. Como **Íris**, conta que conhecia outras meninas que faziam uso de hormônios:

Achei bonitinho, ela tem seios, aí eu fui pesquisar, aí conversei com um amigo meu que trabalha em drogaria, essas coisas. Aí ele foi me falando o que podia acontecer, os efeitos colaterais, o que acontecia a cada tipo de hormônio e aí tinha amiga que também é trans, e junto com ela, a gente foi atrás. Daí a gente começou a utilizar. Foi informação de outras trans também.

Atena conta que seu processo de auto hormonização e transformação do corpo começou depois que terminou os estudos, quando ainda era uma “bicha boy”³⁹: “comecei a me vestir de homem, então foi assim [que] eu conheci outros gays que estavam virando travestis e diziam ‘toma, mana, que tu vai ficar bonita’. Só que eu comecei a tomar velha demais, eu comecei a tomar hormônio com vinte e cinco anos”. Novamente as redes de interações e a biossociabilidade entre as mulheres transexuais é fator determinante nesse processo de auto hormonização (PERES, 2002).

A idade precoce para o início da ingestão de hormônios femininos é um fator determinante para a construção de um corpo feminino. Para **Atena**, quanto mais cedo esses hormônios femininos forem tomados, mais eles vão “quebrando os hormônios masculinos”. Ela toma como exemplo algumas amigas que moram em Curitiba e que começaram a tomar esses hormônios femininos aos quinze anos de idade:

Eu tenho peito de hormônio, mas eu vi que uma certa quantidade de pelos no meu corpo diminuiu como tinha antigamente, mas ainda tenho muito no rosto que eu pretendo fazer laser, que mais me incomoda, mas o corpo é feminino, eu gosto de malhar, de ter um bumbum gostoso, eu gosto de ter um peitinho. Hoje é dia (ri alto). Vou já tomar daqui a pouco.

A fala de **Atena** sobre os efeitos dos hormônios é compartilhada por outras mulheres transexuais dessa pesquisa. Ela conta que devido a sua ida à Itália, ela começou a emagrecer por conta do padrão de corpo exigido pelas cafetinas de lá. **Atena** revela que os hormônios que ela tomou perderam o efeito no exterior, pois os clientes pagavam para elas “gozarem” muito, o que a deixou “feia” e “seca”: “eu fiquei seca, eu fiquei feia, eu fiquei funda, eu fiquei Cracolândia, eu voltei para o Brasil feia e voltei a tomar meus hormônios de novo aqui. Tanto é que quando eu comecei a tomar, eu tomei dois de uma vez”. Percebe-se que há várias

³⁹ Termo utilizado aos “gays afeminados” que tem marcas do universo masculino. Na hierarquia da diferença Fry (1982) sistematiza, nos anos 80, o modelo hierárquico-popular em que se utilizam as posições bicha x bofe, ativo x passivo. Parece que essas posições se diluíram no decorrer do tempo, surgindo outros termos como esse utilizado por Atena, bicha/boy, assim como os termos versátil, flex, cujos atores acabam incorporando muitas práticas sexuais e culturais em um só corpo, o que Fry chama de modelo igualitário-moderno.

informações trocadas pela comunidade trans sobre o uso e efeitos dos hormônios, como a relação entre ejaculação e eliminação dos hormônios do corpo.

Ela segue relatando:

Os hormônios têm os efeitos, suor excessivo, mudou completamente. Estou dentro do ar condicionado eu estou suando que nem uma louca. Estava escrito na bula dores abdominais, mas eu nunca senti. O que pesa mais é essa questão do suor excessivo. Mas eu estou inchada, eu fiquei muito barriguda, mas eu fiquei peituda, bunduda, pernuda, foi tudo estufando. Eu fui ficando bonita, minha pele.

A narradora fala que seu projeto de corpo é ficar “gostosa”, e isso para ela é continuar tomando os hormônios e malhar: “esse projeto vai continuar pra a vida inteira e tenho que manter isso porque é a minha aparência, eu vivo disso, do meu corpo, do desejo”. Percebe-se que o corpo para as travestis e mulheres transexuais é seu maior projeto por fazer parte, tanto de suas construções de gênero, quanto da sexualidade, a partir da realização de seus desejos eróticos.

Atena começa a relatar sobre as mudanças nas relações com os vizinhos depois de sua transição de gênero. Ela conta que sempre teve uma relação de “respeito” com toda a vizinhança devido ao fato de seu avô ser morador antigo do bairro e ser conhecido. Ela diz que foi assim até aparecer uma vizinha em sua porta para dizer que ser travesti era feio. Ela conta que disse para a mulher “ir transar⁴⁰”. A vizinha ficou ofendida, pedindo respeito e chamando a atenção das outras vizinhas que, segundo **Atena**, acabaram vendo-a como “puta feia”, “travesti que não presta”, “galerosa⁴¹”, “maconheira”. A entrevistada diz que esses estigmas se devem ao fato de usar maconha, mas afirma não incomodar ninguém, pois fuma seu “baseado” na rua: “Eu enrolo e vou saindo na rua porque a fumaça sobe e eu fico chapada. Dou uma volta no quarteirão e volto pra casa, que eu não vou fumar dentro de casa, fumar com ela (com a presença da mãe) dentro de casa”. O que apontamos são os desentendimentos em outras redes de relacionamentos dessas mulheres trans após e durante suas transições de gênero e transformações corporais.

O processo de transição de gênero de **Electra** ocorreu diferente dos de **Íris**, **Dóris** e **Atena** que, por fazerem parte de uma geração mais nova, fizeram uso das redes sociais, como Facebook, para trocar informações. Em seu caso, **Electra** tomava por conta própria os

⁴⁰ A expressão “ir transar” utilizada por Atena coloca as questões de sexo e sexualidade em evidência, pois “não transar” simboliza uma pessoa amarga, de mal com a vida, o que deixa a vizinha com raiva pelo “desrespeito”.

⁴¹ Termo usado na região para adjetivar pessoas marginalizadas, não educadas, briguentas.

anticoncepcionais da mãe. Ela conta que esse processo de auto hormonização deixou em evidência marcas femininas em seu corpo, que não tinha mais como ocultar:

Quando eu comecei a tomar os hormônios eu me amarrava [gostava muito]. Porque eu comecei dos 14 anos pra 15. Tomava as pílulas da mamãe. Aos quinze eu tomei duas Perlutan. Foi no mesmo dia, no mesmo dia eu sentia a pontada. Era eu e outra. Ela tomou durante um ano e nunca aconteceu nada. Ai eu falei pra ela, tu tem de ser pedreiro porque eu na primeira já senti, eu tive que me amarrar. Meu pai já não tinha convívio conosco, ele era delegado de um outro interior, já tinha construído uma nova família, então eu chamei minha mãe. Na escola eu nunca tive esse problema, em série alguma. Na minha adolescência mesmo, eu não dava muita coisa pra isso. Quando eu me olhava que eu via que meu semblante estava mudando, que meu corpo estava mudando que já não era mais aquela, você se olha no espelho, você tem um rosto de um jeito quando você começa a fazer isso vai a mudança completamente. Meu deus, o que eu vou fazer agora?

Mesmo que não houvesse toda a tecnologia da informação na época de **Electra**, percebe-se que havia um saber sobre o funcionamento dos hormônios, em forma de anticoncepcionais. Ela também aponta que, em seu corpo, esses hormônios tinham um efeito maior do que no corpo de sua amiga “tu tem de ser pedreiro, porque na primeira já senti a pontada”, como se estivesse confirmando sua transexualidade.

4.3.1 A (desin)formação sobre as sexualidades dissidentes

Questões relacionadas ao uso de hormônios, bem como outros tipos de medicamentos, são no geral tuteladas pelos saberes médicos. No entanto, no decorrer dos relatos, percebemos um certo descontentamento e ao mesmo tempo receio das entrevistadas em consultar um profissional da saúde, ora pelo desconhecimento sobre a vida das pessoas trans, ora pelo próprio engajamento no campo da relação entre gênero, sexualidade e saúde, ora pelo próprio atendimento que afasta essas pessoas de seus direitos à saúde.

Íris conta sua dificuldade de acesso ao SUS ao procurar uma consulta com um endocrinologista no posto de atendimento médico (PAM). Ela relata que disse a ele que se “hormonizava” desde 16 anos e que queria um acompanhamento médico em relação a isso. Ele disse que só poderia ajudá-la, caso ela já tivesse feito a cirurgia de transgenitalização. Ela conta que achou “estranha” a atitude do médico. Ele disse: “não posso te ajudar, não posso te dar hormônio à toa”. Ela relata que se despediu “chateada” com o atendimento. No entanto, **Íris** conta que, nesse mesmo local, foi atendida por um dermatologista que perguntou se ela fazia uso de hormônios. Ela contou o que havia ocorrido e ele a encaminhou para outro endocrinologista. Hoje faz acompanhamento com uma ginecologista que atende pessoas trans.

Íris conta sobre outros atendimentos nos serviços de saúde, revelando que é soropositiva desde os 18 anos de idade e que uma médica e enfermeiros acompanharam sua saúde no início do tratamento. Mesmo trocando de médico, ela conta que a relação entre ela e esses profissionais de saúde é muito “boa”, pois há ‘respeito’:

Não tomo o três em um, são três que eu tomo porque tem um que é dois em um e tem o três em um, só que o três em um, eu fui perguntar dela como é que funcionava e ela disse que esse três em um, já é dois que eu tomo e um que é do amarelinho, só que esse amarelo que eu não lembro o nome dele, ele tinha o efeito colateral muito forte em mim, eu tive que trocar, eu tomava ele e eu não conseguia acordar, quando eu acordava, eu acordava meio zozona, enfim, aí eu tive que trocar, eu tomo esses dois, eu tomo três, três remédios

O relato de **Íris** mostra que a adesão ao tratamento, o uso do medicamento e o conhecimento de seus efeitos colaterais lhes são compreensíveis, fruto provavelmente de seu processo de escolarização. Alguns estudos como de Rocon (2016) apontam que o grau de escolaridade pode ser determinante para a compreensão sobre o processo saúde/doença das pessoas trans:

Deve-se considerar que muitas vezes a baixa instrução advém das dificuldades de permanência na escola devido à discriminação, todavia, afirmar essa condição como responsável por uma incompreensão sobre os efeitos das medicações para o tratamento do HIV e o uso do preservativo pode ser refutável, devendo-se sugerir a incapacidade ou a indisposição dos serviços de saúde em comunicar-se com a diversidade de sujeitos pela educação em saúde (p.2520).

Íris segue relatando sobre o sistema de saúde, julgando que não há nem preparação, nem formação sistemática da equipe de atendimento em relação a questões de gênero e sexualidade. Para a interlocutora, não somente a comunidade LGBT é marginalizada como também outros grupos, como as pessoas com deficiência. Quando **Íris** fala de formação sistemática parece falar de continuidade em caso de troca de funcionários:

Aconteceu recentemente porque eu acompanhava com os enfermeiros, eles sabiam me tratar, já botavam meu nome civil e tudo mais e meu nome social, eles me tratavam tranquilamente e as médicas também, mas como agora mudou, um rapaz me chamou e me chamou pelo nome civil e as outras pessoas que estavam ficaram olhando. E aquele olhar de constrangimento, e eu fiquei constrangida e não somente isso, tinha bastante pessoas, algumas pessoas que se consultam são gays e eles ficaram indignados com isso. Não era para isso ocorrer e a gente acaba conversando com eles sobre isso. Eu chamei atenção dele ‘olha tem aí meu nome social do lado, na ficha, porque você tá chamando pelo nome civil?’, ‘Ah porque consta aqui no exame, ainda não tinha colocado isso meu nome social’ [ele respondeu]. ‘Mas tá aqui a ficha bem na sua frente, que que custava olhar!’ [ela disse]. E ele: ‘ah, não sei o que’. ‘Ah, então deixa pra lá, mas agora você já sabe’ [ela teria completado].

O acesso ao SUS, considerando os aspectos próprios às experiências das pessoas trans, com a garantia ao uso do nome social e ao atendimento livre de discriminação, é indispensável para que consultas e exames de rotina, informações sobre prevenção a doenças infecciosas, distribuição de preservativos e géis lubrificantes para trabalharem possam produzir efeitos positivos no cuidado com a saúde (ROCON, 2016, p. 2521).

Já **Dóris** revela que os hormônios que ela tomou por conta própria tiveram vários “efeitos”: os cabelos cresceram mais “macios” e “sedosos”, o crescimento dos seios, afinação da voz, ausência de pelos. Conta que o que ela toma agora não tem efeitos colaterais, mas ela tomava um que lhe dava dor de cabeça e enjoo todos os dias. Como as dores eram persistentes, ela resolveu parar com o uso. Diz que já pensou em consultar um endocrinologista. **Dóris** compartilha com **Íris** de que essa consulta seria complicada, pois em conversa com outras mulheres soube que há todo um procedimento “demorado”, o que para as pessoas trans seria inviável porque essas mudanças corporais são para elas emergenciais.

Atena conta que o processo de auto hormonização mexeu psicologicamente com ela, efeito também relatado por **Íris** e **Dóris**. Conta que seus irmãos disseram para ela fazer acompanhamento médico, mas que ela foi “empurrando com a barriga” e se dosando sem médico, somente com a troca de informações com outras travestis e mulheres transexuais. Ela relata que a partir do consumo dos medicamentos, ela foi vendo os efeitos:

Toda semana eu estava tomando hormônio [e] eu fui vendo meu peito mudar, eu fui vendo eu ficar gostosa, minha pele ficou bonita, minha unha cresceu, meu cabelo cresceu. Os homens me olhavam de outra forma. Eu fui criando corpo.

Ela diz que foi percebendo que ir ao médico era perda de tempo porque estava conseguindo ver os efeitos dos hormônios que tomava sozinha: “Toda semana, eu tenho um colega meu, ele aplica, então toda semana eu vou tomando o hormônio, só que toda essa semana (referindo-se a semana no momento da entrevista) está me deixando doida porque é muito forte”.

Electra, que também se auto hormonizou, diz que, ao sentir os efeitos dos medicamentos, foi orientada a procurar um especialista. Mas ela confirma a falta de formação médica especializada para cuidar das pessoas trans em Manaus:

Quando eu comecei a minha transição, eu comecei louca, eu não procurei ninguém, eu comecei a tomar os hormônios por conta própria. Aí eu comecei a sentir porque eu não sabia o que causava, eu não sabia o que estava causando e nem a mamãe. Mamãe era leiga em relação a isso. Eu tinha uma amiga que era enfermeira, eu contei para ela. Ela disse ‘Electra, você tem que procurar um endocrinologista pra ver essa situação toda’. Aí enfim, ela pagou uma endocrinologista pra mim, eu fui. Só que os endócrinos em geral, 99% em Manaus, eles são desprovidos desse conhecimento. A minha

endocrinologista, que foi aluna de uma professora minha, ela simplesmente me abandonou. Eu estou com a diabetes descompensada, e ela não poderia ter me colocado pra voltar com ela de seis em seis meses, eu estando com minha diabetes descompensada. Hoje a minha ginecologista ligou ‘Electra, olha aqui como é que tá’.

Percebe-se que há um processo de troca de informações e de construção de saberes compartilhados entre as mulheres que auto hormonizam. Por outro lado, a desinformação sobre a vida de pessoas trans, seus projetos a partir de suas identidades de gênero ainda é uma lacuna na formação médica e de outras áreas da saúde no Brasil, o que sustenta os relatos e os descréditos das entrevistadas.

4.4 Entre normas, leis e os “novos regimes de sexualidade”

As dificuldades de acesso não acontecem somente nos serviços de saúde, mas também nos contatos na esfera da educação. Além da falta de formação de profissionais nessas duas áreas, está a ausência da capacitação de toda a equipe, inclusive na legitimidade das pessoas trans como usuárias tanto do sistema público ou privado, em que o nome social é uma garantia, um direito.

Aos 19 anos, **Íris** conta que entrou na universidade e que enfrentou alguns “problemas” com um professor “preconceituoso”, “homofóbico”, e “transfóbico”. Ela relatou que ele nunca a chamava pelo “nome social”, porque ainda não havia, na universidade, garantia desse direito. Ela pediu para que o professor a chamasse pelo nome social e ele se negou, dizendo que, caso ela quisesse, mudasse no departamento. Ela conta que deixou para lá, pois nos períodos seguintes teria disciplinas com esse professor e não queria gerar problemas, tendo de “sobreviver”. Ela continua descrevendo a situação:

Não tinha como desistir, não dá para desistir, na verdade eu não tinha essa escolha. Era uma matéria obrigatória porque ela era pré- requisito. Aí toda vez que ele fazia a chamada, ele chamava pelo nome civil. Eu tinha uma colega, ela até estava ontem na Saraiva. Ela dizia ‘não professor, não é esse nome, é Íris’. Toda vez ela afrontava ele. ‘Meu deus do céu, tu vai se prejudicar por causa de mim’, eu dizia. Eu falei ‘não faz, não faz, deixa que ele fale, tu vai te prejudicar por causa disso’. Ela disse ‘mas eu vou falar, ele tá errado’. Aí foi isso eu passei no primeiro período e continuou nisso, e eu tive que engoli. Era só com ele, os outros professores já chegavam ‘ah, tudo bem! eu boto [o nome social] aqui do lado’ [do nome civil na lista de chamada]. Aí já me chamavam pelo nome social.

A passagem narrada por **Íris** retrata a ausência do reconhecimento de um direito que estava legitimado mas sem ser aplicado por algumas instituições. De qualquer forma, o que se apreende são os sentidos das interações que constroem e humilham essas pessoas. A forma de a entrevistada encarar aquela situação - “deixar para lá”, “engolir”, “sobreviver” - conota formas de violências em que o silêncio é revelador das disputas políticas “desiguais” entre

corpos. De um lado, o professor com as ferramentas do poder; de outro, a aluna, mulher trans, lugar simbólico da resistência. O uso do nome social incomoda porque passa a ser um dispositivo de identificação de gênero, porque produz outras formas de pensar a inteligibilidade dos gêneros (ALVES; MOREIRA, 2015, P.61).

Dóris fala de todo um processo burocrático, já apontado antes por **Íris**, e que ainda nos remete às dificuldades de acesso aos SUS, inclusive ao uso do nome social⁴²:

No tempo quando eu fui ao serviço de saúde, sempre fui muito bem tratada, mas no tempo que eu fui ainda não tinha o nome social. Daí eu dava a minha cédula de identidade com o nome masculino e sempre passava constrangimento porque a moça chamava o nome masculino e eu aparecia com a aparência feminina. Certa vez eu peguei a ficha, dei para a moça - estava eu, a enfermeira e outra moça - aí ela pegou, entregou o papel da moça e estava com minha ficha na mão dela com o nome masculino. Aí eu peguei e disse, moça essa é a minha ficha e ela disse não, sua ficha não está aqui, devo ter deixado lá dentro. Eu disse 'está na sua mão'. Ela falou, "Não. Não tá! olhou a ficha, viu o nome e disse 'não tá'. Foi lá dentro, rodou, aí foi dentro procurou e eu fiquei sentada esperando e quando ela voltou, ela perguntou 'qual o seu nome'? Eu falei meu nome civil. 'Ah, essa aqui é tua ficha', e ficou aquele espanto, aquela situação embaraçosa. Tomei um chá de cadeira e o papel estava o tempo todo na mão dela. Acontece muito isso. Ou, de repente, outra vez, fui bater um raio-x, o rapaz me chamou o nome masculino quando apareci, ele ficou sem jeito pediu desculpas, mas tudo bem porque é o nome que tá lá. Não pedia para colocar o nome social. Usava só o masculino. Acredito que para ele, se tu não tem um documento, não tem credibilidade. Tu pede para ele colocar um nome social, não vai ter credibilidade, tu tem que ter um documento.

Apesar de a portaria do Ministério da Saúde já existir há oito anos, em Manaus acompanhamos o descaso de muitas instituições, que continuam a desrespeitar a legitimidade de pessoas trans, construindo suas próprias normas. Apesar de todas portarias e regulamentações existentes a respeito da requalificação civil, essas medidas podem apenas estar a serviço de uma cidadania precária (Bento, 2014), pois essas mudanças nos formulários dos serviços de saúde, ou em chamadas de frequências em escolas e universidades, não mudam outras esferas da vida dessas mulheres trans, como os problemas que encontram no mercado de trabalho, por exemplo.

Dóris segue refletindo:

Eu estava fazendo um curso de enfermagem na Literatus⁴³. [...] Sem dar qualquer documento de nome feminino, eu pedi para colocarem na lista de chamada o nome feminino. Até então como eu não tinha apresentado um

⁴² Em 2011, o Ministério da Saúde lançou a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais através da portaria nº 2.836, que normatizou o direito ao "uso do nome social de travestis e transexuais, de acordo com a Carta dos Direitos dos Usuários do SUS"

⁴³ Uma faculdade da cidade que oferece vários cursos de graduação, entre eles, os da área da saúde.

documento com o nome feminino e eles colocaram o nome masculino. Levei o CPF, levei o título. Aí foi que colocaram o nome feminino na lista de chamada porque, como eu falei, não vai ter credibilidade eu chegar lá e falar, coloca o nome de menina, coloca o nome feminino, eles não vão colocar. A moça disse que se eu tiver a identidade e a mudança no registro civil, meu certificado sai com o nome social, caso contrário sai com o nome masculino e aí não vai adiantar de nada.

A fala de **Dóris** parece ir na direção da ideia de que o uso do nome social e a requalificação civil não resolvem seus problemas em outras esferas da vida, nas quais as pessoas trans continuam a ser discriminadas e excluídas. Ela diz que o grupo trans é o que mais sofre com a “violência”, com a falta de oportunidade e convívio social. Para ela, o “grupo” de mulheres transexuais é bem “massacrado”, “é um grupo que praticamente não tem voz”. Conforme exemplifica, se algo acontece em algum lugar e uma trans tem razão, somente pelo fato de ser trans, ela não vai estar certa. A estigmatização faz com que em que tais personagens tornem-se bodes expiatórios, responsáveis por qualquer ato que ameace a ordem social.

Electra também relata momentos de desrespeito às identidades trans:

Quando eu chego na sala [de atendimento], ela [a recepcionista] conta pra ela [a assistente social], essa pessoa nasceu assim, hoje ela vive assim, ela é tratada por esse nome aqui. ‘Mas não pode, ele é homem, ele tem de ser chamado de homem, você não pode usar nome de mulher, porque você não é mulher. Me prove que você é mulher? Me prove que você tem isso, isso, isso?’ Eu fiquei tão horrorizada, e a outra dizendo, menina, pelo amor de deus, tu vai se prejudicar. Aí a receita Electra Moreno. Na assinatura da endocrinologista, ela disse, ‘isso aqui está errado [riscou o nome], oh, isso aqui não é teu nome não. Tu tem que usar teu nome de homem, que tu é homem’. Uma assistente social formada...

Percebe-se nesse trecho que **Electra** é desrespeitada por uma atendente que constrói suas próprias normas para regular quem é homem e quem é mulher, passando inclusive por cima do próprio médico, o que é intrigante para uma profissional formada para dar assistência a todas as pessoas. Isso também reforça as contradições sobre a legitimação social das experiências das pessoas trans.

4.4.1 O banheiro

O uso do banheiro é também pensado como esse não-lugar, deslegitimando a existência de mulheres trans. Apresentamos trechos das narrativas de **Atena** e **Electra**.

Atena relata que quando começou a trabalhar, sofreu uma situação constrangedora ao utilizar o banheiro de um *shopping* da cidade:

Depois que eu comecei a trabalhar, eu trabalhava na [cita o nome da loja], eu tive que chamar meu gerente [quando] eu fui usar o banheiro. Estava com a farda da loja eu fui usar o banheiro feminino e estava lotado, porque eu sempre uso o feminino desde que eu comecei a me usar [reconhecer] por travesti, de ter hormônio eu vou para o feminino e no feminino as meninas ‘aí, mana, me conta, tu tem um batom’. Eu me sinto à vontade. Entrei no feminino, no dia que eu entrei estava lotado numa fila enorme, tinha uma fila enorme e eu tenho cinco minutos para fazer xixi e voltar para a loja, aí eu fui para o masculino, de cabelo amarrado e tinha uns meninos e ficaram de olhos de uma certa forma como se eu fosse, ‘ah vem cá e tal’ e para falar a verdade era eles que estavam dando em cima, era eles que queriam, ‘não cara, fica de boa eu quero só fazer xixi’, fui fiz meu xixi e saí. Foram e chamaram o segurança e o segurança foi na minha loja e o meu gerente disse que não era mais pra eu usar o banheiro masculino, porque eu estava dando a entender que eu estava querendo insinuar alguma coisa. Eu disse ‘gente, eu só quero fazer xixi’, eu falei assim mesmo na frente do segurança e do gerente. Eu falei ‘cara, eu só quero mijar pelo amor de deus, eu só quero fazer xixi e sair fora’.

Percebe-se na fala de **Atena** que o banheiro é um local de troca de intimidade e experiências de feminilidade como “trocar o batom”. Por outro lado, quando **Atena** tenta utilizar o banheiro masculino, ela deixa a entender que foi desejada pelos homens e que, na verdade, queria somente fazer xixi, gerando confusões no local de trabalho.

Ela segue refletindo sobre uso do banheiro pelas mulheres transexuais:

Essa questão de banheiro, é muito relativo. Tem de ter um banheiro para uma trans, tem de ter banheiro para uma trans, porque mulher fresca, homem fresco e lésbica entra no banheiro das mulheres e ninguém fala nada e gosta, a gente gosta de piroca aí entra no banheiro das mulheres para fazer xixi e elas ‘aí meu deus’, aí se a gente entra no dos homens, ‘ahhhhh’. Já teve várias situações [em] que eu entrei em banheiro de shopping de outros lugares e tem moças que ficam trabalhando no banheiro, limpando, ela [a moça] entra e fica [querendo saber] o que tu vai fazer, fica olhando. Aí teve essa situação do segurança que chamou o meu gerente e foi aquele ‘fuá’ todo.

Tratando sobre assunto, Alves e Moreira (2015, p. 62) afirmam que:

No contexto de exclusão e da fabricação cultural da diferença, o banheiro pode ser lido como uma ferramenta de controle que normatiza a sexualidade e, como derivação, produz sujeitos dissidentes e discordantes das regras num movimento hegemônico de silenciamento das diferenças.

Para **Electra** a falta de legitimação do nome social nos atendimentos dos serviços de saúde deixa as pessoas trans impossibilitadas de utilizar banheiros:

Já que não pode, já que a gente não pode usar o banheiro feminino [porque] as mulheres não gostam, [já que] a gente não pode entrar no masculino porque os homens não deixam, façam um banheiro pra gente. Acho que toda repartição pública já deveria ter, públicas e privadas, viram aquele caso,

daqueles gays serem expulsos do flutuante⁴⁴, eu acho isso um absurdo, eles não estavam transando dentro do banheiro porque tem câmeras. Cadê as filmagens? Eu já fui ali, tem câmera em tudo que é canto, então cadê as imagens, não querem mostrar as imagens por quê?

Como apontado por **Electra**, há uma estreita relação entre a legitimação do nome social e o uso do banheiro. Os dois casos exigem uma reflexão sobre os modos de subjetivação de pessoas cujas normas de gênero escapam as estruturas heteronormativas.

4.5 Entre afetos e dinheiro

Os projetos de construção corporal das mulheres transexuais situam-se entre dois polos: alcançar a mais completa inteligibilidade corporal segundo as vigentes normas de gênero (heteronormatividade) ou valorizar a ambiguidade para potencializar a utilização de seus corpos no trabalho sexual.

Íris afirma que “90% das travestis e transexuais brasileiras estão na prostituição” e que algumas “trabalhadoras do sexo” conseguem conciliar trabalho e estudo. Fala de um Estado que não regulamenta a profissão das prostitutas porque ele mesmo tem interesse em mantê-las sem essa regulamentação para que continue recebendo investimentos por outras vias, por exemplo, segurança pública. O que se entende na fala de **Íris** é que essa prostituição acaba gerando mais violências contra grupos que acabam se envolvendo em crimes como uso e tráfico de drogas por conta do trabalho sexual clandestino.

A interlocutora conta sobre sua experiência com o “trabalho sexual”:

Eu posso dizer que eu fiz trabalho sexual. Eu posso revelar que fiz, ali pelos 17, 18 anos. Eu não ia para rua, eu tinha uns contatos e quando dava ou quando eles pediam havia essa troca de relações, trocas econômicas e afetivas também. Então eu posso dizer que eu fiz isso por um curto prazo, por um curto tempo, mas é algo que fui parando, assim, não quis mais assim.

A experiência de **Íris** nos faz compreender a relação entre afeto e dinheiro. Suas práticas sexuais envolviam não apenas “trocas econômicas”, mas também os afetos que de alguma forma significavam a construção de seus desejos. Há, portanto, uma lógica de que o desejo, mesmo que vinculado ao dinheiro, tem uma movimentação que parece motivar **Íris** na produção de seu gênero e transexualidade. Ela segue refletindo:

Tive alguns namorados fixos. Teve esse, o primeiro, o segundo que eu conheci num show e a gente namorou por quatro meses. Ele era militar. Depois namorei outro, que era mecânico, não era mecânico, ele fazia

⁴⁴ Um gupo de amigos gays foi expulso de um flutuante da cidade, acusados de estarem fazendo sexo no banheiro. O grupo disse não houve isso e que foram expulsos por homofobia, Para mais detalhes ver: <https://www.blogdomarioadolfo.com.br/sun-paradise-diz-que-gays-foram-expulsos-do-flutuante-porque-faziam-sexo-no-banheiro/>

engenharia mecânica, elétrica ou eletrônica, por alguns meses, então foi algo muito fechado, fui tendo namorados muito específicos. [...] Enfim, alguns deles, que se tornaram meus namorados, [...] partiam de alguns clientes.

E continua:

Eu nunca cheguei a ter um relacionamento abusivo, nenhum. O primeiro [...] foi muito tranquilo; na verdade, quando eu fiquei com ele, ele era casado, e ele acabou [o casamento]. Tinha uma vida financeira boa porque ele era engenheiro e agora descobri que ele era professor da UFAM, foi [professor] na verdade não é mais. [...] Ele foi professor da Ufam e era engenheiro também. Então ele era casado e não vivia uma relação boa, segundo ele, com a esposa. Aí foi um momento. Teve um tempo que a gente acabou não se vendo muito porque ele tinha separado dela e ela acabou ficando com bastante coisas e ele era casado no papel, na igreja, não sei como é que é; então a vida financeira dele não estava tão bacana na época. Aí eu [disse] ‘não, tranquilo’, mas é interessante pensar que é assim, eu mesmo [sic] faço esse exame de consciência de que eu vivia de fato uma relação? Porque a gente se via mas não se via muito. Será que de fato eu vivia uma relação? Será que era de fato um namorado? Não sei se era um namorado, na época pra mim era, uma menina de 16 anos, enfim. Hoje com a forma de pensar eu não aceitaria isso. Me envolver com um cara [que diga] ‘mas a gente vai ficar só na surdina’ e eu [diria] ‘nem pensar, nem pensar’.

Trabalhos como de Amaral (2017, p.120) ilustram o encontro amoroso de homens com mulheres transexuais afirmando que, “um dos primeiros enunciados que dão pistas para a discussão acerca das imoralidades e perversões que encarceram as sexualidades dissidentes é a vivência do segredo”. Para esta autora, essas mulheres relataram um sentimento, gerado pelo desejo sexual, que precisou ser mantido em segredo por muito tempo, mesmo estando elas na posição de clientes. **Íris** fala que alguns de seus namorados foram seus “clientes” e que acabavam namorando com ela “na surdina”. A análise feita pela pesquisadora é que essas sexualidades ainda são vistas do ponto de vista patologizante, o que faz com que esses homens, embora confusos na orientação de seus desejos, acabem julgando essas relações amorosas como impossíveis por conta de moralidades sociais que pressupõem a constituição familiar em uma perspectiva cristã. É o que **Íris** reitera em sua fala:

A gente tem de levar isso em consideração porque boa parte dos homens quando eles querem se envolver com travestis e transexuais, até mesmo gays, e eles se colocam como hetero, eles não querem ter uma relação aberta, gostar da pessoa, acaba gostando da pessoa de fato, gosta da menina, gosta do menino, mas eles não querem assumir por medo ou constrangimento da sociedade, e isso é muito forte, as pessoas se importarem muito com a opinião dos outros, o que o outro vai pensar, o que a minha família vai pensar.

Atena conta que conseguiu toda sua feminilidade quando começou a trabalhar: “Eu comecei a mudar meu conceito, eu tenho que melhorar eu vou tomar hormônio, eu vou cuidar do meu cabelo”.

Com uns 17 eu comecei a mudar, quando eu comecei a arranjar meu primeiro emprego. Ainda tem uma questão de casa, eu vi que minha mãe estava trabalhando sozinha, meu pai saiu de casa muito cedo, eu resolvi parar de estudar. Não foi parar de estudar, eu terminei de estudar e arranjei um emprego, uma coisa normal. E meus irmãos não, já foram estudar para a faculdade, tanto é que os dois têm faculdade, meu irmão e minha irmã, e eu sou a única que não tenho e fico na situação e trabalho. Então fui atrás de emprego, justamente para ajudar financeiramente dentro de casa. Foi mais ou menos isso.

O trabalho para **Atena** tem vários significados: de um lado, ajudar em seu processo de transição de gênero e, de outro, ajudar financeiramente nas despesas da casa. Parece que além do emprego, **Atena** ganha dinheiro com prostituição, o que ela denomina “situação”, como se fosse uma renda complementar.

Atena fala de algumas mudanças em sua vida. Mesmo tendo o “pensamento bem de mulher”, “bem menina”, ela conta que era “tímida”. Atualmente, ela diz ser mais “extrovertida” do que antes por “quebrar tabus”. “Eu fui calando a boca do povo com meu emprego, com meu dinheiro, com a minha independência, então eu fui melhorando isso”.

Ela repete que antigamente ela era muito “tímida”. Diz que tinha muito medo de “sair do armário”:

Eu sou gay, mas a minha mãe, ainda não ouvi da boca da minha mãe, então me visto de homem e aí eu fico naquela situação que é uma merda. Foi a pior coisa que aconteceu na minha vida. E depois de ter tido essa independência eu já comecei a viver do jeito que eu quero, de fazer uma unha, de fazer um cabelo, de me sentir mulher, de botar uma saia, de passar e ser desejada, isso é maravilhoso para a gente.

Para ela, os medos a deixavam “trancada no armário” e que a partir de sua independência financeira, ela começou a ser mais independente e viver do jeito que queria. A fala de **Atena** nos remete novamente à questão do *coming out*. No geral, sair do armário pode ser uma possibilidade de se sentir mais livre, mas importante mencionar que, ao romper um armário, outros surgem, nas palavras de Sedwick (2007, p.22):

Mesmo num nível individual, até entre as pessoas mais assumidamente gays, há pouquíssimas que não estejam no armário com alguém que seja pessoal, econômica ou institucionalmente importante para elas. Além disso, a elasticidade mortífera da presunção heterossexista significa que, como Wendy e Peter Pan, as pessoas encontram novos muros que surgem à volta delas até quando cochilam.

A fala de **Atena** sobre a prostituição e o olhar social sobre esses estigmas articulam-se a alguns de seus relacionamentos amorosos:

Eu tive um relacionamento na minha vida que foi meu marido que eu acho que eu fiquei dois anos com ele mais ou menos. Hoje [...] é só sexo, é só sexo, dinheiro, é sexo, é puta, é só isso. É muito raro um homem desses chegar, ter sentimentos e assumir e essas coisas. Quando chega ele cobra, ele te extorque, e ele te ‘aí eu quero dinheiro’, ‘eu estou andando de mãos dadas contigo mas eu quero isso’. Então não é aquela coisa natural como antigamente.

Essa experiência de **Atena** reitera o complexo território das relações entre afeto e dinheiro, deixando-o menos idealizado ao afirmar que “é só sexo, dinheiro, é sexo, é puta”. Isso se torna mais evidente quando o dinheiro parece ameaçar os afetos e contaminar o amor (TEIXEIRA, 2011). Percebe-se que de alguma forma **Atena** desejava que suas relações com os homens fossem construídas na base do respeito aos sentimentos, como antigamente, em que andar de mãos dadas simbolizava o sentido de união e de laço afetivo. Sobre isso, Amaral (2017, p.165) afirma:

Essas andanças, no relato sobre andar de mãos dadas, é possível situar que enunciados aos quais se referem à inteligibilidade dos laços, às sexualidades sob suspeitas e à patologização dos desejos são convocados e reatualizados novamente quando entra em questão assumir publicamente a relação conjugal.

Nos relatos sobre suas relações afetivas, **Atena** conta que houve momentos “bons” e “ruins” e que acabaram sendo mais “ruins”, “negativos” por conta do “preconceito” e da “vergonha” dos maridos em assumir a relação frente à sociedade. Para ela, a travesti acaba chamando atenção devido a alguns atributos do “sexo” biológico: “porque a gente que é travesti chama atenção porque é alta, porque tem ombros largos, porque é grande, porque tem o pé grande, porque tem gogó. Nós somos pessoas diferentes”, o que significa para ela a impossibilidade de uma “passabilidade eterna”.

Atena segue refletindo sobre os dois lados das relações afetivas, afirmando que embora haja preconceitos, o desejo está presente bem como a abjeção a partir do menosprezo de alguns relacionamentos:

Mas somos pessoas que mesmo tendo preconceitos a gente também é idolatrada, tem homem que te beija toda. Teve programas que eu já fiz, eu já tive clientes que me beijavam dos pés à cabeça, que me davam dinheiro para tá ali me beijando, nossa tu é linda e bota a gente lá em cima, como [também] tem bofe que, ‘ah, meu cu’, que te menospreza muito.

Apesar dessas contradições nos relacionamentos com os homens, **Atena** diz que precisa de dinheiro para pagar suas despesas e coloca outros contextos de sua vida, família,

trabalho, relações amorosas, como um “peso” de que somente é possível dar conta “rolando um baseado”, fumando maconha.

Quando dá eu faço alguma coisa aqui, alguma coisa ali [refere-se a programas], mas não é uma coisa que me agrada muito. Mas eu tento ficar numa boa, quando eu sei que está me dando dinheiro, eu preciso, eu tenho que fazer então é isso. E como eu já estou com certa idade, ‘ah não vou fazer!’ Eu preciso comer, eu tenho que fazer um cabelo, eu tenho que fazer um cliente, eu tenho que fazer a puta, eu tenho que fazer as coisas. Então a gente vai vivendo, empurrando a vida. É a falta de dinheiro, é a falta de trabalho, é macho, é droga. Porque tem que rolar um baseado, eu tenho que fumar uma maconha.

E segue relatando sobre o uso da maconha:

É um conjunto de coisas, em relação a preconceito, a briga dentro de casa, o que que a bicha faz, ou das duas uma, ou ela para e conversa, entende, ou ela vai se drogar, ela fuma. Em relação à maconha é assim, eu gosto de explicar porque as pessoas julgam muito, já é trans, ainda fuma maconha, que merda! É assim, eu fumo maconha, mas eu gosto de estar arrumadinha; eu gosto de estar chapada, mas eu gosto de estar bonitinha com meu celular com crédito, toda bonitinha.... É uma coisa que me relaxa porque minha mãe é uma pessoa que me suga muito. E esse sugar da minha mãe me deixa exausta.

Atena conta que são tantas coisas das quais ela é cobrada, juntamente com o preconceito da sociedade e os efeitos do hormônio que toma, que não há outra saída a não ser fumar maconha:

É o marido, é a mãe, é a falta do dinheiro, é o preconceito da sociedade, é o hormônio que mexe com tua cabeça, te chamam de feia, aí tu chora, então o que que eu faço? Eu fumo, eu enrolo um baseado e fumo pra eu dormir, pra eu comer, pra eu rir, pra poder esquecer, porque se eu for ficar batendo o pé e levando ao pé da letra tudo isso, eu vou ficar doida, e eu não vou ficar doida por causa de merda, eu não vou ficar velha, eu não vou ficar estressada, eu não vou morrer cedo por problemas dos outros.

A relação entre afeto e dinheiro também é retratada por **Electra**, mas a partir de um relacionamento que tentava seduzi-la com presentes:

Então a primeira pessoa que eu me relacionei, era voltado a bens materiais. Pra ele o que vale não são os sentimentos, são os bens. Então assim, ele achava que ele podia fazer o que ele quisesse e eu ia aceitar porque ele me sustentava, porque eu tinha uma vida, tudo o que eu queria podia ter, viagens, joias... Porra não é assim, meu sentimento também vale! Não foi um homem que me maltratou, sabe, mas eu preferi terminar.

Fica explícito a nítida relação entre os afetos, que se pautam em valores como amor e compromisso, e o dinheiro que, de certa forma, sustenta a vida difícil das mulheres transexuais por conta da exclusão do mercado de trabalho formal.

4.5.1 “A Itália é a terra onde os filhos choram e as mães não veem”

Essa seção pretende descrever a experiência particular de **Atena**, uma sobrevivente do tráfico de pessoas cujas impressões boas e ruins estão registradas em sua história de vida. **Atena** começa a contar que decidiu ir para a Itália porque estava decepcionada com suas relações pessoais, com mãe, ex-marido, irmão. Conta que conversou com uma cafetina e partiu para a Europa. A pesquisadora Flávia Teixeira (2008, p.281) desenvolveu um estudo sobre travestis, acompanhando os preparativos de algumas delas em busca de trabalho na tão sonhada Itália. O relato das participantes da pesquisa da autora aproxima-se de vários aspectos descritos por **Atena**, como, por exemplo, a busca por investimentos no corpo: “no começo foi maravilhoso porque é exterior, Itália, sucesso, peito, prótese, frio, ai meu deus! mas não é tudo isso”. Ela segue relatando:

Tem que ter muita responsabilidade. A tua responsabilidade dobra lá. As bichas falam que lá é a terra que os filhos choram e as mães não veem e realmente... Quantas e quantas vezes eu fiquei chorando, sexta-feira à noite, que eu estava aqui doida nos pagodes da vida e lá eu ajoelhava, chorava e pedia pra deus que se fosse pra eu ficar lá que eu ficasse, que se fosse da vontade dele de eu voltar que eu voltasse porque não estava mais aguentando. Eu sentia o cheiro de homem já me enjoava porque é uma vida, sabe, indecisa, incerta, tu não dorme, tu cochila, tu tem de estar sempre pronta de lingerie e maquiada, arrumada, chucada porque tu não sabe se tu vai dar ou se vai comer o cara. Tu abre a porta e tu tá propicia a tudo, a preto, azul, amarelo, baixo ... ele tá pagando e quer a boneca dele. Então tudo isso é muito forte, não é qualquer pessoa que aguenta, ainda mais lá fora, porque lá fora é um lugar frio que as pessoas, como é muito frio as pessoas se isolam, as pessoas entram em depressão e as pessoas se matam. Lá é assim, aqui não. E detalhe: lá eu não trabalhava em rua, por ser muito frio, a gente ficava em apartamento. Aqui no Brasil, as meninas já trabalham em rua, que é outro patamar que eu não sei, eu não conheço, eu não sei ficar em rua, eu sei trabalhar em *site*, mas em rua eu não sei. E as bichas que trabalham em rua dizem que é foda, que o carro para e sai o cara com arma, sai batendo na bicha e a bicha pega carreira e eu não estou mais pra isso. Eu não estou mais para essas coisas, eu não sei, mas, porra, não dá.

O extenso relato de **Atena** expressa os momentos difíceis que ela enfrentou no exterior, entre eles, a saudade da família e das vivências da cultura brasileira como também o lado clandestino da prostituição que, em sua fala, colocava-a em situação de exploração sexual, tendo que se submeter às demandas da cafetina. Como Teixeira (2008, p.288) pontua:

O fato de que o trabalho a ser exercido pelas travestis é majoritariamente a prostituição coloca esse grupo em destaque na discussão da exploração sexual e do tráfico de pessoas. Meu argumento tentará demonstrar que o duplo estigma da condição de prostituta e “indocumentada” colocam as travestis em situação de vulnerabilidade na Itália.

O uso de drogas faz parte dessa condição de vulnerabilidade, apontada pela pesquisadora. **Atena**, por exemplo, relata que, onde ela morava, as travestis pegavam um prato de cocaína, faziam “a carreirinha do pó” e cheiravam a droga. Ela conta que elas colocavam o prato com a cocaína em baixo da cama, atendiam os clientes, cheiravam de novo e passavam a noite toda trabalhando e se drogando. Ela segue contando:

Porque o pó te deixa acordada e tinha cliente que vai 4, 5 [horas]. É toda hora, tu dorme de lingerie, maquiada porque teu telefone toca toda hora. É quatro horas da manhã, quatro e meia, seis horas da manhã, sete horas. Ele [o cliente] sai pra trabalhar, ele passa pra comer a bicha, ele volta na hora do almoço, ele transa, ele volta quatro horas da tarde, antes de voltar pra casa, ele passa, ele pega, ele vai lá com a gente. Fora os drogados da madrugada que 4, 5 horas da manhã estão tudo cheirado e querem comer viado. E ficam naquela putaria. Então é uma vida que tu não vive. Então elas têm que cheirar, elas têm que se drogar.

Percebe-se que a ida à Itália, em busca de ascensão de vida, torna-se uma experiência negativa para **Atena** que, além de usar drogas para estar disponível vinte e quatro horas para o sexo, teve que conviver com a difícil situação financeira, ficando até sem comer. Outra condição experienciada por **Atena** é a situação da moradia na Itália. Pelo que parece, por serem estrangeiras, acabam pagando alugueis com preços exorbitantes, a ponto de fugirem dos proprietários das residências, quando não têm dinheiro para pagar: “pessoalmente, sabe de sair e dar uma volta porque a dona da casa tá vindo e se ela te pegar lá e tu não tiver o dinheiro, ela quebra tua perna e fica por isso mesmo. E sorria! Eu sei entrar, eu sei sair, eu sei ficar, e tal”. Sobre isso, Teixeira (2008, p.293) descreve:

Alugar um apartamento é um desafio e uma negociação que envolve acionar uma rede de amigos cidadãos ou documentados para mediar a transação. A exploração das travestis não se resumiria ao universo da prostituição e nem mesmo estaria marcada apenas pelo fato de exercerem a prostituição. Ser trabalhador indocumentado coloca qualquer migrante em situação de fragilidade em terras estrangeiras, como identificado em outros trabalhos sobre a condição do migrante.

Depois de quatro meses na Itália, **Atena** voltou desiludida com essa experiência:

Eu fiquei quatro meses na Itália. Eu fui em setembro e voltei 25 de dezembro. Estou aqui há seis meses, sete meses. Eu não dormi, mas foi assim escândalo, quando eu pisei em Roma eu disse, ‘senhor, que maravilha!’. Eu estou mal vista pelas meninas lá na Itália porque todas vão e voltam de peito, de bunda, todas belíssimas, falando italiano bem, bonitas e tal. Eu fui e voltei do mesmo jeito.

Teixeira (2008, p.294) aponta em sua pesquisa que “o sucesso desse empreendimento é mensurado pelo grupo quando, no retorno ao Brasil, elas adquirem carros, casas, terrenos.

Os cuidados corporais expressos nos cabelos, próteses, lipoaspiração, depilação a laser, e roupas, perfumes, jóias e acessórios”.

4.6 Trans: o grupo que mais sofre violências

O Brasil segue na liderança do *ranking* da violência contra pessoas cujas identidades sexuais e de gênero são não-normativas. Esses dados são divulgados principalmente a partir de jornais, de denúncias de familiares e de entidades do movimento LGBT. No âmbito dessa tese, são as histórias de vida das entrevistadas que servem de denúncia das mais diferentes formas de violência e violação de direitos.

Íris afirma ter medo de sofrer violência por ser trans. Relata que outras colegas trans já foram submetidas à violência “absurda” e “grotesca”. Conta que Maria (uma colega da ASSOTRAM) estava no ônibus e alguém alvejou uma sacola de xixi nela. Ela diz que esse tipo de atitude é abominável:

O grupo de trans é o que mais sofre, é o feminino no sentido de as pessoas pensarem que essa quer ser mulher, é homem que quer ser mulher, então para pessoas não tem cabimento porque essa ideia patriarcal, conservadora de que homem é homem, mulher é mulher, no sentido biológico, no sentido social, cada um com suas especificidades, acaba implicando nessa represália de forma contundente. Então a gente sofre [e] não somente por isso. Eu vou procurar um emprego numa escola particular, eles vão me dar? Não! Raramente podem dar.

Sobre isso, Souza (2015, p.149) afirmam que as travestis e mulheres trans aprendem a criar estratégias de cuidado. Uma delas é em relação à violência. Para esses autores, esse público acaba modificando sua postura, utilizando roupas discretas numa tentativa de circularem com menos obstáculos e violência.

Íris fala que a sociedade pensa que se não são prostitutas, as mulheres transexuais são cabeleireiras ou maquiadoras. Ela diz que são poucas que estão em uma universidade pública, apesar de essa expectativa estar mudando nos últimos anos. Vê essa mudança, por exemplo, em suas experiências de estágio:

Mas sabe o que é legal, é encantador, é quando eu fiz meus estágios, eu fui para uma escola, Primeiro de Maio, e o diretor me tratou super bem, as pessoas me trataram super bem e os alunos ficaram meio que olhando, poxa eu tenho uma professora trans. Foi legal discutir com eles porque alguns tem perspectiva de vida e outros não. A partir da minha história e de outras histórias que já conhecia, eu fui dizendo para eles ‘olha boa parte de nós não tem oportunidade de estudar’.

Ela segue dizendo que essa experiência foi importante por deixar claro que existem outras profissões para as pessoas trans, além de cabeleireiro e maquiadora. Michele julga que

essas profissões não precisam de um estudo escolar aprofundado e que, por essa razão, muitas meninas procuram-nas. A interlocutora afirma que sua história acaba servindo de modelo para outras pessoas, não somente outras mulheres transexuais, mas também para aqueles que, por alguma razão, pararam de estudar. Ela diz que isso é angustiante porque “elas não tem uma força ou uma oportunidade de voltar a estudar e concluir os estudos e quem sabe mudar, mudar de profissão e ir para essas alternativas possíveis e ocupar esses outros espaços”.

Dóris relata que seu primeiro trabalho não foi de carteira assinada. Ela diz que como seu pai trabalhava na roça, capinação de quintais, ele a levava para ajudá-lo. Ela tinha uns seis anos de idade. Diz ter trabalhado com isso até os quatorze anos. Após esse momento, Bruna fala que ele resolveu colocá-la para fazer um curso de qualificação profissional, sendo selecionada para uma entrevista numa fábrica do Polo Industrial de Manaus. Ela conta que, depois disso, trabalhou em outros lugares, como lojas. Bruna revela que isso aconteceu antes de sua transição de gênero. A interlocutora desabafa dizendo que ela conseguiu emprego porque era um menino ainda. Se já fosse trans, talvez não tivesse nem aberto essas portas. Um estudo sobre transexuais e mercado de trabalho (Almeida e Vasconcellos, 2018, p.303) afirma que “o problema da discriminação em virtude de identidade de gênero no ambiente de trabalho insere-se em uma pauta maior, cujos pilares se pautam em três objetivos: proteger, respeitar e reparar”. Esses princípios servem como orientadores sobre a relação entre Empresas e Direitos Humanos da Organização Mundial de Saúde (OMS) e que de alguma forma acabam sendo violados pela maioria das organizações. Mesmo que esses princípios sejam orientadores para as empresas, no Brasil, elas acabam ignorando o acesso ao trabalho das pessoas trans.

Dóris continua:

Tu sempre está errada nos olhos das pessoas. É como te falei, já está associada à marginalidade. Então acredito que o grupo trans sofre mais. Tu pode ver um homossexual trabalhando, pode ver uma lésbica trabalhando normalmente, mas tu não vê uma trans. Tu pode ir no mercado de trabalho, numa loja, tu vai ver homem, tu vai ver mulher, tu vai ver homossexual, mas tu não vai ver uma trans. Praticamente tu nem vê uma trans andando durante o dia na rua. A trans tem mais uma vida noturna justamente para se esconder da sociedade, porque a pessoa vê ela, ela vira um álbum, ela vai ser o centro das atenções, como se eu andar até ali, talvez não, mas eu sei que todo mundo vai olhar para mim. Então é um jeito que ela tem para se proteger, porque eu sei que é constrangedor a pessoa andar e todo mundo te olhar. Então é um modo de defesa.

Dóris evidencia nessa fala algumas disputas em torno do movimento LGBT, em que as pessoas trans acabam sofrendo mais processos de discriminação em relação a gays e lésbicas, quando se distribuem privilégios sociais como o trabalho. Em uma concepção

sociológica, isso se dá porque há um processo de “produção coletiva do estigma” em relação às pessoas trans (Natividade e Oliveira, 2013, p.126).

Outra violência contada por **Dóris** refere-se à abordagem policial. Ela diz que quando era “gay”, a polícia era mais grosseira e que a tratava como se ela fosse um “marginal”, mas que depois da “transformação”, a polícia aborda de outra maneira: “ele [o policial] pega, me coloca do lado, se eu estiver com um rapaz, ele revista o rapaz, não me revista. O policial homem”.

Em relação à abordagem, **Dóris** parece dizer que o tratamento tem sido diferente. No entanto, ela conta outra situação em que percebemos que ainda não há uma adesão mais ampla a esses princípios nas abordagens policiais:

Eu já passei um constrangimento que foi assim: eu estava com um rapaz, eles pararam o carro, eles perguntaram meu nome, eu falei ‘meu nome é Bruna’. Aí o policial disse ‘eu estou perguntando teu nome’. Aí eu falei ‘meu nome é Bruna’. Ele falou [diga] ‘teu nome, teu nome verdadeiro’. Eu falei ‘meu nome é Bruna, porque meu nome é Bruna’. Porque eu tenha documentação com meu nome feminino. Outro policial veio, afastou ele, conversou comigo e tudo bem, nem me revistou Depois conversou com o rapaz e me liberou. Até então era uma ignorância do outro rapaz, de certa forma era para me causar um constrangimento, que era eu falar meu nome masculino.

Dóris julga que esse comportamento do policial se explica pelos estereótipos socialmente construídos em torno das travestis e transexuais. Ela fala que “tudo é uma questão da falta de respeito, construída na mente da sociedade, que pensa que travesti e mulheres trans estão associadas a garotas de programa”. Apesar da atitude do policial, a interlocutora afirma que os policiais pensam que elas não conhecem seus direitos. Ela afirma que se define como mulher e não é porque um policial vai forçar ela a dizer seu nome masculino que ela vai se submeter a isso. E segue: “a polícia pega, tacha a travesti, transexual, como marginal e querem tratar como marginais”.

Esse retrato violento da abordagem policial associada a processos de estigmatização de travestis e mulheres transexuais, é descrito por Freire (et al, 2017) em um estudo sobre violência contra travestis:

No senso comum a prostituição é entendida apenas como uma relação da troca do sexo por dinheiro, assim como se associa depravação, profanação e uma ação vergonhosa. As travestis que vivem em situação de prostituição são violentadas duplamente, tanto pela questão de romper com o binarismo de gênero quanto pelo estigma que permeia o âmbito da prostituição.

Dessa forma, processos de estigmatização, produção de estereótipos, discriminação e exclusão fizeram parte da história de **Dóris** que, de alguma forma, tenta viver suas relações sem, entretanto, colocar-se como vítima.

A mesma representação sobre a posição das travestis e mulheres transexuais na sociedade é elaborada por **Atena**. Ela relata que na época em que trabalhava em um *shopping* da cidade, só havia ela e uma outra travesti empregadas no local:

“O resto era tudo as bichas-boys, [como] falam, mas travesti de cabelo, que andava de peito, que fazia esse ‘fuá’ todo era só eu e essa outra. É mínima a percentagem de pessoas, de trans que pode ter essa oportunidade de trabalhar e mostrar para todo mundo”.

Ela segue refletindo sobre o fato de que, por conta da falta de acesso ao mercado de trabalho, a sociedade olha para elas e diz que são prostitutas. Ela parece assumir certa parcela de culpa ao dizer que algumas travestis e mulheres transexuais andam nuas na Sefaz⁴⁵ e que, por esse motivo, esse processo de estigmatização acaba sendo generalizado às outras.

Atena conta de outros eventos de sua vida, como a relação com a mãe e com pessoas do seu cotidiano. Ela conta a mãe não a apoia em seus projetos, como, por exemplo, malhar para cuidar do corpo. Fala de pessoas “negativas” que acabam não dando força a ela:

“Eu estou tentando me policiar, para entender, todo dia é a mesma coisa, é uma luta diária. É o teu psicológico para baixo que te puxa. Aqui tu passa numa rua e o cara diz ‘ei gata, tu tá tão bonita’ e mais à frente a menina diz, ‘mana tu tá gorda’. Ai eu paro e fumo”.

A interlocutora diz que precisa cuidar de seu corpo, “ficar gostosa” para resolver seu cotidiano; por exemplo, conseguir uma consulta médica para sua mãe ou para sua avó. Ela diz que seu contato com o sistema público de saúde acontece através de muita “diplomacia” e que as mulheres trans são esses seres rejeitados e adorados ao mesmo tempo, conforme já apontado por Pelúcio (2009). Ela segue contando:

As meninas, ‘mana, quanto tempo tu não vem aqui’, no dentista ou no hospital ou em algum lugar, e tem uma relação de, como eu te falei, a gente tem uma rejeição e uma adoração, um desejo. Então em certos lugares, eu chego eu sinto que tem homens que gostam, que curtem, então eu aproveito essa situação e tento conseguir o que eu quero na situação e eu consigo, porque o homem me quer, me deseja, ‘ah, então tu me quer?’ Eu preciso disso. Eu troco sexo por um favor que eu preciso que vai me dar. Eu não posso dizer assim ‘ah, não dá não’, eu tenho que saber jogar. Eu tenho que saber vencer, que eu não tenho ninguém por mim.

Há uma relação entre corpo, sexo e troca de favores nas falas de **Atena**. Para ela, é preciso investimento nas transformações corporais porque, de alguma forma, ela utiliza seu corpo para conseguir resolver suas “lutas diárias” enquanto mulher trans.

⁴⁵ A Sefaz é o local onde funciona o prédio da Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas e que ficou conhecido socialmente, não somente entre as travestis e as mulheres transexuais, mas entre a sociedade maior, como ponto de prostituição desse grupo à noite.

Eu fui para o médico com minha avó e tinha uma situação que ela tinha que tirar um exame, ia demorar muito e o rapaz que estava atendendo ela pediu o número de telefone pra contato. Ela disse ‘eu não tenho’. Dei meu número. Em seguida o rapaz mandou mensagem. ‘Eu vou conseguir exame pra ela rapidinho, eu só queria te conhecer melhor’. Pronto, vovó. Vamos. [...] Consegui o negócio, conversei com o cara, fiquei com ele e resolveu a situação toda da minha avó. Então eu tenho que usar esse charme, esse gingado, esse negócio de ser uma puta, querendo ou não, pra conseguir.

Quase no término da entrevista, o telefone de **Atena** tocou e ela pediu um minuto para atender. Após atender, **Atena** revelou que o homem que havia ligado era casado. Disse que o conheceu em um banco e ele a leva nos lugares de carro para resolver as coisas que sua mãe pede. A entrevista finalizou com **Atena** indo ao encontro do rapaz.

Electra narra situações de, discriminação e medo por ser mulher transexual, tanto no trabalho, quanto na rua. Como é professora, **Electra** conta que foi discriminada por outras professoras.

Quando eu cheguei no Rio Preto⁴⁶ pra dar aula, eu fui discriminada pelas minhas colegas. Eu disse ‘eu não quero que vocês me aceitem aqui como uma transexual, eu quero que vocês me respeitem como educadora’; é isso que eu quero. Senão quiserem falar comigo não falem, mas vão ter que me respeitar, vão ter que me engolir enquanto estiver aqui.

Ela segue refletindo o fato de esse tipo de reação em relação à atitude dos outros marcou sempre sua trajetória desde adolescente. Conta que, mesmo na rua, nunca perdeu o controle por conta de xingamentos ou agressões verbais. Relata que nunca foi de ficar na rua e que talvez por isso não tenha sofrido tanta violência. Diz que as coisas ruins que atravessa na vida são relacionadas às doenças que possui. As violências do cotidiano na vida de **Electra** são vivenciadas mais na infância e adolescência. Atualmente relata sobretudo as dificuldades de acesso aos serviços de saúde. **Electra** se coloca como uma mulher guerreira, forte, que luta todos os dias para sobreviver:

Então assim não é fácil, eu digo que uma mulher como eu mata um leão por dia. Assim como uma mulher como eu e as outras, a classe LGBT mata um leão por dia; dentro de casa, na sociedade, na escola, na saúde, em qualquer lugar, a gente tem de matar um leão por dia e muitas das vezes, meu único medo, eu tenho medo de acontecer uma tragédia na rua comigo. Então assim, eu não tenho uma vida social, mas foi uma opção minha, eu acho que tenho direito de viver, eu quero viver para cuidar de mim. Eu não sou uma pessoa de festa, pessoa de sair, porque o medo me consumiu. A voz da minha mãe continua aqui comigo, cuidado pra não te matarem, pra não te espancarem que Manaus é uma cidade muito violenta.

A fala de **Electra** sintetiza a situação de vida de muitas mulheres transexuais, marcada por situações de violência cotidiana, seja na família, na escola, no trabalho, nos serviços

⁴⁶ Município localizado a 80 km de Manaus.

assistenciais, nos relacionamentos amorosos. Ela clama para viver, pois o medo a consumiu, medo de ser espancada e morta. **Electra** torna-se, dessa forma, um manifesto de direito à vida.

4.6.1 Religião: uma possibilidade de “saída”

De todas essas representações em que as violências são manifestadas, a religião surge como uma possibilidade de sustentar essa difícil identidade de gênero. Esta é apresentada por **Atena** e **Electra**, mas apareceu também no discurso de **Hera** (ver capítulo 3).

Para **Atena**, a travestilidade parece ser uma criação do divino para “quebrar tabus”, ou seja, romper com modelos de gênero impostos pela sociedade heteronormativa, mesmo que suas experiências afetivo-conjugais pareçam ter sido negativas, como observado no trecho a seguir. Ao mesmo tempo, **Atena** fala de uma interpelação religiosa que a coloca como uma mensageira de deus:

Hoje em dia eu entendo isso, depois de experiências que eu vivi, de medo, de choro, de crise, porra, de usar droga e ficar, caralho *brother*, fudida. Depois de muito, não foi assim, acordei ‘oh, é maravilhoso’. Não. Eu chorei para poder entender o que tem de acontecer e assim como todas. Por exemplo, quando eu vejo outras trans eu tento me amigar porque eu sei que é foda, eu sei que as pessoas riem, que tu passa na rua e as pessoas ficam rindo, que pessoas buzina, que as pessoas querem, que as pessoas te olham e já dizem ‘é puta’, porque travesti é sinônimo de prostituição, tu não vê travesti com carteira assinada, uma travesti trabalhando.

A fala de **Atena** expressa a revolta contra a sociedade em que vive. Para ela, as pessoas trans sofrem todos os tipos de humilhações e constrangimentos, ao passar na rua ou ao se colocar no mercado de trabalho. Por isso, a entrevistada diz ser necessário tornar-se amiga, em outras palavras, acolher outras mulheres que passam por isso no cotidiano. Weiss (2012, p.128) pontua em seu trabalho sobre (homo) sexualidades e religião que por seus entrevistados “descreverem uma trajetória bastante solitária na infância e adolescência, buscaram outras referências de grupo, a igreja, que assume um importante papel na experiência coletiva do/as sujeito/as pesquisado/as”.

Atena segue refletindo sobre a questão da religião, o que se traduz em sua fala em um sincretismo religioso, responsável por sua formação como pessoa: “É na questão da religião, a gente se apega por questão de sofrer. A gente se apega a um deus, a gente se apega na macumba, numa pomba-gira, em alguma coisa porque é desespero e agonia, tu corre pra onde tu quer se salvar o mais rápido possível onde tu pode”:

A gente vive uma barra todo dia. Eu acho que é só por causa da sexualidade, porque se eu fosse uma mulher eu seria fresca, fresca ou se eu fosse um homem eu ia ser muito bacana, muito legal, mas como te falei, isso foi coisa de deus: ‘tu vai ser travesti, tu vai chegar lá e vai mudar, tu vai chegar lá tu vai quebra a cara, e tu vai chegar, e tu vai aguentar’. E, cara, a minha vida toda foi isso, foi aguentar. Aguentar pai, aguentar família, aguentar primo preconceituoso...

As vivências “pesadas” descritas por **Atena** colocam a religião como possibilidade de mudança e resistência às diversas formas de preconceitos. **Electra** também transitou por várias religiões. Diz que, embora seja atraída pelo candomblé, resolveu ir para a igreja evangélica porque nunca se identificou com as imagens que a igreja católica cultua:

Resolvi ir pra igreja, eu nunca me identifiquei com a igreja católica porque eu nunca acreditei em imagens. Eu respeito as religiões. Eu já fui pro candomblé, eu amo essa religião; eu já fui evangélica, mas a minha religião hoje, que eu busco, é deus. Adoro macumba, comer aquelas comidas gostosas, aí eu estou em casa um dia, a empregada disse, estão te chamando lá fora, comecei a frequentar a [igreja evangélica] Universal

Atena segue contando que frequenta a “umbanda” e que uma entidade falou que ela não veio à terra à toa. Com essa fala, compreendemos a afirmação de **Atena** em um trecho anterior, segundo a qual ela veio para “quebrar tabus”. Ela continua:

Eu absorvi aquilo de uma forma tão boa que realmente é o que me dá força porque eu não vim à toa, eu não vim à toa, eu vim para fazer alguma coisa que eu não descobri o que que é, mas o meu contato com deus é muito superior a tudo isso e eu vou entender, uma hora eu vou entender. Eu poderia estar muito drogada eu podia ter me matado e eu não estou. Eu gosto de tá na minha, eu gosto de ter minhas coisas. Eu não vendo nada pra comprar droga, eu não sou viciada em crack, essas coisas, eu não uso, não cheiro, fumo só uma maconha, fumo um cigarro, eu prefiro comer do que beber. Eu quero malhar, ficar gostosa, eu quero ficar com uma bunda legal, uma perna legal, eu quero ficar desejada, eu quero tomar meu hormônio, eu quero botar uma prótese, eu quero morrer velha, belíssima, fumando maconha e feliz, tranquila com minha vida, mesmo que tenha que ficar longe da minha família porque eu estou rodeada de gente e estou só.

Estudos de antropólogo/as (FRY, 1982; BIRMAN, 1995; SEGATO, 1995) sobre a relação entre homossexualidade e religiões afro-brasileiros apontam que os cultos, nessas religiões, tornam-se espaços acolhedores à comunidade LGBT, cuja conduta é reprovada por no campo das religiões cristãs.

4.7 Entrelaçando histórias, vidas e dores

O capítulo quatro mulheres e vários destinos deu ao título da tese a referência a “violência e dor”. Anteriormente no projeto de tese, o título fazia referência a “violências indizíveis”. A mudança não foi significativa, pois a dor retratada aqui também pode veicular o

sentido de invisibilidade das violências contra as mulheres transexuais entrevistadas nessa pesquisa. A dor, nesse caso, pode funcionar como uma metáfora desse indizível, do silêncio, daquilo que muitas vezes não pode ser dito, e que também pode estar mascarada pela banalidade. A dor dessas mulheres também pode ser a dor do pesquisador. E foi. Há uma identificação. Aquilo que foi dor, e se apresenta muitas vezes pelos esquecimentos, talvez sirva como estratégias de sobreviver em meio a tantas formas de preconceitos e discriminações. O título “violência e dor” nasce dessa relação. Foi se percebendo no momento de análise, que outras co-relações foram surgindo, principalmente a partir da leitura do trabalho de Veena Das que acompanhou a história de mulheres que haviam sido raptadas no período da partição, na Índia, e como elas reelaboravam suas perdas, reconstruindo suas vidas junto com o trabalho do tempo para não se tornarem vítimas. Fui percebendo nas narrativas de Aurora, por exemplo, que a mulher bonita que ela se tornou não era suficiente para livrá-la da violência, que havia outras questões para além da beleza, outras construções sociais sobre os corpos trans. Mesmo sendo uma mulher bonita, a dor da indiferença pelo olhar constrangedor do outro incomoda, como toda dor incomoda. Daí fui percebendo a presença da categoria dor em várias unidades de estudo dessa tese, nas regulações de gênero na família, na escola, nos relacionamentos amorosos, nos serviços assistenciais, no trabalho sexual. Fui percebendo na fala de Ártemis que a dor que a machucava era a interdição social de não-aceitação de uma mente que ela carregava e carrega e que não era possível colocá-la no corpo. A dor da decepção de Cybele, que a deixava triste com os relacionamentos afetivos e que de alguma forma tornara-a fria. O cotidiano faz que as violências e violações sejam naturalizadas como a “prevalência” dos homens sobre as mulheres. Apesar de relações dolorosas, o distanciamento, as escolhas por ficar só, demonstram o quanto essa dor fala de um lugar de relações abusivas a partir de um sistema hierárquico que impossibilita, muitas vezes, construção de relações mais estáveis e respeitadas.

A dor de Hera que se traduzia na incompreensão de um corpo que não era seu e que algo que a machucava precisava ser retirado, retirando também sua culpa. Em todos os casos há indícios de violência que se manifesta de várias formas, muitas vezes, legitimada socialmente. Violências que provocam o mal, humilham, causam dor e sofrimento. Parece que, nesse sentido, esse tipo de violência se define como o ato de violar o outro, colocando-o em seu lugar, porque escapou das normas ou porque é merecedor, como um pecador.

No decorrer da leitura e releitura das transcrições, deparei-me com vários pontos de análise e que reaparecem no quarto capítulo Violência um espetáculo sem fim. Esse título metaforizando o trabalho de Gail Mason, o Espetáculo da Violência (MASON 2002), mostra,

no caso das mulheres aqui entrevistadas, como o processo de transição de gênero, visto por elas como um momento de androgenia e monstruosidade, acaba tornando-se o disparador das violências via preconceitos, estereótipos, estigmas, acionados pela diferença a partir do olhar do outro. Há todo um investimento no processo de autohormonização que é pago com altos custos ao corpo por conta dos efeitos da medicalização. Investimento que se torna uma luta cotidiana para alcançar certa inteligibilidade corporal, conforme Butler, mas que não resolve a problemática da transfobia.

Na verdade, as estratégias de transformação de seus corpos acabam sendo a percepção de que a diferença existe e que estratégias de proteção devem ser criadas para reduzir os riscos da violência, como pontua Gail Mason (2002). É como se construísse um “armário trans”.

Se pessoas se escondem em armários é porque existem indicações de violência relacionada à homo (trans) fobia, como afirma Sedgwick (2007) em sua epistemologia do armário. No entanto, percebeu-se a partir dos discursos de nossas interlocutoras a impossibilidade de um “armário trans”. Elas já estavam fora do armário por conta de suas feminilidades e continuam, pois como diz Ártemis “as trans são aquelas que vão na frente do carro alegórico. São o centro das atenções”. Dessa forma, para resolver a problemática da transfobia, somente com luta política e social.

Todo esforço do movimento social ativista tem sido essencial para garantir o acesso ao nome social e a requalificação civil. Uma luta contra a precarização da vida trans, como diz Berenice Bento. A garantia do nome social torna-se para as pessoas trans uma ferramenta de inclusão e não somente de aceitação dessas pessoas tanto no contexto escolar quanto nos serviços assistenciais.

Nos relatos sobre violência e dor e seus desdobramentos, identificamos sistemas ambíguos de proteção como a casa, a rua, a escola, o amor. No geral, esses sistemas não são pensados para as pessoas trans, pois elas estão às margens. Muitas são expulsas de suas casas e são violentadas na rua. São excluídas das escolas via chacotas, constrangimentos, humilhações. Muitas vezes são vítimas de relações amorosas abusivas. Que lugar sobra para elas? A resposta é a linguagem da dor, que muitas vezes está para além da fala. E é compreensível. As mulheres trans expressam reivindicações, desde reconhecimento, denúncias. Precisamos propiciar, enquanto pesquisadores, que essas dores sejam veiculadas para que a sociedade também possa vislumbrar essas cenas de violência e construir aparatos que possibilitem mundos em que as mulheres trans possam circular sem constrangimentos.

A pesquisa segue apontando no capítulo quatro outras categorias como a violência familiar traduzida em forma de violências físicas, morais e sexuais, bem suas regulações. Segue para as violências institucionais, como a escola e os serviços de saúde, que discriminam e excluem, como o caso de Dóris que fica sentada no horário de educação física. Formas de biossociabilidade surgem como formas de proteção e resistência contra essas violências e se dão no encontro com pares que compartilham de construções de gênero e sexualidade semelhantes, como as “bichas do vôlei” mencionadas por Atena.

O desejo de transformação corporal, espécie de rito de passagem, se traduz em momentos difíceis e dolorosos por conta dos efeitos dos hormônios, como apontamos no capítulo 3. Mas também apontamos que existe um processo de (des)(in)formação sobre essas identidades de gênero e que de alguma forma constrói normas, leis e novos regimes de sexualidade.

Quando se discute as relações entre afeto e dinheiro, a experiência de **Íris**, por exemplo, nos fez compreender que suas práticas sexuais envolviam não apenas “trocas econômicas”, mas também os afetos que de alguma forma significavam a construção de seus desejos. Há, portanto, uma lógica de que o desejo, mesmo que vinculado ao dinheiro, tem uma movimentação que parece motivar **Íris** na produção de seu gênero e sua transexualidade.

Finalmente, o depoimento das entrevistas apontam para a própria justificativa dessa pesquisa, qual seja a constatação de que o grupo trans é o que mais sofre em todos os espaços sociais e que a religião pode ser lugar de amparo e compreensão de tantas formas de violações, como aponta Weiss (2012), em que a igreja passa a ser outras referências de grupo de apoio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa com mulheres transexuais, em qualquer recorte epistemológico, certamente deixa em evidência múltiplos significados sobre a situação em que se encontra essa população. Esta tese buscou escutar as histórias de vida de oito mulheres transexuais em Manaus, identificando em suas narrativas relatos de violência, violações de direitos, dor e silêncio, produzidos em seus discursos nos quais ora assumem para si essas violências como se fossem naturalizadas, tornando-se, portanto, reféns desses fenômenos; ora as reconhecem e constroem sistemas de proteção e sobrevivência frente a elas. Como o mais importante é a história contada de cada uma, esses processos de significação subjetiva foram ganhando diferentes tonalidades, de acordo com a experiência de cada uma das oito participantes dessa pesquisa. Mas para chegarmos a essas histórias e entrar em contato com esse universo particular e ao mesmo tempo coletivo das entrevistadas, um percurso de contato tanto pessoal quanto metodológico, além de engajamento no movimento LGBT foi trilhado, o que modificou a própria história de vida do pesquisador.

Quando o DINTER em Saúde Coletiva foi oferecido, não tinha ideia do que se tratava e nem vi qualquer relação com os trabalhos acadêmicos que havia produzido em minha trajetória acadêmica. O contato com o orientador foi significativo, pois ele lançou o desafio de pesquisar violência relacionada à homofobia. Como esse campo de conhecimento implica discussões sobre sexualidade hesitei um pouco, mas aceitei o desafio. Confesso que esse tema continua a me desafiar, tanto no plano conceitual, quanto no plano político-social, pois todos os dias me sinto numa arena de conflitos nos meus relacionamentos, entre amigos, na família, na mídia, nas políticas engendradas, ou melhor, engessadas ao público LGBT.

No entanto, essa tese foi “um trabalho de formiguinha”, plagiando minha colega Érica Vidal e foi também um aprendizado de que “política é vida”, como escreve André Machado no título de sua tese. Ela é o fechamento de um ciclo de quatro teses sobre gênero, sexualidade, saúde e que transformou nosso *modus operandi* em nossas redes de relacionamentos. Esse trabalho de formiguinha começou em disciplinas como Antropologia do Corpo, que supriu discussões sociológicas e antropológicas que nos faltaram nos cursos de graduação. Mas o grupo das ciências humanas e sociais superou os obstáculos e novas lentes foram colocadas e atualizadas para que pudéssemos pensar diferente sobre a construção dos processos sociais e culturais.

O projeto foi ganhando desenho juntamente com inúmeros convites para falar sobre questões de gênero e sexualidade. Ofereci um projeto de iniciação científica cujo orientando

era presidente do diretório dos estudantes. Ele ajudou a divulgar a temática na comunidade acadêmica da Escola Normal Superior da Universidade do Estado do Amazonas. Vieram convites para participar de mesas redondas em diferentes cursos, como Biologia, Matemática e Letras. Participação de uma roda de conversa sobre homofobia com alunos de Medicina. Orientações de TCC na graduação sobre o tema e convite para ser professor da disciplina violência, gênero e diversidade da Pós-Graduação de Gênero, Sexualidade da Escola de Saúde.

Na busca por participantes para essa pesquisa, descrita no capítulo um, comecei aos poucos ampliando o contato com a rede que discute questões relacionadas à homofobia e transfobia no Amazonas, como a SEJUSC, a partir da Gerência de Gênero e Diversidade e a ASSOTRAM, na representação de Joyce Lorraine. Essas experiências foram significativas para que eu pudesse compreender a vulnerabilidade da população trans, o que definiu meu objeto de estudo. Na Secretaria de Juventude e Cidadania e Direitos Humanos, participei da reunião do comitê e lá conheci Joyce que me convidou a participar de uma reunião após eu explicar quais eram os objetivos de minha pesquisa. Nessa reunião, conheci mulheres trans que indicaram o contato de outras meninas para participar da pesquisa.

Mas o que me surpreendeu na pesquisa foi o envolvimento dos alunos da academia no contato com essas mulheres transexuais. Divulguei a pesquisa entre alunos e pedi indicação. Como vimos, quatro das entrevistadas - Dóris, Ártemis, Atena e Cybele - foram indicadas pelos alunos, o que demonstrou ser uma importante ferramenta metodológica para conseguir participantes em um projeto científico. Três foram contatos a partir da ASSOTRAM: Hera, Íris e Electra. Aurora foi indicação de um amigo.

Utilizei um roteiro de entrevista para escutar as histórias contadas pelas participantes. Essas entrevistas aconteceram em locais diferentes, sempre escolhidos por elas. Em todos os casos foi um desafio por conta da tensão que o tema gera quando eu entrava no universo particular da entrevistada. A sensação que eu sentia, em algumas dessas entrevistas, era de que a sexualidade era um campo do privado, daquilo que não se podia falar. No entanto, no decorrer das entrevistas, essas tensões foram reduzidas por conta do vínculo de confiança que ia sendo construído na relação entre pesquisador e pesquisado.

Outro desafio e aprendizado nessa tese foi a utilização da história de vida como plano metodológico. Inicialmente não tive compreensão de como essa metodologia funcionava em termos de análise. Enquanto instrumento de coleta não me oferecia complicações. O desafio era compreender como se analisar as narrativas, o que só foi possível lendo autores que trabalham com biografias, como Ernesto Meccia, lendo teses de pesquisadores que trabalham

com esse método e escrevendo minha própria história para apreender o que havia nas entrelinhas das falas e de como os discursos produzidos são permeados de estruturas que constroem “regimes de verdades” e “regimes de diferença” sobre o mundo LGBT. Aprendi também que é possível analisar narrativas de diferentes formas, como fiz nos capítulos três e quatro. Isso certamente contribui para meus trabalhos como pesquisador na universidade.

Para estruturar esses capítulos, utilizei um conjunto de autores que discutem questões de gênero e sexualidade, desde reflexões sobre as raízes estruturais da violência (SEGATO, 2003), sustentadas por um sistema patriarcal que constrói regimes da diferença, até a compreensão da interseccionalidade (gênero, sexualidade, classe social, religião) como ferramenta de análise antiessencialista que permitiu enxergar com lentes mais críticas as marcas sociais desses regimes (MASON, 2002). Importante ressaltar que, no início, não compreendia como esses processos de violência naturalizada aconteciam. A partir da discussão dessas autoras, entre outras, pude entrar em contato com essas construções hierárquicas da diferença e de como elas são constituídas em redes de interações sociais nas quais atores disputam politicamente, a partir de seus corpos, territórios em que alguns são privilegiados, outros inferiorizados e outros excluídos. Desse modo, pensar à luz da intersecção é uma forma de desnaturalizar a violência e pensar criticamente que diferenças são evidenciadas nos corpos sociais e que marcas acionam informações que dizem sobre as pessoas, no caso dessa tese, sobre as mulheres transexuais.

Essas marcas aparecem nas falas e discursos das entrevistadas. Ártemis ao dizer que “às vezes a gente precisa colocar máscaras mesmo sem querer e eu sendo transexual sou muito visada”, reconhece as marcas visíveis que a colocam em situação de vulnerabilidade às violências e que as máscaras são estratégias para evitar que ela se torne vítima. Assim essas marcas da diferença acionam violências por conta do gênero, da (trans)sexualidade, da classe social, das religiões de matriz africana. Essas diferenças constroem hierarquias da violência. Assim, por exemplo, pode-se afirmar que a violência direcionada a travestis e transexuais é maior do que a de homens homossexuais cisgêneros, ou que mulheres transexuais são mais “protegidas” e menos “marginalizadas” que travestis, sempre descritas como marginais.

Todas essas questões servem para ampliar discussões para além de visões naturalizadas, deterministas e reducionistas, que localizam os corpos trans na monstruosidade, na anormalidade, na aberração, na abjeção, mas também no desejo. Dessa forma, há um perigo nos saberes médico-psic e jurídicos, pois esses saberes são construídos em larga medida do ponto de vista do poder hegemônico, instaurando “regimes de verdade”,

segregando grupos que apresentam diferenças e que fogem aos padrões impostos nesses saberes, colocando-os às margens.

Outro momento relevante a considerar nesse trabalho, foi o contato com a sensível obra *Life and Words*, da antropóloga Indiana Veena Das (2007), que propõe analisar a relação entre violência, dor e perda em histórias de vida de mulheres no período da Partição naquele território. Emprestei e trouxe para minha tese a contribuição dessa pesquisadora, observando que, em alguns trechos das narrativas, algumas mulheres trans, ou traziam a palavra “dor” em suas falas, ou essa dor era traduzida de outra forma, em silêncio, por exemplo, para falar de momentos difíceis e que o trabalho do tempo serviu para amenizar esses momentos dolorosos. A dor expressa na fala de Aurora, “sempre fingia que não era comigo [ao receber chacotas na rua], apesar de doer e me machucar. Mas eu não demonstrava, continuava sempre firme, sempre na minha” remete a uma dor contada no passado, mas que se apresenta no presente frente a outras relações no cotidiano: “o que mais dói é se sentir mal em um ambiente em que as pessoas ficam te olhando parecendo que tu é totalmente diferente, e quererem te usar como chacota para outras pessoas como se fossem superior”. Desse modo, falar sobre a dor tem um sentido específico para a pessoa que narra, diferentemente de quem a escuta, podendo ser compartilhada ou não pelo interlocutor, por serem essas experimentações singulares.

Essas diferentes formas de sentir ou falar sobre suas dores e que foram produzidas nas diferentes interações das histórias de vida das mulheres transexuais dessa pesquisa, auxiliaram-me a pensar que essas vidas são passíveis de inferiorização e, muitas vezes, de eliminação. Como na decepção de Cybele sobre os relacionamentos amorosos que a deixaram com o “coração de pedra”, abusos e explorações dolorosas matam projetos de laços afetivos. Assim, deve-se perceber que em todas essas relações muitas formas de dores foram produzidas, e não estamos falando que seja possível controlar as dores ou tirá-las da vida humana. Estamos falando de dores produzidas em momentos de interações sociais em que se olha o “diferente” como estigmatizado, estereotipado, marginalizado. Essas dores, portanto, não podem ser medicadas. Apesar de serem sentidas no corpo, elas precisam ser pensadas para que possam ser articuladas em uma dimensão social, para que políticas de inclusão sejam possíveis a partir de estratégias de inserção no mercado de trabalho, melhor atendimento nos serviços de saúde, legitimação do nome social nas instituições de ensino, dentre outras.

Todas essas dores saem desse processo individual e (trans)põem-se para o coletivo como tentei mostrar no último capítulo. Se pensamos em uma violência sem fim, pensamos também nas possibilidades de criação de estratégias de proteção e segurança que reduzam a vulnerabilidade. Essas possibilidades de enfrentamento e resistência que ocorrem no ativismo

precisam também ser pensadas a partir da história de vida de cada mulher trans. São pesquisas como essas que podem contribuir para o debate, a defesa e o movimento dos direitos sexuais, sociais e políticos dessas mulheres. Foi o que se tentou fazer aqui.

“É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos.

Fernando Pessoa

Quando os abusos sexuais aconteceram em minha vida, eles assim eram nomeados por mim e já estavam impressos em minha alma. Tinha sido realmente alvo de abuso. Por muito tempo, condenei silenciosamente minha mãe. E é engraçado que, ao escrever essas linhas, aciono o cuidado dos filhos tutelado pelas mulheres. Mas era o que eu podia compreender em minha confusão e minha luta, na adolescência e início da vida adulta, na aceitação da homossexualidade. Durante muito tempo, foi tema de meus discursos de que os pais deveriam ser vigilantes com seus filhos para que não estes não fossem “vítimas do desejo” de um adulto. Na verdade, a meu ver havia uma relação entre abuso e homossexualidade. Esclarecido hoje, acredito que houve abuso por causar medo, vergonha, sofrimento e dor de uma criança, mas não foi, compartilhando com Ártemis, o que me tornou homossexual. Esse é um atributo da minha pessoa.

Convivi com esses fantasmas por muito tempo e quis matar todos os abusadores. Queria eliminá-los. Sentia muita revolta. Foram anos de terapia que me ajudaram a me libertar e perceber que havia possibilidades de contar outras histórias e esses momentos difíceis foram diminuindo. Minha maior revolta era ter a falsa sensação de que precisaria ser heterossexual para ser feliz. Queria ter podido desejar uma mulher, casar com ela e ter filhos. Pura ilusão! A homossexualidade está para o campo do desejo e da atração sexual por outro da mesma sexualidade, assim como a mente de minhas entrevistadas transexuais está para a identificação do gênero feminino. Percepções que fui compreendendo a longo dos estudos e produção dessa tese.

A produção dessa tese trouxe para minha vida um momento diferente de atravessar a vida. Foram a partir dos estudos das questões de gênero e sexualidade que compreendi que há vários fatores políticos implicados nessas relações. Compreendi que não preciso casar com uma mulher, nem ter filhos cobrados pela sociedade para ser feliz. Fui feliz com os

companheiros que tive. Eles foram o que eu realmente desejava. Compreendi nesses estudos que precisava olhar para mim e que minha mãe fez o que pode enquanto mulher e mãe.

A compreensão desses estudos de gênero e sexualidade me possibilitou está escrevendo a continuidade da minha história de vida e da minha trajetória profissional. Hoje falar de hierarquia de gênero e da diferença como construtores das hierarquias da violência faz mais sentido para mim por compreender que não existe uma natureza da violência e sim sistemas de opressão e poder. Isso modificou qualitativamente meu ativismo acadêmico. Isso mesmo! Sinto-me um ativista que discute e se posiciona sem medo de se aceitar, de se assumir, de dizer que tem um namorado, e que se quiser ter filhos, pode adotá-los, e mesmo assim sem estar sujeito a imposições sociais pré-estabelecidas. Começa um novo tempo. E sempre estarei fazendo travessias para defender grupos de pessoas e comunidades que estejam sendo marginalizadas e sofrendo processos de exclusão social.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Adriana. **Travestilidade e transexualidade:** o reconhecimento jurídico das identidades sociais. Revista Hispeci & Lema On-Line, Bebedouro SP, 7(1): 126-142, 2016.

ALMEIDA, Cecília; VASCONCELLOS, Victor. **Transexuais:** transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo. Revista Direito GV | São Paulo | v. 14 n. 2 | 302-333 | maio-ago 2018.

ALMEIDA, Guilherme; MURTA, Daniela. **Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil.** Sexualidad, Salud y Sociedad, Revista Latinoamericana n.14, ago. 2013, pp.380-407, Dossier n.2.

ALMEIDA. Tânia. **As Raízes da Violência na sociedade patriarcal.** Sociedade e Estado, Brasília, v. 19, n. 1, p. 235-243, jan./jun. 2004.

ALONSO, Angela; Botelho, André. **Repertórios de Ação Coletiva e Confrontos Políticos:** Entrevista Com Sidney Tarrow. Sociologia&Antropologia | v.02.03: 11–19, 2012.

ALVES, Claudio; MOREIRA, Maria Ignez. **Do uso do nome social ao uso do banheiro:** (trans)subjetividades em escolas brasileiras. Quaderns de Psicologia | 2015, Vol. 17, No 3, 59-69.

AMARAL, Marília. **Te desafio a me amar:** desejo, afeto e a coragem da verdade na experiência dos homens que assumem relacionamentos com as travestis e mulheres trans. Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC, 2017.

ARAN, Márcia; MURTA, Daniela. **Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade:** uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 15-41, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GAYS, LÉSBICAS E TRAVESTIS. (1995). Carta de princípio da Associação Brasileira de gays, lésbicas e travestis. Recuperado de 2009 de <http://abglt.org.br/port/cartaprinc.php>

BANDEIRA, Lourdes Maria. (2014). **Violência de gênero:** a construção de um campo teórico e de investigação. *Sociedade e Estado*, 29(2), 449-469. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922014000200008>

BENTO, Berenice. **A (re) invenção do corpo:** sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: GARAMOND/CLAM, 2006.

BENTO, Berenice. **Nome social para as pessoas trans:** cidadania precária e gambiarra legal. Contemporânea ISSN: 2236-532X v. 4, n. 1 p. 165-182 Jan.–Jun. 2014.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade?** (2a. edição). 2a.. ed. São Paulo: Brasiliense - Coleção Primeiros Passos, 2008.

BIRMAN, Patrícia. **Transas e Transes: SEXO E GÊNERO NOS CULTOS AFRO-BRASILEIROS, UM SOBREVÔO**. Estudos Feministas, Florianópolis, 13(2): 256, maio-agosto/2005.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito** /; [tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira]. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BOURDIEAU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989. Bourdieu, Pierre, 1930-2002 A dominação masculina/Pierre Kühner. - 11º ed. - Rio de Janeiro 160p. Bourdieu tradução Maria Helena Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. Portaria N° 2.836/GM, de 01 de dezembro de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT)**. Diário Oficial da União 2011; 1 dez.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Políticas de promoção da equidade em saúde**. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – 1. ed., 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL, Ministério da Saúde. Cartilha Equidade. Brasília, 2016. Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2016/fevereiro/18/CARTILHA-Equidade-10x15cm.pdf>.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”**. In Louro, Guacira. Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2ª edição, 2000.

BUTLER, Judith. **Regulações de Gênero**. Cadernos Pagu (42), janeiro-junho de 2014:249-274.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana R. B.. **"Tá lá o corpo estendido no chão...": a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro**. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 233-249, 2006.

CARRARA, S., and SAGGESE, G. **Masculinidades, violência e homofobia**. In: GOMES, R., org. Saúde do homem em debate [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011.

CARRARA, Sérgio (et al). **Retratos da Política LGBT no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2017. Disponível em: http://clam.org.br/uploads/arquivo/RetratosDaPoliticaLGBT_RJ_Miolo_170526.pdf

CARRARA, Sérgio. **A antropologia e o processo de cidadanização da homossexualidade no Brasil**. Cadernos Pagu (47), 2016:e164717 disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n47/1809-4449-cpa-18094449201600470017.pdf>

CARRARA, Sérgio. **Moralidades, Racionalidades e Políticas Sexuais no Brasil Contemporâneo**. MANA 21(2): 323-345, 2015 – DOI <http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n2p323>.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. **“Muito prazer, eu existo! Visibilidade e Reconhecimento no Ativismo de Pessoas Trans no Brasil.** Tese (Doutorado), Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CARVALHO, Mario. **“Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”:** interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. Cadernos Pagu (52), 2018: e185211 ISSN 1809-4449.

CARVALHO, Mario. **O “Armário Trans”:** Entre regimes de visibilidade e lutas por reconhecimento. III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades, Salvador, UEB, 2013.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. **Em direção a um futuro trans?** Contribuições para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidade, Saúde, Sociedade.** Rio de Janeiro, n. 14, p. 319-351, ago, 2013.

COSTA, Cléria. **A escuta do outro:** os dilemas da interpretação. História Oral, v.17, n.2, p.47-67, jul./dez. 2014.

DAS, Veena. **Fronteiras, violência e o trabalho do tempo:** alguns temas wittgensteinianos. RBCS Vol. 14 no 40 junho/99.

DAS, Veena. **Life and Words:** Violence and the descent into the ordinary. Berkeley: University of California Press, 2007.

DÍAZ-BENÍTEZ, Maria Elvira; FIGARI, Carlos Eduardo. **Prazeres dissidentes.** Rio de Janeiro: Garamond: 2009.

DUQUE, Tiago. **“A gente sempre tem coragem”:** identificação, reconhecimento e as experiências de (não) passar por homem e/ou mulher. cadernos pagu (51), 2017.

FACCHINI, Regina. **Movimento Homossexual Brasileiro:** recompondo um histórico. Cad. AEL, v.10, n.18/19, 2003.

FACCHINI, Regina. **Sopinha de letras?** movimento homossexual e a produção de identidades coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FOUCAUL, Michel. **Os anormais.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A ética do cuidado de si como prática da liberdade.** In: Ditos & Escritos V - Ética, Sexualidade, Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I:** a vontade de saber. São Paulo: Graal, 2006.

FREIRE, Dheniffer (et al). **“MARGINALIZADAS, OPRIMIDAS, SOFRIDAS”:** a violência contra as travestis como violação dos direitos humanos. VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís: Agosto de 2017.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1982 (Coleção Primeiros Passos).

GAGNON, John. **Uma interpretação do desejo**. Rio de Janeiro, Garamond, 2006

GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA: **formação de professoras/es em Gênero, orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC, Brasília: SPM, 2009.

GOFFMAN, Irving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 2004.

GÓMEZ, Maria Mercedes. **Los usos jerárquicos y excluyentes de la violencia**. Em: CABAL, Luisa; MOTA, Cristina (orgs.). *Más Allá del Derecho: justicia y género em América latina*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Center for Reproductive Rights, Universidade de Los Andes, 2006.

GÓMEZ, Maria Mercedes. **On Prejudice, Violence and Democracy**. Disponível em: <https://la-buena-vida.info/pdf/gomez-en.pdf>. Acesso em 26/03/2019.

GUEDES, Olegna; DAROS, Michelli. **O cuidado como atribuição feminina**: contribuições para um debate ético. *Serviço Social Revista*, Londrina. V. 12, N.1, P. 122-134, JUL/DEZ. 2009.

GUIMARÃES, Anibal. **Todas as mulheres do mundo**: a construção do corpo travesti no Brasil das décadas de 1960 e 1970. In: *Transexualidade e travestilidade na saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa*. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

GUIMARAES, Carmen Dora. **O Homossexual visto por entendidos**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

HAUER, Mariane; GUIMARÃES, Rafael. **Mães, filh@s e homossexualidade: narrativas de aceitação**. *Trends in Psychology / Temas em Psicologia* – 2015, Vol. 23, nº 3, 649-662.

HEREK, Gregory. **Beyond “Homophobia”**: Thinking About Sexual Prejudice and Stigma in the Twenty-First Century. *Sexuality Research & Social Policy Journal*. San Francisco University, Vol. 1, No. 2, April 2004.

JESUS, Jaqueline Gomes. **Transfobia e crimes de ódio**: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/281321251>. 2014. Acesso em: 05/06/2019.

JUNIOR, Anilton; REBOUÇAS, Joana. **Trans**: sobre transexualidade no Amazonas. Manaus, 2016.

KENNEDY, Natasha. **Crianças Transgênero**: mais que um desafio teórico. *Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências da UFRN*, volume 11, número 2, 2010.

KISS, Edison. **Concepções sobre Gênero e Sexualidade na Educação**: uma análise discursiva de graduandos em Pedagogia. Trabalho defendido no Programa de Pós-graduação em Gênero e Sexualidade da Universidade do Estado do Amazonas. Manaus, 2019.

- LANZ, Letícia. **O corpo da roupa**: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Universidade Federal do Paraná: Dissertação de Mestrado em Sociologia, Curitiba, 2014.
- LIONCO, Tatiana. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 43-63, 2009.
- MACHADO, André. “**Política é vida**”: ativismo e saúde trans em Manaus (AM). Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social, 2019.
- MANTOVANI, Gabriel. **O que é Transfobia?**. 2012. Disponível em: <http://mevejacomosou.blogspot.com.br/2012/04/o-que-e-transfobia.html>. Acesso em: 22 junho, 2019.
- MASON, Gail. **The Spectable of Violence**. London and New York: Routledge, 2002.
- MCRAE, Edward. **A construção da igualdade**: identidade sexual e política no Brasil da Abertura. Campinas: Editora Unicamp, 1990.
- MECCIA, Ernesto. **Subjetividades em el puente**. El método biográfico y el análisis microsociológico del tránsito de la homosexualidad a la gaycidad. Revista Latinoamericana de Metodología de la Investigación social. No 4. Año 2. Pp.38-51. Oct.2012 – Marzo 2013.
- MOTT, Luiz *et al.* **Grupo Gay da Bahia**. In: Assassinatos de homossexuais (LGBT) no Brasil: relatório 2016. Bahia, 2016.
- NATIVIDADE, Marcelo; OLIVEIRA, Leandro de. **As novas guerras sexuais**: diferença, poder religioso e identidades LGBT no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2013. 304 p
- NICHOLSON, L. (2000). **Interpretando o gênero**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, CFH/CCE/UFSC, 18(2), 09-41.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. CID-10. **Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde**. 1a ed. Porto Alegre: Artes Médicas; 1993.
- PELÚCIO, Larissa. **Travestis, a (re)construção do feminino**: gênero, corpo e sexualidade em um espaço ambíguo. Revista Antropológicas, Recife/PE, v. 15, n.01, p. 123-154, 2005.
- PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo**: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids. / Larissa Pelúcio. – São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.
- PELÚCIO, Larissa. **Marcadores sociais da diferença nas experiências travestis de enfrentamento à Aids**. Saúde Soc. São Paulo, v.20, n.1, p.76-85, 2011.
- PERES, William. **Biossociabilidade contemporânea e a expressão travesti**. Revista de Psicologia da UNESP, 1(1), 2002.
- PERLONGHER, Nestor. **O negócio do michê**: a prostituição viril em São Paulo. 2ªed. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1987.

PISCITELLI, Adriana. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras**. Sociedade e Cultura, v.11, n.2, jul/dez. 2008. p. 263 a 274.

PRECIADO, Beatriz. **Desprivatizar o nome próprio, desfazer a ficção individualista**. Portal Fórum. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2014/06/beatriz-preciado-desprivatizar-o-nome-propriodesfazer-ficcao-individualistah/>. Junho de 2014.

RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. **O conceito de biopoder hoje**. Política & Trabalho, 24, 2006.

RAMOS, Silvia; CARRARA, Sergio. **A constituição da Problemática da violência contra homossexuais**: A articulação entre ativismo e academia na Elaboração de Políticas Públicas. PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 16(2):185-205, 2006.

ROCON, Pablo et al. **Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde**. Disponível em: Ciência & Saúde Coletiva, 21(8):2517-2525, 2016.

ROMERO, Karen. **Crianças vítimas de abuso sexual**: aspectos psicológicos da dinâmica familiar. Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente. Paraná: 2007.

ROVAI, Marta Gouveia. **Aprendendo a ouvir**: a história oral testemunhal contra a indiferença. *História Oral*, v.16, n.2. 129-148, jul/dez. 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo. 2ª ed. - Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2ª reimpressão, 2011.

SAGGESE, Gustavo; CARRARA, Sérgio. **Masculinidades, violência e homofobia**. In: GOMES, R., org. Saúde do homem em debate [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011, pp. 201-225.

SEDGWICK, Eve. **A Epistemologia do Armário**. Cadernos Pagu (28), janeiro-junho de 2007:19-54.

SEGATO Rita Laura. **O Xangô e a tradição marginal da imagem no pensamento ocidental**. In: Santos e Daimones. UnB: 1995.

SEGATO, Rita Laura. **Las Estructuras Elementares de la violencia**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

SOLIVA, Thiago. **Sobre afetos e resistências**: Uma análise da trajetória da Turma OK (Rio de Janeiro, Brasil). Sexualidad, Salud y Sociedad REVISTA LATINO AMERICANA ISSN 1984-6487 / n. 31 - abr. / abr. / apr. 2019 - pp.57-80.

SOLIVA, Thiago; SOUZA JUNIOR, João Batista. **Entre revelar e esconder**: pais e filhos em face da descoberta da homossexualidade. Sexualidad, Salud y Sociedad REVISTA LATINOAMERICANA. n.17 - ago. 2014 - pp.124-148

SOUZA, Martha Helena Teixeira *et al.* **Violência e sofrimento social no itinerário de travestis de Santa Maria.** Rio Grande do Sul, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 4, p. 767-776, Apr. 2015 .

SOUZA, Martha; PEREIRA, Pedro. **Cuidado com saúde:** as travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul. Disponível em: Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2015 Jan-Mar; 24(1): 146-53.

SOUZA, Pedro. **Confidências da carne:** o público e o privado na enunciação da sexualidade. Campinas: Editora Unicamp, 1997.

TEIXEIRA, Flavia. **Juízo e Sorte:** enredando maridos e clientes nas narrativas sobre o projeto migratório as travestis brasileiras para a Itália. In: PISCITELLI, Adriana; OLIVAR, José Miguel Nieto; ASSIS, Glauca de Oliveira (Orgs.). **Gênero, sexo, afetos e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil.** Campinas: UNICAMP/PAGU, 2011, p. 225-262.

TEIXEIRA, Flávia. **L'Italia dei Divieti:** entre o sonho de ser europeia e o babado da prostituição. cadernos pagu (31), julho-dezembro de 2008:275-308.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso:** homossexualidade no Brasil – da Colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record, 4ª edição, 2000.

VENCATO, Anna Paula. **Diferenças na escola.** In: MISKOLCI, Richard; LEITE JUNIOR, Jorge (Orgs.). **Diferenças na Educação: outros aprendizados.** São Carlos: EdUFSCar, p. 19-56, 2014.

WEEKS, Jeffrey. **The Languages of Sexuality.** London: Routledge, 2011.

WEISS, Fátima de Jesus. **Unindo a cruz e o arco-íris:** Vivência Religiosa, Homossexualidades e Trânsitos de Gênero na Igreja da Comunidade Metropolitana de São Paulo. Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC, 2012.

WITTMANN, Isabel. **Corpo, Gênero e Identidade:** Experiências transgênero na cidade de Manaus Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Amazonas, 2016.

ZAMBRANO, Elizabeth; HEILBORN, Maria Luiza. **Identidade de gênero.** In: LIMA, Antônio Carlos. **Antropologia e Direito: temas antropológicos para estudos jurídicos.** Nova Letra: UFRJ, 2012.

Notícias e sites de Internet:

LGBT E PROSTITUTAS DENUNCIAM VIOLÊNCIA. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/lgbt-e-prostitutas-denunciam-violencia>. Acesso em 26 de janeiro de 2019.

STF RECONHECE A TRANSGÊNEROS POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DE REGISTRO CIVIL SEM MUDANÇA DE SEXO

<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=371085>. Acesso em 09/04/2019.

ATIVA DESDE A DITADURA, LIGA GAY DE VOLÊI DO AM É A MAIS ANTIGA DO BRASIL. Disponível em: www.globoesporte.com/am/noticia/2015/08.

<https://www.dicionarioinformal.com.br/troca-troca/>

<http://www.aids.gov.br/pt-br/o-que-e-prep>

<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/10o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>

<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf>

www.facebook.com/pg/assotram/photos/?ref=page_internal

https://www.pensador.com/autor/fernando_pessoa/

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Transfobia>

ANEXO A – Roteiro de entrevista

QUESTIONÁRIO

Dados Sociodemográficos

Nome (social): _____

Identidade de gênero: _____

Orientação sexual: _____

Idade: _____ Naturalidade: _____

Situação familiar (com quem mora): _____

Profissão: _____

Situação econômica: () 01 a 05 salários mínimos () De 5 a 10 salários mínimos ()
mais de 10 salários

Religião: _____

Escolaridade: _____

Participa de algum movimento social LGBT: () sim () não

Qual? _____

ROTEIRO DE ENTREVISTA

INFÂNCIA

- Vamos falar sobre sua vida
- Como você descreveria sua infância?
- Como foi a relação com sua família (com pai/mãe/outro parente)?
- Você acha que teve uma infância típica/ “normal”?
- Me fale um pouco sobre sua sexualidade nesse período? O que lembra?
- Na escola, existiu algum episódio que te deixou constrangido/a ou que você se sentiu agredido/a por conta de seu corpo/sexualidade?
- Onde você mora? Como era sua relação com os vizinhos?
- Você trabalhou na infância? Fale a respeito.

ADOLESCÊNCIA/JUVENTUDE

- E sua adolescência? O que você pode falar dessa etapa?
- E como era a relação com sua família nessa etapa?
- Como foram as relações na escola?
- Você já trabalhava? Me fale um pouco sobre isso.
- E sua relação com a vizinhança?
- Me fale um pouco sobre sua sexualidade na adolescência
- Como se deram suas relações afetivo-amorosas, digo, namoro, flertes, nessa fase?
- Existe uma relação das experiências e práticas sexuais nessa fase com o corpo diferente?
- Nesta fase, você teve contato com serviços públicos (polícia, secretarias de assistências sociais, serviços de saúde, por exemplo)? Fale a respeito.

ADULTO

- Como é sua relação com a família nesse momento?
- Você estuda? Me fale um pouco como são as relações nesse contexto
- E suas amizades? Como você faz amizade hoje?
- E como é sua relação com os vizinhos?
- Fale sobre sua relação com as pessoas no ambiente em que você trabalha
- Como é sua vida amorosa?
- E como você percebe sua sexualidade?
- Que representação você tem sobre a polícia? Já vivenciou alguma situação com a polícia? Fale a respeito.
- No local de trabalho, já sofreu algum tipo de violência por ser travesti/mulher trans?
- Você acha que travestis/mulheres trans sofrem mais violência que outros grupo? Comente a respeito?

ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidada a participar, como voluntária, da pesquisa intitulada “**Violências (in) dizíveis contra travestis e mulheres transexuais em Manaus: construções de gênero e sexualidade a partir de histórias de vida**”, conduzida por Márcio Gonçalves dos Santos. Este estudo tem por objetivo contribuir à análise das violências às quais as pessoas *trans* - travestis e mulheres transexuais - são submetidas, identificando, a partir de suas histórias de vida, a articulação das violências contra as identidades de gênero não-normativas, com o processo de vulnerabilidade social desta população.

Você foi selecionada a partir da aproximação do pesquisador do seu campo de circulação social, ou por indicação de amigos. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo.

A pesquisa aparentemente não apresenta riscos agravantes. Mas como se trata de uma pesquisa cuja abordagem se dá a partir de histórias de vida, alguns conteúdos e temas podem trazer à tona lembranças de eventos vivenciados que gerem angústias. Como psicólogo, asseguro apoio instrumental e humano na condução dessas possíveis eventualidades. Deixamos claro também que sua participação é voluntária, não havendo remuneração nem gastos para os participantes e caso haja eventuais despesas de participação, as mesmas podem ser custeadas ou ressarcidas pela pesquisa.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em narrar sua história de vida, resgatando pontos de sua trajetória na construção do gênero e da sexualidade, da forma como eles emergem discursivamente em sua memória. As entrevistas ocorrerão em lugar mais adequado para você. Em sua casa ou em seu local de trabalho, e como busca detalhar cada etapa, da infância à vida atual, pode durar algumas horas em dois ou três encontros. As entrevistas seguirão um roteiro e serão aplicadas pelo pesquisador responsável e um aluno de iniciação científica que pesquisa esse tema, estando sempre acompanhado com o pesquisador responsável. Importante ressaltar que o mesmo recebeu treinamento conduzido pelo pesquisador proponente, levando em conta os riscos mínimos do projeto de causar algum desconforto ou constrangimento aos sujeitos de pesquisa.

As entrevistas podem ser gravadas de acordo com seu consentimento. Alguns documentos como fotos, receituários ou quaisquer outros registros podem aparecer no momento das interações e a partir do interesse tanto do pesquisado como do pesquisador.

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação. Essas medidas de segurança para manutenção do sigilo serão discutidas no caso de você desejar que seu nome social apareça nas análises.

O pesquisador responsável se comprometeu a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos ou instituições participantes.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável / coordenador da pesquisa. Seguem os telefones e o endereço institucional do pesquisador responsável e do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, onde você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação nele, agora ou a qualquer momento.

Contatos do pesquisador responsável: Marcio Gonçalves dos Santos, endereço: rua Fronteiras, 242 – Cidade Nova I, Manaus, e-mail: marciosantos.edu@gmail.com, telefones: celular: 99234-1343, trabalho: Universidade do Estado do Amazonas (Escola Normal Superior) -3878-7744.

Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Medicina Social da UERJ: Rua São Francisco Xavier, 524 – sala 7.003-D, Maracanã, Rio de Janeiro, CEP 20559-900, telefone (21) 2334-0235, ramal 211. E-mail: cep.ims.uerj@gmail.com

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar.

Manaus, ____ de _____ de ____.

Assinatura do(a) participante:

_____ Assinatura do
pesquisador: _____

ANEXO C – PARECER CONSUBSTACIONADO DO CEP

UERJ - INSTITUTO DE
MEDICINA SOCIAL /
UNIVERSIDADE DO ESTADO

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: VIOLÊNCIAS (IN)DIZÍVEIS CONTRA TRAVESTIS E MULHERES TRANSEXUAIS EM MANAUS: construções de gênero e sexualidade a partir de histórias de vida
Pesquisador: Márcio Gonçalves dos Santos **Área Temática:**

Versão: 2

CAAE: 83494318.6.0000.5260

Instituição Proponente: Instituto de Medicina Social-Universidade do Estado do Rio de Janeiro-
UERJ **Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.607.193

Apresentação do Projeto:

Título do projeto de pesquisa:

VIOLÊNCIAS (IN)DIZÍVEIS CONTRA TRAVESTIS E MULHERES TRANSEXUAIS EM
MANAUS: construções de gênero e sexualidade a partir de histórias de vida

Doutorando: Márcio Gonçalves dos Santos

O projeto de pesquisa de doutorado propõe uma investigação sobre violências sofridas por travestis e mulheres transexuais na cidade de Manaus, partindo da premissa de uma subnotificação e uma ausência de tipificação dessas violências. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que se propõe a entrevistar 20 pessoas, fazendo uso de um roteiro semiestruturado e da metodologia de histórias de vida.

O proponente parte da hipótese de um jogo perverso entre visibilidade e invisibilidade da população trans e travesti: por um lado, ele afirma, “podemos dizer que as travestis são visíveis na reinvenção do corpo, pelo desejo e abjeção”; por outro, seriam “invisíveis pela violação de direitos sexuais e humanos”. Isso se acentua quando se olha para os dados oficiais, já que “As estatísticas de segurança pública só registram o estupro e a tentativa de estupro entre os vários crimes

relativos às questões de gênero, segundo informações do 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2016/2017 ”.

Entre as justificativas para realizar esta investigação, estariam então a invisibilidade flagrante dos tipos de violência às quais esta população está submetida, que nem sempre são óbvias, e o projeto de contribuir para uma tipificação dessas violências através das histórias de vida das participantes. De acordo com a ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), violência de gênero e crimes de ódio motivados por preconceito relativo à orientação sexual e identidade de gênero não são tipificados em nenhuma parte do mundo.

Sobre o cronograma de pesquisa, há desacordo nos documentos submetidos à plataforma Brasil: no Informações básicas do projeto, prevê-se início da coleta de dados para 02/04/2018 – o que, de qualquer forma, só seria possível se houver aprovação do CEP sem pendências ou uma reação rápida por parte do proponente; no projeto completo se prevê início das entrevistas para janeiro de 2018, tempo passado.

A metodologia proposta é de uma pesquisa qualitativa, baseada em história de vida, a partir de entrevistas semi-estruturadas. Aqui identificamos alguns problemas:

1. afirma-se que as entrevistas seriam feitas pelo pesquisador proponente e por um aluno de iniciação científica que pesquisa esse tema, não necessariamente com a presença do pesquisador responsável (isso consta no TCLE, não no documento de Informações básicas);
2. sobre o local das entrevistas, afirma-se no documento de Informações básicas, que elas devem ocorrer “em espaços não formais, como na rua, em festas do movimento LGBT e até mesmo indicadas por amigos”; no TCLE, afirma-se que vão ocorrer onde for mais conveniente para a entrevistada, em casa ou local de trabalho.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivos da pesquisa:

Objetivo Primário: “Contribuir à análise das violências às quais as pessoas trans - travestis e mulheres transexuais - são submetidas, identificando, a partir de suas histórias de vida, a articulação das violências contra as identidades de gênero não-normativas, com o processo de vulnerabilidade social desta população.”

Objetivo Secundário:

“- Conhecer os tipos de violência manifestados nas vozes da população trans manauara, utilizando o método de histórias de vida; - Compreender as formas de exclusão e preconceito que têm legitimado práticas de violências contra as identidades de gênero não normativas;- Identificar, discursivamente, como as formas de violências contra travestis e transexuais têm impactado suas formas de

sociabilidade, trabalho, educação e acessos a serviços públicos de saúde;- Conhecer o cenário das ações de políticas de segurança pública contra a homofobia, em particular a transfobia, em Manaus, acompanhando o movimento de associações envolvidas na temática mediante entrevistas e levantamento de informações divulgadas na mídia (imprensa local e redes sociais).

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Avaliação dos riscos e benefícios:

O pesquisador afirma no TCLE que “A pesquisa aparentemente não apresenta riscos agravantes. Mas como se trata de uma pesquisa cuja abordagem se dá a partir de histórias de vida, alguns conteúdos e temas podem trazer à tona lembranças de eventos vivenciados que gerem angústias. Como psicólogo, asseguro apoio instrumental e humano na condução dessas possíveis eventualidades.” Ao mesmo tempo, existe a possibilidade da entrevista ser feita por alunos de IC, o que deve ser levado em conta por este CEP.

Os benefícios indicados são aumentar a visibilidade das formas de violências sofridas por esta população, contribuindo para a tipificação de tais violências.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

As pendências indicadas em versão anterior do projeto foram adequadamente sanadas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A folha de rosto está corretamente preenchida e assinada.

O protocolo apresenta título, resumo, desenho da pesquisa, palavras-chave, introdução, hipótese, objetivos primário e secundário, metodologia, apresentação de riscos e benefícios, metodologia, cronograma, orçamento, referências bibliográficas, roteiro de perguntas e TCLE para as entrevistadas.

Foi apresentado TCLE redigido em linguagem clara e contendo as informações necessárias.

Recomendações:

Sem recomendações

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1016333.pdf	29/03/2018 21:48:40		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_de_tese.docx	29/03/2018 21:47:46	Márcio Gonçalves dos Santos	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.doc	29/03/2018 21:46:28	Márcio Gonçalves dos Santos	Aceito
Outros	Roteiro_de_entrevista.docx	21/02/2018 17:39:35	Márcio Gonçalves dos Santos	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_assinada.pdf	21/02/2018 17:36:02	Márcio Gonçalves dos Santos	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 18 de Abril de 2018

Assinado por:
Elaine Teixeira Rabello
(Coordenador)

ANEXO D - COMITES ESTADUAIS DE ENFRENTAMENTO



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
 SCS Quadra 9 – Ed. Parque Cidade Corporate – Torre A
 9º andar. CEP: 70308-200 – Brasília – DF
 (61) 2025-9893

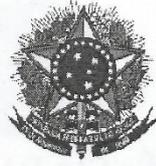
Importante ressaltar ainda o caráter democrático dos mesmos que terão ênfase no diálogo com os movimentos sociais locais.

01. Parceiros a serem convidados para instalação do Comitê

Comissões de Direitos Humanos das Assembleias Legislativas;
 Ministério Público;
 Poder Judiciário;
 Defensoria Pública;
 Secretarias Estaduais de Justiça e/ou Direitos Humanos e assemelhadas;
 Órgãos dos Sistemas Internacionais ONU/OEA (Unesco, Unicef, Unaiids, PNUD...);
 Universidades Federais e Universidades/Faculdades Particulares;
 Centrais Sindicais;
 Gestores LGBT;
 Polícia Civil e Polícia Militar;
 Conselhos Estaduais de Segurança Pública;
 Universidades e Órgãos de Pesquisa;
 Movimento Social LGBT local (ABGLT, ANTRA, ABL, LBL, REDE AFRO, etc...)
 Movimentos Sociais afins que trabalhem com recorte LGBT (movimento de mulheres, movimento negro, movimentos das prostitutas, etc...)
 Conselhos Regionais de Serviço Social.

02. Missão Básica

A constituição dos Comitês de Enfrentamento à Homo-lesbo-transfobia ao lidar com as demandas provenientes das ações homofóbicas tem por intuito realizar diagnóstico



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

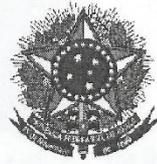
SCS Quadra 9 – Ed. Parque Cidade Corporate – Torre A
 9º andar. CEP: 70308-200 – Brasília – DF
 (61) 2025-9893

local a respeito das violações de direitos praticadas contra a população LGBT, pautar a necessidade de políticas públicas, coordenações estaduais e conselhos estaduais LGBTs, os quais se constituem como os instrumentos mais eficazes para a construção da cidadania LGBT.

Os Comitês serão espaços de mobilização social voltados a prevenção e ao acompanhamento da violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, tendo como foco a prevenção e o combate à impunidade e à invisibilidade dos crimes praticados contra a população LGBT através do acompanhamento dos casos de discriminação e violência homofóbica relatados ao próprio Comitê ou aos Órgãos de Segurança Pública, além de aprimorar o fluxo das demandas provenientes do Disque Direitos humanos (Disque 100).

03. Competência

- I – Incentivar os debates sobre a necessidade de instalação de Conselhos Estaduais e Municipais LGBT e Coordenadorias Estaduais LGBT, assim como, de políticas públicas voltadas para este público, como forma de enfrentamento à Homo-Lesbo-Transfobia;
- II – Acompanhar a implementação dos Termos de Cooperação Técnica de Combate a Homo-Lesbo-Transfobia ou sensibilizar o estado para sua assinatura;
- III – Acompanhar os casos de discriminação e violência homo-lesbo-transfóbica relatados diretamente ao Comitê, ou ao Sistema de Segurança Pública, ou e as Corregedorias e Ouvidorias de Polícia Estadual, assim como, aqueles de grande repercussão social e os provenientes do Disque Direitos Humanos;



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
SCS Quadra 9 – Ed. Parque Cidade Corporate – Torre A
9º andar. CEP: 70308-200 – Brasília – DF
(61) 2025-9893

05. Etapas para instalação

- I – Mapeamento dos estados que não possuem Conselhos LGBT e organismos de políticas de Promoção da Cidadania e Direitos de LGBT, constituídos para esse fim.
- II – Apresentação da Proposta de Estruturação dos Comitês Estaduais de Enfrentamento a Homo-Lesbo-Transfobia ao Conselho Estadual, caso exista um no estado;
- III – Divulgação ampla entre os parceiros locais para diagnóstico da realidade local, das redes de diálogo viáveis para a criação dos Comitês e da viabilidade de implementação;
- V – Audiência Pública para a criação e instalação do Comitê com apresentação de relatório sobre Homo-Lesbo-Transfobia e definição da abrangência do Comitê;
- VI – Definição da agenda de trabalho;
- VII – Registro da criação do Comitê na página da Coordenação Geral de Promoção dos Direitos de LGBT no sitio da SDH;
- VIII – Manter um diálogo aberto com a SDH/PR, CFP/CRPs OAB-CF/OABs Secc., no sentido de assegurar a articulação entre os Comitês Estaduais, a Coordenação Nacional e o Conselho Nacional LGBT.

06. Diretrizes e Preceitos Legais dos Comitês de Enfrentamento à Homo-Lesbo-Transfobia

Os Comitês Estaduais de Enfrentamento à Homo-Lesbo-Transfobia deverão guiar-se pelas seguintes diretrizes e preceitos:

46 Dentre os participantes citados acima estão membros da composição da mesa de trabalho nesta
47 reunião presidida pela Dra. Alexandra Zangerolame da Comissão da Diversidade Sexual OAB AM.
48 Dra. Alexandra Zangerolame iniciou a fala expondo o Termo de Cooperação Técnica, celebrado
49 pelo Decreto Nº 7.177 DE 12 DE MAIO DE 2010. Assinado pela Secretaria Nacional de Direitos
50 Humanos da Presidência da República, Secretaria Nacional de Segurança Pública vinculada ao
51 Ministério da Justiça, o Estado do Amazonas e a Secretaria Estadual de Segurança Pública, pontuou
52 a importância da implementação do comitê para o Amazonas e logo passou a palavra ao convidado
53 Dr. Leocindo Mendes que em seguida tratou sobre diversos temas, dentre eles: a importância do
54 Comitês Estaduais de Enfrentamento à Homofobia no Amazonas; o atual funcionamento do Centro
55 de Referência em Direitos Humanos (Disque 100); Conselho Nacional LGBT; das Coordenadorias
56 Estaduais LGBT; das Conferências Estaduais e Municipais LGBT; do Plano Nacional Políticas de
57 Gestão LGBT; do Comitês de Enfrentamento a Homofobia; das Legislações, Jurisprudências e
58 Súmulas LGBT, após a fala dessas estruturas fez um comparativo entre conselho e comitê, falando
59 sobre características do Conselho que deverá ser criado através de lei estadual, sendo
60 regulamentado pelo executivo, e terá número limitado de participantes, o conselho será deliberativo,
61 devendo utilizar de políticas afirmativas da conferência, o conselho terá uma estrutura vertical, já o
62 comitê terá primordialmente duas características que são: Utilização dos dados registrado no disque
63 100 e estrutura horizontal. Explicou ainda que levando em consideração todas estas informações o
64 comitê será peça fundamental neste Estado e terá competências: o acompanhamento da
65 implementação dos Termos de Cooperação Técnica de Combate a Homofobia, Acompanhar os
66 casos de discriminação e violência homofóbicos relatados ao Sistema Disque 100, contribuir para o
67 aprimoramento da comunicação entre os órgãos que recebem e atuam nas denúncias provenientes
68 do Disque Direitos Humanos (Disque 100) em relação ao público LGBT, entre outras. O objetivo
69 da presente Audiência Pública é para implementar o Comitê Estadual de Enfrentamento à
70 Homofobia no Amazonas. Destarte, o Dr. Leocínio Mendes apresentou slides da situação atual e
71 dados apurados até 2011 acerca da violência praticada contra o público LGBT tecendo
72 considerações pormenorizadas e destacando que o Estado do Amazonas aparece nos dados de 2011,
73 resguardada a proporcionalidade, como segundo estado brasileiro mais homofóbico. Finalizou sua
74 palestra abrindo espaço para os demais membros da mesa, que ratificaram importância das políticas
75 e atuações de combate à violência homofóbica está sendo discutidas por cada membro ali
76 representado em suas esferas e competência e frisou a importância da criação do Comitê Estadual
77 de Enfrentamento a Homofobia no Amazonas bem como se colocaram oficialmente como primeiros
78 membros efetivos desse comitê nesse momento histórico para o movimento social LGBT/AM.
79 Passando para finalização da presente reunião e atendendo o chamado da presidente da mesa
80 ‘Declarou-se criado o Comitê Estadual de Enfrentamento à Homofobia’. Decidiu-se ainda criar
81 grupos de trabalho – GT’s dentre os presentes para eleger a coordenação e Secretaria Executiva e
82 organizar o lançamento oficial do comitê. Comissão da Diversidade Sexual OAB. AM -
83 CDS/OAB/AM; Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos – SEJUS; Ouvidoria Pública,
84 da Secretária de Estado de Segurança Pública- SSP; Secretaria Municipal de Assistência Social e
85 Direitos Humanos- SEMASDH; Fórum de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travesti e Transexuais -
86 LGBT/AM; Articulação de Mulheres Homoafetivas e Aliadas do Amazonas – ALMAZ; Associação
87 Amazonense de mulheres e homens independente pela livre expressão sexual – AAMHILES;
88 Coletivo de estudantes livre – tucandeiras; União da juventude socialista – UJS; Conselho Regional
89 de Psicologia – CRP; Conselho Regional do Serviço Social – CRESS; Central única dos
90 trabalhadores – CUT; Coordenação Amazônica da Religião de Matriz Africana e Ameríndia
91 CARMA; Liga humanista secular – LIHS; Que se reunirão posteriormente para determinar data

92 para lançamento oficial. Sem mais nenhuma consideração deu-se por encerrada a presente audiência
93 pública que tem a presente redigida por mim, Paola Pereira de Souza – representante da Gerência de
94 Promoção dos Direitos Relativos à Livre Orientação Sexual vinculada ao Departamento de Direitos
95 Humanos - DDH/SEMASDH e assinada pelos presentes.

Paola Pereira de Souza
Gerente de Prom. Dos Dir. Rel.
À Livre Orientação Sexual vinculada ao
Departamento de Direitos Humanos-
DDH/SEMASDH

ANEXO F - ATA DA REUNIAO DE ELEIÇÃO

1. ATA Reunião de eleição da coordenação do Comitê de enfrentamento a
2. Homofobia do Amazonas.
3. No dia 12 de abril de 2013, às 14hs reunirão na sala de reunião da Ordem
4. Dos Advogados do Brasil seccional Amazonas, por intermédio Da.
5. Comissão da Diversidade Sexual do Amazonas – CDS/OAB/AM e sua
6. Presidente a Senhora Dr^a. Alexandra Zangerolame, á senhora Paola.
7. Souza Representante da Gerencia De Promoção Dos Direitos Relativos á
8. Livre Orientação Sexual vinculada ao Departamento de Direitos
9. Humanos da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos
10. Humanos/SEMASDH, a Senhora Sebastiana Silva, coordenadora do.
11. Fórum de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexual do
12. Amazonas - Fórum LGBT/AM, o Senhor Eudoxio Santos,
13. Representante da Central Única dos trabalhadores – CUT, a, Senhora.
14. Renata Lima da Silva, Representante da articulação de mulheres do
15. Amazonas - AMA, a Senhora, Rosane Pinheiro, representante da
16. Articulação de mulheres Homoafetiva e aliadas do Amazonas - ALMAZ,
17. A Senhora Patrícia Cabral representante do setorial LGBT do Partido
18. Dos Trabalhadores PT. AM, o Senhor Fran S. Martins, representante da
19. União de juventude Socialista – UJS, a Senhora, Antonia Maria Barroso,
20. Representante da Rede de Educação Cidadã – Recid/AM.
21. Com o objetivo de eleger a Coordenação e.
22. Secretaria Executiva, para a Implementação do Comitê.
23. Estadual de Enfrentamento à Homofobia do Amazonas.
24. Candidataram-se para a coordenação as seguintes instituições:
25. 1. Comissão da Diversidade Sexual do Amazonas - CDS/OAB/AM,
26. 2. Central Única dos Trabalhadores - CUT/AM.
27. 3. União de Juventude socialista - UJS.
28. Dando inicio a votação,
29. 1. A Central única dos trabalhadores CUT/AM
30. Obteve 05, votos a favor (cinco) e 01. Abstenção
31. 2. Comissão da Diversidade Sexual do Amazonas - CDS/OAB/AM,
32. Obteve 02, Votos (dois).
33. A União de Juventude socialista - UJS Retirou sua candidatura,
34. Tendo assim maioria de Votos a central única dos trabalhadores –
35. CUT/AM sendo eleita para a Coordenação do Comitê estadual de
36. Enfrentamento a Homofobia do Amazonas – CEHAM
37. . A Sra. Rosane Pinheiro sugeriu que para a Secretaria
38. Executiva Ficasse a secretaria pública de Articulação de políticas
39. Públicas Aos Movimentos sócios e populares – SEAR e a Secretária
40. Municipal de Assistência social e direitos Humanos - SEMASDH, com a.
41. Votação da maioria para que seja uma instituição responsável pela
42. Coordenação e duas instituições públicas responsáveis pela secretaria
43. Executiva, então com a composição da coordenação votada, fica à.
44. Responsabilidade da mesma todas as ações para realização do
45. Planejamento, buscar parcerias e execução do evento de Lançamento.
46. Oficial do Comitê. Feitas os agradecimentos e às considerações finais
47. Desse momento de avanço para o estado nas questões de Direitos
48. Assegurados à população LGBT do Amazonas, dar-se por encerrada a
49. Reunião. Eu Paola Souza escrevi essa presente ata.

Manaus, 12 de Abriu de 2013.

Paola Pereira de Souza
Gerente de Promoção. Dos Direitos. Relativo.
À Livre Orientação Sexual vinculada ao
Departamento de Direitos Humanos-
DDH/SEMASDH.

ANEXO G – MINUTA MANIFESTO LGBT

MINUTA MANIFESTO LGBT CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS – CMM

JUSTIFICATIVA

A violência contra a população LGBT no Brasil é uma realidade constante, motivada pela intolerância à livre expressão da sexualidade, identidade de Gênero e orientação sexual, que não se enquadrem na lógica heteronormativa. Os dados do Disque Direitos Humanos (Disque 100) do Ministério dos Direitos Humanos mostram que as violações de direitos humanos perpetradas contra a população LGBT ocorrem em sua maioria na rua e na casa da vítima ou do/a violador/a, o que traz um espectro amplo de possibilidades de ameaças.

De acordo com GGB (2016), Foram registradas pelo Disque Direitos Humanos (Disque 100) **1.695** denúncias de **3.398 violações** relacionadas à população LGBT, envolvendo **1.906** vítimas e **2.461** suspeitos. No ano de 2016, o Disque Direitos Humanos (Disque 100) recebeu **1.876** denúncias de violência praticadas contra população LGBT. Desses dados, a discriminação e a violência psicológica foram os casos com maior número de registros, **1498** e **861**. Em relação à violência física, lesão corporal e maus tratos foram casos com maior número de denúncias no disque 100, **275** e **165**, seguidos por homicídios com **85** registros.

Tanto o Homicídio de LGBTs quanto as violências psicológicas e sociais representam aquilo que se domina LGBTcídio e configuram um crime contra os Direitos Humanos em seus diversos princípios. Nesse sentido, há uma violação explícita do Direito a vida e desigualdade da Pessoa Humana.

Segundo dados do GGB (2016) **343** LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais) foram assassinados no Brasil em 2016. A cada 25 horas um LGBT é assassinado vítima da “LGBTfobia”, o que faz do Brasil o campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais. Matam-se mais homossexuais aqui do que nos 13 países do Oriente e África onde há pena de morte contra os homossexuais, vale salientar que os dados são coletados em notícias de jornais.

A média de Homicídios LGBT no Brasil é de 1,69 por um milhão de habitantes, sendo que **Região Norte** computou quase o dobro: 3,02 para um milhão. O **Nordeste**, que durante as últimas décadas liderava tais “LGBTcídios”, baixou para 1,94 mortes por um milhão; no lado oposto, as regiões menos violentas são o **Sul, 1,24** e o **Sudeste, 1,19** (GGB,2016).

Comparando, porem, tais números com a população total do Estado do Amazonas, os LGBTs correm maior risco de homicídios no Acre, 7,59 mortes por milhão de Habitantes, **Amazonas, 7,23**,sendo 1,69 a média nacional. O Amazonas possuindo menos de 4 milhões de Habitantes,

teve o dobro de Homicídios que o Paraná e Rio Grande do Sul, que têm população três vezes maior.

Centro Estadual de Referência dos Direitos Humanos Adamor Guedes de 2015 a 2017, foram registrados 28 denúncias e 31 espontâneas.

Manaus, com 25 mortes, foi a capital brasileira que registrou o maior número de homicídios em termos absolutos, seguidas de Salvador, 17 e São Paulo, 13. Foram Documentados em 2016, assassinatos de LGBT em 168 municípios brasileiros (GGB, 2016).

LEIS

Código Penal, art.121 (Femicídio, incluindo pela Lei 13.104/15):

§ 2º Se o homicídio é cometido: VI contra a mulher por razões da condições de sexo feminino quando o crime envolve: I – a violência doméstica e familiar; II – menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Pena – a reclusão, de doze e trinta anos.

Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha):

cria mecanismo para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Domesticas e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.